



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- DESSO

Carlos Henrique Alves Viana

**“Questão social e sujeitos coletivos: expressões das lutas sociais  
na Região dos Inconfidentes – Minas Gerais”**

MARIANA  
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA**  
**SERVIÇO SOCIAL**

Carlos Henrique Alves Viana

“Questão social e sujeitos coletivos: expressões das lutas sociais na Região dos Inconfidentes – Minas Gerais”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kathiúça Bertollo.

MARIANA

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V614q Viana, Carlos Henrique Alves.  
Questão social e sujeitos coletivos [manuscrito]: expressões das lutas sociais na Região dos Inconfidentes - Minas Gerais. / Carlos Henrique Alves Viana. - 2023.  
105 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Conflito social - Minas Gerais. 3. Movimentos sociais - Minas Gerais. 4. Problemas sociais - Minas Gerais. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Carlos Henrique Alves Viana

Questão social e sujeitos coletivos: expressões das lutas sociais na Região dos Inconfidentes – Minas Gerais.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 11 de maio de 2023

### Membros da banca

Dra. - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. - Marlon Garcia da Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. - Rodrigo Meira Martoni - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/05/2023



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/05/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0532288** e o código CRC **D8C0B790**.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, importa evidenciar que a caminhada até aqui não foi fácil e durante todo o período dessa graduação, diversos desafios apareceram no meu caminho, tais como: o trabalho informal em um atrativo turístico de Ouro Preto, a pandemia da COVID-19, o ingresso no trabalho fabril, o ensino remoto, a saída do trabalho fabril e ingresso no trabalho informal em topografia, a busca por um estágio, a demissão do trabalho devido o incomodo da empresa em relação aos meus estudos, a distância de 30 quilômetros entre o campo de estágio e minha residência, a busca por um novo campo de estágio e os períodos letivos reduzidos.

Refletindo toda essa caminhada, agradeço a Deus pelo dom da minha vida, pelo fato de todo dia me conceder a benção de respirar, enxergar, ouvir, tocar e falar, pois, sem a saúde, sabedoria e paz que ele me concedeu essa graduação sequer teria iniciado. Em segundo lugar agradeço a Nossa Senhora de Lourdes, pois, foi exatamente no seu dia que fui selecionado na segunda chamada do curso de Serviço Social da UFOP. Agradeço a São José por me dar força em todos os empregos que adentrei antes e durante essa graduação e também agradeço a São Cristóvão por me proteger todos os dias que saí com a minha moto rumo ao ICISA e rumo ao campo de estágio que era tão distante.

Também importa evidenciar que não consegui tudo isso sozinho, pois, essa conquista é fruto das relações sociais em que envolvi. Sendo assim, sou extremamente grato à minha mãe Maria do Carmo da Silva Alves Viana e ao meu pai Carlos Alves Viana por serem pais presentes que cuidam de mim com amor e carinho desde o primeiro dia que cheguei ao mundo. Agradeço aos meus irmãos Alessandra Maria Alves Viana e Luiz Claudio Alves Viana pelo carinho e por servirem como referências na graduação. Agradeço a Ana Luiza Conrado dos Santos por aceitar meu jeito de ser, por me incentivar antes e durante a graduação e por estar ao meu lado todos esses anos. Agradeço também a professora Kathiúça Bertollo pela paciência, pelo profissionalismo exemplar e pelas orientações durante este estudo. Por fim, sou grato a todos meus familiares, às minhas amigas e a todos trabalhadores e trabalhadoras da Escola Municipal Padre Carmélio Augusto Teixeira, da Escola Estadual Dom Pedro II e da Universidade Federal de Ouro Preto.

A todos, muito obrigado!

*Lili*

*Vamos amigo lute  
Vamos amigo lute  
Vamos amigo lute uoh oh!  
Vamos amigo ajude, se não  
A gente acaba perdendo o que já conquistou... ("iêa")  
A gente acaba perdendo o que já conquistou*

*Vamos amigo lute  
Vamos amigo lute  
Vamos amigo lute uoh oh!  
Vamos amigo ajude, se não  
A gente acaba perdendo o que já conquistou... ("iêa")  
A gente acaba perdendo o que já conquistou*

*Vamos levante lute  
Vamos lavente ajude  
Vamos levante grite  
Vamos levante agora  
Que a vida não parou  
A vida não para aqui  
A luta não acabou  
E nem acabará  
Só quando a liberdade raiaaarr iêa  
Só quando a liberdade raiaaarr*

*Liberdade  
Liberdade  
Teu povo clama Lili*

*Dona lili*

*Liberdade  
Liberdade  
Teu povo clama lili*

*Dona lili.*

*(Edson Gomes – Lili)*

## RESUMO

A sociedade contemporânea estabelece-se por meio de um modelo socioeconômico no qual uma classe, a burguesia e suas frações, expropriam a riqueza socialmente produzida por outra, levando a classe trabalhadora explorada a condições de existência limitadas e precárias. Este antagonismo classista desencadeia formas de resistências coletivas e as lutas sociais no bojo da luta de classes própria do modo de produção capitalista. As lutas sociais, em sua diversidade, podem ser consideradas formas de enfrentamento e combate às expressões da questão social postas e decorrentes da ordem hegemônica do capital. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral refletir sobre como a questão social se expressa e é enfrentada pelos sujeitos coletivos com atuação na Região dos Inconfidentes de Minas Gerais. Território este que é conformado sobre os marcos do capitalismo dependente. A metodologia da pesquisa baseou-se em: (i) pesquisa documental; (ii) pesquisa bibliográfica e; (iii) análise dos dados coletados através do projeto Pró-Ativa 2022, intitulado: “Serviço Social, Lutas Sociais e Sujeitos Coletivos: Cenário da Região dos Inconfidentes - Minas Gerais”. Desse modo, conclui-se que são múltiplas as expressões da questão social manifestas neste território, bem como são variados os sujeitos coletivos que desencadeiam as lutas sociais no enfrentamento a tal contexto classista antagônico.

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente. Lutas sociais. Sujeitos Coletivos. Região dos Inconfidentes. Questão social.

## ABSTRACT

*Contemporary society is established through a socioeconomic model in which one class, the bourgeoisie and its fractions, expropriate the wealth socially produced by another, leading the exploited working class to limited and precarious conditions of existence. This classist antagonism triggers forms of collective resistance and social struggles within the class struggle proper to the capitalist mode of production. Social struggles, in their diversity, can be considered ways of confronting and combating the expressions of the social question posed and arising from the hegemonic order of capital. In this sense, the present study has the general objective of reflecting on how the social issue is expressed and faced by collective subjects operating in the Region of the Inconfidentes of Minas Gerais. This territory is formed on the framework of dependent capitalism. The research methodology was based on: (i) documentary research; (ii) bibliographic research and; (iii) analysis of data collected through the Pró-Ativa 2022 project, entitled: "Social Service, Social Struggles and Collective Subjects: scenario of the Inconfidentes Region - Minas Gerais". Thus, it is concluded that there are multiple expressions of the social question manifested in this territory, as well as the collective subjects that trigger social struggles in the face of such an antagonistic classist context.*

**Keywords:** *Dependent Capitalism. Social struggles. Collective Subjects. Social issues.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Mineração setecentista em Vila Rica.....	26
<b>Figura 2-</b> Botocudos, Puris, Pataxós e Maxacalis.....	27
<b>Figura 3-</b> Escravização dos povos nativos.....	30
<b>Figura 4-</b> Mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi.....	31
<b>Figura 5-</b> Fronteiras entre os municípios Itabirito, Mariana e Ouro Preto.....	60
<b>Figura 6-</b> Composição da cidade de Itabirito – MG.....	61
<b>Figura 7-</b> Composição da cidade de Mariana – MG.....	62
<b>Figura 8-</b> Composição da cidade de Ouro Preto – MG. ....	63
<b>Figura 9-</b> Nível de instrução dos municípios Itabirito, Mariana e Ouro Preto. ....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Bandeiras de luta e áreas de atuação dos sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes. ....	76
<b>Tabela 2</b> - Sujeitos coletivos que identificaram os setores privados que os financiam. ....	94
<b>Tabela 3</b> - Levantamento sobre as formas de autofinanciamento dos sujeitos coletivos da região dos inconfidentes. ....	94
<b>Tabela 4</b> - Mensagem final deixada pelos sujeitos coletivos. ....	96

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- Alcoólicos Anônimos
ACODOPI	- Associação Comunitária dos Deficientes de Ouro Preto e Inconfidentes
ACTECH	- Alumina Chemical Technology
ADUFOP	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto
AMRAP	- Associação de Materiais Recicláveis de Antônio Pereira
COOPERGAMA	- Cooperativa Regional Garimpeira de Mariana
CSP Conlutas	- Central Sindical e Popular Conlutas
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
ELQUISA	- Eletro Química Brasileira S/A
FLAMA	- Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMG	- Instituto Federal de Minas Gerais
ITALGBT	- Movimento Itabiricense de Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais
LGBTQIAP+	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	- Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MANU	- Maternidade e Universidade
MBR	- Minerações Brasileiras Reunidas
MEI	- Micro Empreendedor Individual
MML	- Movimento Mulheres em Luta
NA	- Narcóticos Anônimos
ONG's	- Organizações Não Governamentais
POC	- Papear, Ouvir e Conscientizar
PT	- Partido dos Trabalhadores
SINASEFE	- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINCOVITA	- Sindicato do Comércio de Itabirito

SINDSEMI

- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itabirito

SETHOP

- Sindicato dos Empregados em Turismo, Hospitalidade, Asseio, Conservação, e Limpeza Urbana de Ouro Preto e Região

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1- Do passado colonial ao capitalismo dependente: considerações sobre a Região dos Inconfidentes - MG</b> .....	17
1.1 - Elementos sobre a formação sócio histórica do território .....	25
1.2 - A questão social na Região dos Inconfidentes: a particularidade de suas expressões .....	41
1.2.1 - Mineração a céu aberto, uma atividade contemporânea com raízes do passado .....	42
1.2.2 - O declínio da indústria tradicional como fator contribuinte para problemas e mazelas sociais. ....	47
1.2.3 - Contradições sociais atreladas ao turismo da região dos inconfidentes. ....	51
<b>2 - Os sujeitos coletivos e o contexto da luta de classes na Região dos inconfidentes: aproximações empíricas à realidade</b> .....	59
<b>Considerações finais</b> .....	97
<b>Referências</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

As lutas sociais decorrem e compõem o chamado contexto da luta de classes, e visam responder as expressões da questão social próprias do modelo socioeconômico capitalista. Esse modo de produção organiza-se a partir da contradição entre capital e trabalho, que desencadeia um conjunto de mazelas sociais. Nesse aspecto, os sujeitos coletivos que confrontam tais mazelas geradas por esse modo de produção de mercadorias e da vida social, podem ser interpretados como instrumentos e âmbitos das lutas sociais.

Importa evidenciar que este estudo, para dar conta de refletir acerca das questões acima apontadas e a partir da perspectiva da totalidade, orienta-se pelo método crítico dialético, que pode se compreendido como “o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (NETTO, 2011).

Já a metodologia utilizada no presente estudo, contou com a pesquisa bibliográfica de artigos, dissertações, teses e livros que abordam temáticas cruciais para o conteúdo apresentado no desenvolvimento da pesquisa. Algumas dessas temáticas são: movimentos sociais, história, questão social, lutas sociais, modo de produção capitalista, relação entre capital e trabalho, classes sociais, superexploração da força de trabalho, capitalismo dependente, precarização, mineração e outras. Além dos materiais bibliográficos, para a elaboração deste estudo também utilizou-se os dados do projeto Pró-Ativa 2022, intitulado: “Serviço Social, Lutas Sociais e Sujeitos Coletivos: cenário da Região dos Inconfidentes - Minas Gerais”.

Em relação ao tema do presente estudo, importa salientar que sua delimitação é: a questão social e sujeitos coletivos com atuação na região dos inconfidentes. A escolha deste tema deu-se por meio de observações e questionamentos decorrentes do resultado da coleta de dados realizada através do já mencionado Pró-Ativa. Já o problema de pesquisa foi delimitado em: como a questão social se expressa e é enfrentada pelos sujeitos coletivos com atuação na Região Inconfidentes de Minas Gerais?

A partir dessas delimitações, este trabalho de conclusão de curso delimitou como objetivo geral: refletir sobre como a questão social se expressa e é enfrentada pelos sujeitos coletivos com atuação na Região dos Inconfidentes de MG, e como

objetivos específicos: explicitar elementos da formação sócio-histórica da Região dos Inconfidentes sob os marcos do capitalismo dependente; demonstrar quais particularidades da questão social na Região dos Inconfidentes; publicizar os sujeitos coletivos e suas áreas de atuação frente às expressões da questão social na Região dos Inconfidentes; compreender como as lutas sociais travadas pelos sujeitos coletivos tencionam e conformam o contexto da luta de classes na Região dos Inconfidentes.

Para dar conta de responder à delimitação da pesquisa, ela está organizada em dois capítulos. O primeiro consiste em demonstrar como a desigualdade entre as classes sociais, a exploração e devastação do território, a subjugação do ser humano e os conflitos sociais são elementos estruturantes na composição social da região, partindo desde o período setecentista, moldado pela escravização do povo negro e da exploração aurífera; até o modelo socioeconômico atual, constituído pela divisão e acirramento entre as classes sociais, minério-dependência, devastação da natureza, superexploração e precarização da força de trabalho. Ou seja, são evidenciados os fundamentos e as particularidades da questão social na região.

No segundo capítulo discorre-se a respeito dos sujeitos coletivos existentes e atuantes na região dos inconfidentes e suas respectivas bandeiras de luta. Para isso, fez-se necessária uma análise crítica sobre os dados coletados no projeto Pró-Ativa. Esses dados contribuem significativamente para uma melhor compreensão das lutas sociais e expressões da questão social existentes na região, pois, concentram informações cruciais sobre os sujeitos coletivos e suas formas de organização e de enfrentamento às mazelas decorrentes do modo de produção capitalista dependente.

Importa evidenciar que ambos os capítulos constituem-se a partir de reflexões elaboradas por, diversos autores e autoras, tais como: Antunes (2011), Barroco (2010), Bertollo (2018), Cantor (2019), Fernandes (1973), Figueiredo (2011), Martins (2008), Netto e Braz (2012), Praun (2019), Roza (2020), Viana e Brusadin (2019) dentre outros/as.

Por se tratar de uma temática ampla e abrangente que envolve os conflitos sociais e antagonismos classistas provenientes da exploração da força de trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, compreendemos que o presente

estudo carrega uma significativa importância no campo das pesquisas acadêmicas da área das ciências sociais, em especial, nos trabalhos voltados para a análise e compreensão da questão social, das classes e dos movimentos sociais existentes e atuantes na região dos inconfidentes. No entanto, alertamos que tal estudo não esgota a temática, permanecendo em aberto a importância e necessidade de novos estudos decorrentes deste agora tornado público.

## 1 Do passado colonial ao capitalismo dependente: considerações sobre a Região dos Inconfidentes.

Devido aos grandes desdobramentos históricos ocorridos durante o desenvolvimento humano-social entende-se que o ser social e a maneira na qual os indivíduos de uma determinada sociedade relacionam-se entre si, são produtos de um prosseguimento ontológico<sup>1</sup> da sociabilidade entre mulheres e homens perante e para com a natureza. Além disso, os desdobramentos históricos acontecem de acordo com o contexto social e o modelo de socialização predominantemente posto.

Durante o percurso de desenvolvimento social, diversos modelos de socialização foram estabelecidos e suplantados por todo o globo terrestre. Contudo, “o que chamamos de sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social<sup>2</sup> existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui.” (NETTO; BRAZ, 2012, p.49).

Tomando as três primeiras matrizes étnicas da sociedade brasileira (indígenas, europeus e africanos) como referência para essa análise, compreende-se que antes da migração marítima, todas portavam dentro de suas cotidianidades, valores, costumes, normas e modos de socializar díspares, mas, apesar das diferenças evidenciadas, essas e todas as demais formas de socialização humana carregam em suas gêneses um ponto de similitude, no qual, sem ele as ações de criar, participar, interagir e reproduzir o estilo de vida de determinada sociedade não seriam possíveis. Este ponto de similitude está consolidado na capacidade de executar uma ação, na qual, partindo de um pressuposto ideal, chega-se a uma transformação do real que, por sua vez, está direta ou indiretamente atrelado à natureza.

---

<sup>1</sup> “A Ontologia tem como objetivo elaborar uma teoria da completa emancipação humana, da superação da mera singularidade particular (o individualismo burguês) em direção àquilo que, para o homem, é a sua essência, o realmente humano. – Guido Oldrini.” (LUKÁCS, 2013).

<sup>2</sup> Trata-se, mesmo, de um outro salto – o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética: foi uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais, uma passagem casual como o da natureza inorgânica à orgânica e foi precedida, certamente, de modificações ocorrentes numa escala temporal de largo curso. A espécie humana desenvolveu-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o **ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica). (NETTO; BRAZ, 2012, p.48).

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho. (NETTO; BRAZ, 2012, p.42).

Assumindo a reflexão feita por Netto (2012), vale destacar para que um modo de socialização se concretize efetivamente, é necessário um comportamento teleológico<sup>3</sup> de todos os indivíduos inseridos nele. Dessa forma, entende-se que este comportamento é representado pelo trabalho, devido ao fato de ser uma ação propriamente humana compreendida como um elemento fundamental para a intermediação e diferenciação do ser social diante dos demais seres (inorgânico e orgânico), visto que, para se concretizar, o trabalho parte de uma prática consciente e orientada, tornando-se assim, uma ação teleológica.

Com efeito, a sociabilidade é inerente a todas as atividades humanas, expressando-se no fato ontológico de que o homem só pode constituir-se como tal em relação com outros homens e em consequência dessa relação; ela significa reciprocidade social, reconhecimento mútuo de seres de uma mesma espécie que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para viver. (BARROCO, 2010, p.21-22).

Apesar de diversas formas de organização social terem se estabelecido no mundo por várias gerações, atualmente o modo de produção que majoritariamente se perpetua no contexto mundial é o capitalismo.

O modo de ser capitalista é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma *lógica mercantil*, produtora de *comportamentos coisificados*, expressos na valorização da *posse material e espiritual*, na *competitividade* e no *individualismo*; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado. (BARROCO, 2010, p.157).

Atualmente, existe uma grande massa de autoras e autores que apontam o capitalismo como um modo de produção oriundo de um processo de desenvolvimento ontológico do ser social, que por várias gerações foi se formando e consolidando nos parâmetros das demais formas de sociedade existentes no

---

<sup>3</sup> “[...] todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente”. (LUKÁCS, 2013).

mundo, inclusive no continente latino-americano. Assim como nas formas de socialização anteriores, o capitalismo é um processo, no qual, os indivíduos de uma sociedade se relacionam entre si buscando, por meio da natureza, recursos que respondam, de maneira adequada e eficiente, suas necessidades e desejos, sendo biológicos ou não. Porém, o que difere o capitalismo dos demais modos de produção anteriores, é a capacidade de produzir bens de consumo, ou melhor, mercadorias, além do que os próprios indivíduos, inseridos nesse processo social e econômico, conseguem consumir.

Netto e Braz (2012), em melhores palavras, afirmam que:

[...] capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados. (NETTO; BRAZ, 2012, p.110)

Isso nos leva a compreender que no modo de produção capitalista a real prioridade não é o atendimento às necessidades humanas, mas sim, a busca por acumulação de capital<sup>4</sup> que, no que lhe toca, agrava a disparidade e o conflito entre capital e trabalho, fazendo da riqueza socialmente produzida um bem privado, no qual, uma pequena parte da sociedade usufruirá, enquanto a imensa maioria agregará somente as disfunções sociais deixadas. Em outras palavras, entende-se que o fenômeno da divisão de classes é essencial e estruturante para o funcionamento e manutenção da dinâmica da sociedade burguesa, pois,

[...] a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para emprega-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender força de trabalho, já que esta é o único bem que possuem. [...] Em suma: *a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários.* (NETTO; BRAZ, 2012, p.149).

Adentrando no conceito de classes sociais, entende-se que sem a divisão de classes, fenômeno que coloca uma classe subordinada à outra, diversos modelos socioeconômicos jamais teriam conseguido atingir o devido patamar que alcançaram. Analisando a inserção do modo de produção capitalista no mundo, compreende-se que nunca houve uma plena igualdade capaz de extinguir totalmente com a divisão de classes, pois, em cada lugar onde esse modelo de

---

<sup>4</sup> A acumulação de capital é gerada através da reprodução ampliada, forma típica no modo de produção capitalista em que a mais-valia é convertida em capital. Sem a acumulação de capital o capitalismo não prospera. “para maior ver NETTO; BRAZ, 2012”.

produção se consolidou o que realmente houve foi uma fomentação para que tal fenômeno prevalecesse e se expandisse. Somente dessa maneira a intensificação e proliferação desse modelo socioeconômico seriam possíveis de se concretizarem, ou seja, capitalismo é sinônimo de exploração e subjugação social e econômica.

Além de não ter ocorrido em nenhum território do globo a extinção da divisão de classes, vale destacar que o que realmente ocorreu foi uma reformulação para novas frações de classe que, em suma, sempre resultam em uma classe explorando, oprimindo e se beneficiando de outra. No contexto do capitalismo, e a partir da teoria social crítica, essas frações de classe são denominadas como: classe burguesa, detentora dos meios de produção; e classe proletária ou, melhor dizendo, classe trabalhadora, detentora somente da força de trabalho e que em pleno século XXI encontra-se pluralizada, envolvendo trabalhadores informais, microempreendedores, sujeitos que constituem-se como pessoas jurídicas, dentre outros.

Todavia, a partir do momento em que a burguesia se torna classe dominante, e que fica evidente – pelas condições de vida reais – que os valores apropriados pelos indivíduos como valores universais (liberdade, igualdade etc.) não podem se universalizar na sociedade burguesa, eles (os valores) se tornam potencialidades, ideais, referências universais abstratas. (BARROCO, 2010, p.71).

Diante disso, tira-se a conclusão de que a liberdade dentro dessa representação socioeconômica “não pode ser objetivada de forma universal, para a totalidade dos indivíduos” (BARROCO, 2010), ou seja, é uma categoria, uma abstração, uma materialização distante da realidade cotidiana e da vida coletiva da classe trabalhadora, pois, o capitalismo, como já mencionado anteriormente, é uma forma de sociabilidade estruturada na divisão de classes, em que a tendência das leis, direito e moral é de preservar os privilégios da classe dominante enquanto a classe explorada é introduzida e mantida em um contexto de carência de opções de escolhas concretas para a consumação de seu pleno desenvolvimento.

Devido a essa impossibilidade de pleno desenvolvimento do ser social sob os marcos do capitalismo, os indivíduos, agentes ativos da humanização e desenvolvimento social, adentram em um decurso que os levam a agirem dentro de um padrão de comportamento autocentrado, no qual, a tomada de consciência, a reivindicação por plena liberdade e a interação altruísta são ofuscadas pela

competitividade, fazendo-os enxergarem-se uns aos outros como rivais ativos numa incessante disputa. Porém, vale ressaltar que os sujeitos alienados neste tipo de sociabilidade, não são alienados por vontade própria ou devido a sua índole individual, pelo contrário, todos entram nessa condição devido ao fato de fazerem parte de um produto concreto dos valores conservadores e éticos-morais universalizados pela classe dominante / classe burguesa e suas frações.

[...] entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, o grande capital – a partir daí conhecido como capital monopolista –, firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, o truste etc.). Uma vez estruturados e consolidados esses monopólios, mudou a fisionomia do capitalismo [...].

(NETTO; BRAZ, 2012, p.191).

Perante o exposto, nota-se que os avanços tecnológicos, desencadeados pela Primeira Revolução industrial, tornaram possível a capacidade de produzir mercadorias em abundância e em um período de tempo mais curto. Desde então, saindo das máquinas a vapor e chegando até os aparelhos da modernidade, a tecnologia avançou em ritmo cada vez mais acelerado até alcançar um patamar em que seus avanços tornaram-se essenciais na sociabilidade humana, adentrando direta e definitivamente no estilo de vida de qualquer indivíduo. Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos terem quebrado barreiras essenciais e de suma importância para núcleo social humano, os mesmos materializam e explicitam simultaneamente diversas mazelas sociais, econômicas e ambientais, pois, na medida em que o modo de produção capitalista avança, perpassa junto a ele todas as disfunções contidas em sua estrutura econômica e social.

Historicamente, foram necessários mais de dois séculos (de meados do século XVI ao século XIX) para que o capital conseguisse empalmar o controle do processo de trabalho; quando conquistou, instaurou-se o que podemos designar propriamente como *produção capitalista*. (NETTO; BRAZ, 2012, p.124).

Diante disso, entende-se que o capitalismo, ao longo de sua trajetória, “moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se)” (NETTO; BRAZ, 2012), passando por alguns estágios fundamentais durante seu percurso, sendo eles: comercial, concorrencial e imperialista. Durante a passagem por esses estágios, o modo de produção capitalista, a fim de manter e expandir sua dinâmica, foi se modificando de acordo com os desdobramentos sócio-históricos que cada período

histórico apresentava. A criação do mercado mundial, o desenvolvimento da produção e da tecnologia; “o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos” (NETTO; BRAZ, 2012); são algumas das reformulações que o capitalismo precisou fazer durante sua história. Dessa forma, de acordo com cada período, essas reformulações (necessárias para a manutenção do capital) foram concretizando e moldando novos aspectos na estrutura do modo de produção capitalista, mas, o conflito entre capital e trabalho, entendido como a essência que mantém toda essa morfologia sustentada, não se alterou, mantendo sempre a divisão de classes como força motriz para seu desenvolvimento.

Desse modo, vale destacar que na passagem por esses estágios, o capitalismo também promoveu uma intensificação nos conflitos de classes, pois, enquanto os monopólios queriam garantir o lucro e o acúmulo de capital advindos da exploração da força de trabalho, a grande massa de trabalhadoras e trabalhadores, além de se encontrar em estado de extrema pobreza/pauperismo, começou a tomar consciência de sua condição classista, reconhecendo-se enquanto classe, efeito este em que os indivíduos passam a se reconhecer como um “sujeito revolucionário potencialmente capaz para promover a transformação da ordem burguesa numa sociedade sem exploração”. (NETTO; BRAZ, 2012).

Em meio a essas contradições e de acordo com observações feitas por Netto e Braz (2012), compreende-se que a classe dominante da sociedade burguesa, ou seja, a classe detentora de capital, e que detém e controla o processo produtivo, precisou articular métodos específicos de controle das atividades econômicas desenvolvidas. É a partir dessas articulações que o Estado, instrumento advindo dos escombros da ordem feudal, após também passar por uma reformulação estrutural, saindo de sua natureza absolutista e adentrando em sua característica burguesa, passou a atuar, por meio de instituições diversas, dentro dos campos econômico e extra econômico como órgão garantidor da manutenção e propagação desse projeto social burguês, sustentando os superlucros dos monopólios e a exploração do capital sobre o trabalho. Além do mais, o Estado também passou a operar como um órgão administrador nos ciclos de crises, e garantidor da conservação física da força de trabalho que sofre os resultados da exploração do modo de produção capitalista.

[...] é o Estado quem estabelece políticas de desoneração tributária que elevam as margens de lucro das empresas e retiram dos cofres públicos

receitas que agravam o subfinanciamento dos serviços de caráter universal à coletividade, sucateando a oferta pública e concentrando a renda e a riqueza. (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 14).

Através dessa perspectiva, salienta-se que a atuação e função desempenhada pelo Estado, que por sua vez, encontra-se carregado de concepções ideológico-políticas que visam atender os interesses do capital e seus expoentes, colabora para a intensificação/perpetuação do modo de produção capitalista.

Desse modo, é válido afirmar que a essência do modo de produção capitalista é a mesma em qualquer território em que a dinâmica vigora, mas, as particularidades desencadeadas antes, durante e após a consolidação desse modelo socioeconômico são propriamente diversas, chegando ao fato de cada território possuir suas próprias expressões e conformações econômico-sociais. Atualmente, o que particulariza cada civilização que possui o capitalismo como modelo econômico, político e social, é a posição que cada uma exerce dentro dessa estrutura e a maneira na qual este modo de produção consolidou-se no globo como um todo.

É através desta linha de raciocínio que autores como Ruy Mauro Marini (2011) e Florestan Fernandes (1973) pontuam sobre a condição de 'dependência' que a América Latina ocupa e localiza-se na dinâmica do modo de produção capitalista. Além disso, Marini (2011) aponta que essa condição de dependência instaurada no continente latino americano se fundamenta na superexploração<sup>5</sup> da força de trabalho.

A América Latina é um território vasto formado por um conjunto de países que perante o mercado mundial (moldado durante o estágio do capitalismo concorrencial), exercem o papel de fornecedores de matérias primas industriais e gêneros alimentícios para as regiões centrais do capitalismo. A condição do Brasil e a extração de minério de ferro em seu solo, dentre outros bens naturais comuns, confirmam essa condição. Entretanto, a remoção de riquezas vinculada a interesses "econômicos (e culturais) entre grupos humanos separados por milhares e milhares de quilômetros" (NETTO; BRAZ, 2012), acontece antes mesmo da consolidação do capitalismo nesse território, pois, trata-se de uma área vasta que, a partir de fins do

---

<sup>5</sup> Superexploração – "um mecanismo de compensação do capitalismo periférico à transferência de valor, e não como o mero pagamento da força de trabalho por valor aquém do que possui". (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 23 apud BERTOLLO, 2018, p.69).

século XV, passou pelo processo de invasão e colonização europeia sobre os diversos povos, modos de socialização, classes sociais e indivíduos que já coexistiam nessas terras.

[...] Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2011, p. 133 - 134).

Essa afirmação de Marini (2011), além de reforçar a tese sobre o papel exportador de matérias primas assumido pela América Latina, também expressa uma debilidade que a mesma possui em reter e distribuir a riqueza socialmente produzida em seu território, visto que, a mesma contribuiu demasiadamente para o desenvolvimento do continente europeu, para a criação e expansão do capitalismo pelo mundo; e para a acumulação de capital dos grandes monopólios capitalistas. Além do mais, cabe ressaltar que as relações econômicas vigentes na América Latina sob a ordem do capital restringem a participação econômica da classe trabalhadora, gerando um subdesenvolvimento na área política, cultural e principalmente social. Toda essa estruturação coloca a América Latina na periferia do sistema econômico mundial, deixando-a em situação de dependência aos demais países do centro econômico. É mediante a isso que diversos estudos caracterizam e compreendem a forma como o capitalismo se impõe e ocorre no território latino americano como capitalismo dependente<sup>6</sup>.

A condição de dependência latino americana é ostensiva e articulada, pois, na medida em que o modo de produção capitalista avança nesse território as lacunas sociais não se amenizam, mas sim, se agravam e remontam sobre novos aspectos, gerando, segundo Fernandes (1973), uma situação paradoxal.

Sabe-se que a América Latina é composta por diversas nações repletas de costumes, culturas, políticas, regras e demais elementos singulares de sua sociabilidade; deixando o continente cada vez mais diversificado e intrigante. Essas nações, além de possuírem formações sociais que se assemelham em alguns aspectos (colonização e escravidão), e que se diferenciam em outros

---

<sup>6</sup> Capitalismo dependente – “[...] A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes.” (BAMBIRRA, 2013, p. 144).

(independência), são territórios que vivenciam e explicitam cotidianamente a condição de dependência que paira sobre o continente.

Todos esses aspectos e determinantes econômico-sociais se põem e impõem sobre as cidades lócus deste estudo: Itabirito-MG, Mariana-MG e Ouro Preto-MG, situadas no estado de Minas Gerais – Brasil. Essas cidades fazem parte de uma região que expressa secularmente como o capitalismo dependente se articula sobre este território e quais são os entraves econômico-sociais e político-culturais desencadeados por esse processo. A região na qual esses municípios citados compõem é conhecida como “região dos inconfidentes”.

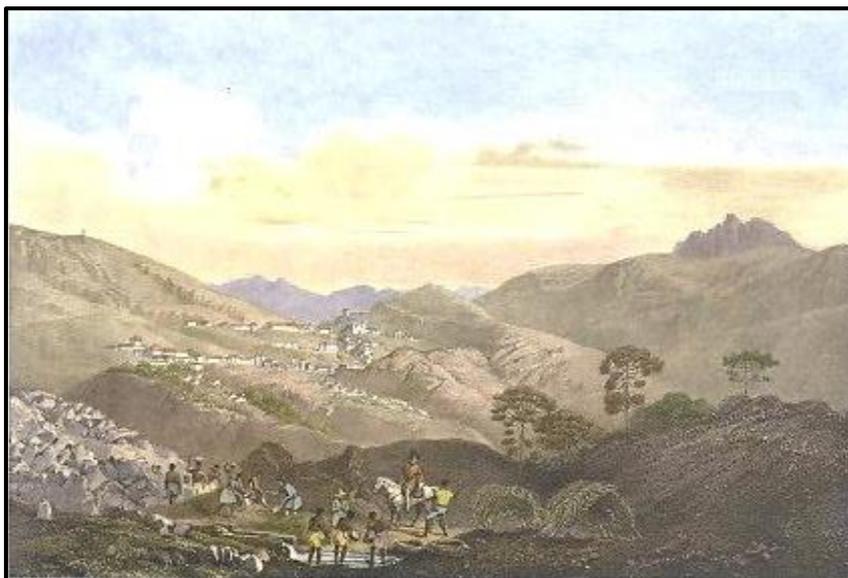
Entretanto, para melhor compreender como a condição de dependência atinge a região dos inconfidentes a partir deste contexto socioeconômico instaurado, vale discorrer brevemente sobre como a formação sócio-histórica desse território ocorreu, pois, analisando as experiências e traços históricos entende-se que haverá um melhor aprofundamento no tema que este estudo busca analisar, sendo ele, “a questão social e os sujeitos coletivos com atuação na região dos inconfidentes de Minas Gerais”.

### **1.1 Elementos sobre a formação sócio histórica do território**

A região dos inconfidentes, localizada em Minas Gerais, é um território que, após o declínio açucareiro no Brasil, passou a ganhar lugar de destaque no cenário econômico colonial, pois, como demonstrado na Figura 1, trata-se de uma região que possui historicamente como marco inicial o período em que houve uma grande massificação populacional em busca do metal mais cobiçado durante todo o regime colonial do Brasil. Este período foi denominado como “ciclo do ouro”.

O ouro aparecendo nos sertões de Taubaté, primeiro em garimpos pobres, que só estimulavam as buscas; depois em aluviões prodigiosamente ricos das morrarias de Minas Gerais, cuja exploração transfiguraria toda a sociedade colonial brasileira e, levado para a Europa, alteraria o padrão monetário.  
(RIBEIRO, 2015, p.273).

**Figura 1 - Mineração setecentista em Vila Rica**



**Fonte:** RUGENDAS, Johann Moritz. **Malerische reise in Brasilien.** 1986. v. 1. ISBN 387135001x. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227417>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Figueiredo (2011) ainda afirma que:

Depois da Casa da Casca, de Itaverava e do Tripuí, o metal precioso apareceu no ribeirão do Carmo, rio Gualacho, rio das Mortes, rio das Velhas, em Catas Altas, Santa Bárbara, Ivituruí... “Para todos os lados e por todos aqueles matos se acha ouro, com maior ou menor rendimento”, informou ao rei uma autoridade da Coroa. (FIGUEIREDO, 2011, p.128).

Iniciado em fins do século XVII, perpassando por todo o século XVIII e findado no início do século XIX, o ciclo do ouro no Brasil foi um período no qual houve uma intensificação da extração deste metal precioso encontrado em diversos territórios do estado de Minas Gerais. Estado este que, por sua vez, passou a existir e carregar tal nomenclatura devido a esse período histórico.

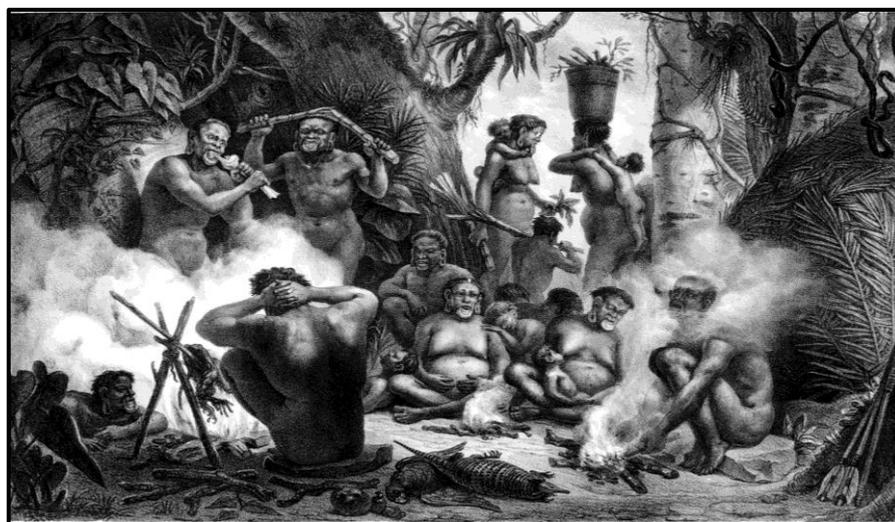
Segundo Ribeiro (2015, p.274),

[...] Desde as primeiras notícias dos descobrimentos auríferos, multidões acorreram às áreas de mineração, vindas de todo Brasil e, posteriormente, também de Portugal. Em poucos anos, aquelas regiões desertas transformaram-se na área mais densamente povoada das Américas, concentrando cerca de 300 mil habitantes por volta de 1750. Os ricos vinham com toda sua escravaria, pleiteando grandes lavras; os remediados, com o que tinham, e os pobres, com uns poucos negros, com apenas um, ou com nenhum, mas tentando a sorte. A transladação humana alcançou tal vulto que a Coroa viu-se na contingência de sofreá-la, baixando sucessivamente atos para evitar o êxodo dos engenhos e das vilas das zonas de antiga ocupação.

Diante essa passagem, é notório que a busca pelo ouro despertou uma imensa cobiça em diversos sujeitos espalhados pela colônia e até mesmo fora dela, fazendo muitos deles abandonarem suas vidas de costume para se aventurarem nas terras mineiras. Esse fenômeno migratório gerou um expressivo crescimento populacional em diversos territórios nos quais a mineração prosperava, pois, até aquele momento as terras eram tidas como desertas, mas, de acordo com Venâncio (1997), Martins (2008), Figueiredo (2011) e outros autores, constata-se que antes da descoberta do ouro e da devastação gerada por ele, diversas áreas, que posteriormente viriam a se tornar vilas, arraiais e futuramente cidades, eram habitadas há muito tempo por povos indígenas, como demonstra a Figura 2. Na comarca de Ouro Preto, por exemplo, “havia várias tribos cuieté (ou aimorés, ou timbiras), então, chamados botocudos” (MARTINS, 2008, p. 214).

A figura dos aborígenes por si só já era assustadora — uma coisa era encontrar nativos na praia aberta de Porto Seguro; outra era vê-los de relance, se esgueirando pelas matas fechadas do sertão. Os botocudos, por exemplo, um dos povos que ocupavam a região, quase perdiam a feição humana pelo costume de usar um disco de madeira, da circunferência de uma laranja grande, em fendas abertas no lábio inferior e nas orelhas. (FIGUEIREDO, 2011, p.76).

**Figura 2 - Botocudos, Puris, Pataxós e Maxacalis.**



**Fonte:** DEBRET, Jean Baptiste. **Botocoudos, Buris, Patachos et Macharis.** 1834. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3686>. Acesso em: 31 mar. 2023.

A passagem feita por Figueiredo (2011) demonstra como que a ocupação da região dos incondentes e demais territórios do atual estado de Minas Gerais já havia sido realizada antes mesmo da descoberta do ouro. Contudo, é válido afirmar a essência social e cultural desse território deve-se muito ao ciclo da mineração

aurífera e do grande contingente de pessoas que, junto aos nativos, caracterizaram a região.

Coube a Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, como primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, organizar as instituições públicas e regularizar os ofícios civis, criando as primeiras vilas:

- Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana) em 8 de abril de 1711;
- Vila Rica (Ouro Preto), em 8 de julho de 1711;

Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 de julho de 1711. Sucedendo a Albuquerque Coelho, o general dom Brás Baltazar da Silveira, dando continuidade à organização político-administrativa da capitania, deu forais de vila a:

- São João Del Rei, a 8 de dezembro de 1713;
- Vila Nova da Rainha (Caeté), a 29 de abril de 1714;
- Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, a 9 de julho de 1715.

(MARTINS, 2008, p.98 - 99).

Desse modo, com o estrondoso crescimento demográfico e com o desenvolvimento produtivo que a região dos inconfidentes veio contemplando desde a fase inicial da atividade extrativista, cabe salientar como que essa aglomeração de indivíduos, advindos de diversas regiões e carregados com seus respectivos costumes, culturas e estilos de vida; moldou a sociabilidade desse território.

Nas zonas de mineração, a sociedade brasileira adquire feições peculiares como um desdobramento do tronco paulista, por influência dos brasileiros vindos de outras áreas e de novos contingentes europeus nele incorporados, e da presença de uma grande massa de escravos, tanto africanos quanto nativos, trazidos das antigas zonas açucareiras. O principal conformador dessa variante cultural foi a atividade econômica inicial de mineração e a riqueza local que ela gerou, criando condições para uma vida urbana mais complexa e ostentosa que em qualquer outra região do país. (RIBEIRO, 2015, p. 276).

Durante o período do ciclo do ouro, principalmente em sua fase inicial, diversos problemas no campo social também foram provocados abruptamente. Isso ocorreu, devido ao fato de se tratar de localidades que ainda não possuíam sequer estrutura básica e eficiente para atender o grande contingente populacional que aumentava cada vez mais. O resultado desencadeado foi um grande colapso social, em que, a fome passou a ser um dos principais males destacados durante esse período. “Toda uma copiosa documentação histórica mostra como se podia morrer de fome ou apenas sobreviver comendo raízes silvestres e os bichos mais imundos, com as mãos cheias de ouro” (RIBEIRO, 2015, p. 274).

Os velhos descobridores do ouro preto não aguentaram; fugiram da fome tanto o Padre Faria como Antônio Dias. Muitos se retiraram para Taubaté e mais tarde, vencida a fase aguda da tragédia coletiva, persistentes – voltaram e até mesmo se enriqueceram. (SALLES, 1999, p.30 apud MARTINS, 2008.).

A mineração setecentista também possibilitou o surgimento de outros setores econômicos na região dos inconfidentes. A agricultura local, atividade inicialmente precária ou até mesmo nula, passou a se diversificar, provendo diversos produtos para a população presente nos centros urbanos onde o mercado era mais aquecido devido à atividade extrativista. No decorrer do tempo, a agricultura foi se tornando uma atividade fundamental e cultural na região dos inconfidentes, mas, vale ressaltar que, assim como em seu período inicial, trata-se de uma atividade de caráter econômico secundário, visto que a mineração, até os dias atuais, é a principal atividade fomentadora da economia da região. Se atualmente os doces artesanais<sup>7</sup> do distrito de São Bartolomeu em Ouro Preto-MG e o pastel de angu<sup>8</sup> de Itabirito-MG são reconhecidos como um patrimônio imaterial de seus respectivos municípios, isso se deve às atividades praticadas e desenvolvidas durante o ciclo do ouro, ou seja, o presente possui raízes no passado.

É através da mineração do ouro e das atividades procedentes dela que a sociedade se estabilizou e aprimorou seu estilo de vida nas terras mineradas. Assim, mediante a estabilização social,

Desenvolveu-se simultaneamente uma classe senhorial de autoridades reais e eclesiásticas, de ricos comerciantes e mineradores, tanto brasileiros como reinóis, acolitada por um amplo círculo de militares de ofício, burocratas, ouvidores, contadores, fiscais e escrivães. Dentro desse círculo, todos se davam um trato cordial de “urbanidade sem afetação”, segundo um testemunho europeu. Os homens levavam jaquetas e calças de flanela preta de Manchester. As mulheres davam-se ao luxo de seguir modas francesas. Faziam arquitetura e pintura da mais alta qualidade, criando uma variante brasileira do barroco; literatura lírica e até política libertária; liam pensadores revolucionários e compunham música erudita, primorosamente orquestrada. (RIBEIRO, 2015, p. 277)

Recapitulando o que já foi abordado sobre divisão de classes, sabe-se que independentemente do lugar ou da temporalidade em que determinado fato histórico ocorre, para haver a existência e afirmação de uma classe senhorial, ou seja, uma classe que usufrui de bens e regalias geradas pelo trabalho alheio, necessita-se simultaneamente da existência de ao menos uma classe que, diferentemente da

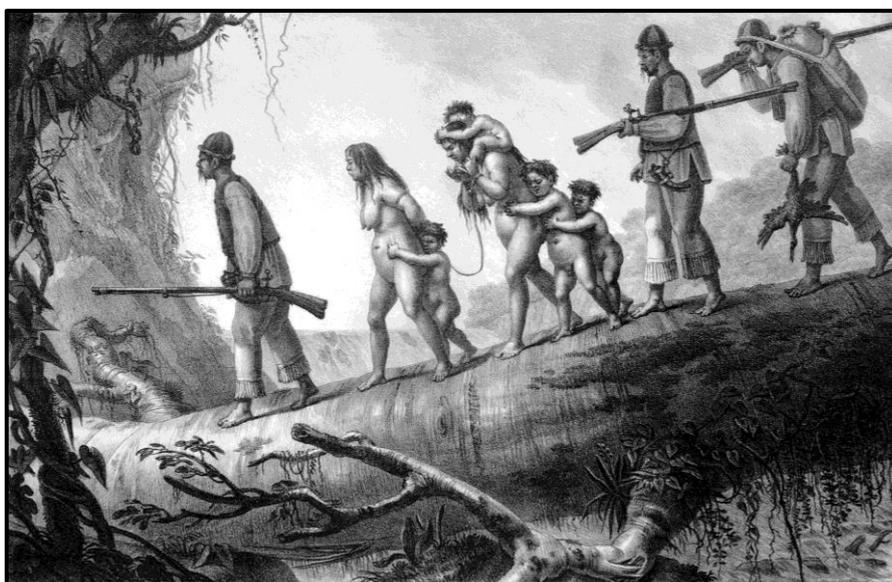
---

<sup>7</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (Ouro Preto). Diretoria de Promoção Cultural - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Registro da produção tradicional de doces artesanais de São Bartolomeu como patrimônio imaterial de Ouro Preto. **Parecer técnico, 01/2008 de 01 de abril de 2008**. Ouro Preto, p. 1 - 05, 1 abr. 2008.

<sup>8</sup> “O Pastel de Angu se tornou símbolo de resistência, pluralidade e esperança. Resistência por ser uma receita criada por mulheres escravizadas que se empenharam a transmitir seus conhecimentos a cada geração, mesmo diante de tanto sofrimento e preconceito. Pluralidade por se tornar uma receita que simboliza a população de uma cidade e representa uma região.” (GOMES, 2021, p. 03).

primeira, ocupará uma posição de subalternidade, mas, que ao mesmo tempo a falta de sua participação no contexto social em que se encontra, poderia levar toda estrutura que a coloca em condição inferior em ruínas. Por estarmos tratando de uma região na qual teve sua formação social iniciada em meados do século XVIII, fica evidente que todo mecanismo social daquele período era sustentado pelo trabalho escravizado, forçado inicialmente aos nativos da terra e intensificado sobre a população negra advinda majoritariamente do continente africano. A Figura 3 e a Figura 4 retratam sobre essas atrocidades.

**Figura 3 - Escravização dos povos nativos<sup>9</sup>.**



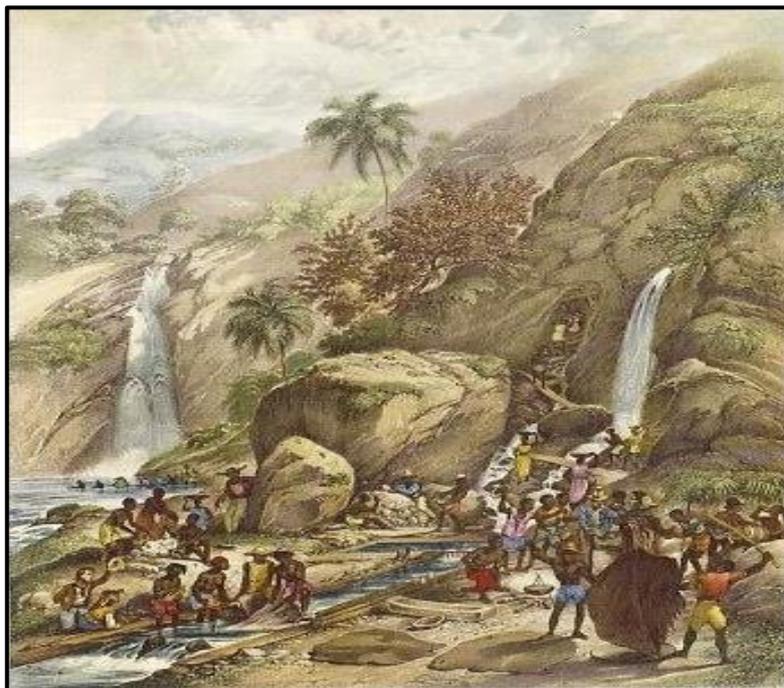
**Fonte:** DEBRET, Jean Baptiste. **Soldados índios da província de Curitiba, escoltando índios prisioneiros.** 1834. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3727>. Acesso em: 1 abr. 2023.

Sobre condições insalubres, a mineração do ouro de aluvião, por exemplo, “exigia que os escravos permanecessem da cintura para baixo imersos nos gélidos rios mineiros”. (VENÂNCIO, 1997).

Como o gentio não minerava bem, os donos de lavras começaram a substituí-los por tapanhunos (escravos negros, na língua geral). Além de serem muito mais adaptadas e resistentes ao trabalho nas minas, as “peças da África” encontravam mais dificuldade para fugir, sobretudo nos primeiros anos da mineração, por estarem num ambiente que não dominavam. (FIGUEIREDO, 2011, p.148).

<sup>9</sup> A Figura 3 retrata a escravização de povos nativos na província de Curitiba, porém, como o mesmo fenômeno ocorreu na Região dos Inconfidentes, território abordado no presente estudo, pode-se afirmar que a imagem também contribui para retratar o aprisionamento e escravização dos povos nativos da região mineira.

**Figura 4** - Mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi.



**Fonte:** RUGENDAS, Johann Moritz. **Malerische reise in Brasilien.** 1986. v. 1. ISBN 387135001x. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227417>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Venâncio (1997) também aponta que:

[...] Mariana foi um dos principais centros escravistas das Gerais, reunindo, no ano de 1718, 10.937 escravos, do total de 34.475 cativos mineiros dedicados à faina aurífera. A futura capital da primeira diocese mineira respondia por quase um terço da renda fiscal amealhada nas Gerais. Para se ter ideia da quantidade de ouro produzido na Vila do Carmo, basta mencionar que em 1721 o volume auferido na cobrança do Quinto local alcançou 104,3 kg de ouro, valor extremamente elevado perante os 367,5 kg coletados no conjunto da capitania. Mesmo reconhecendo a fragilidade do registro fiscal, pode-se afirmar que a produção aurífera marianense oscilava, no início da década de 1720, em torno de meia tonelada anual. (VENÂNCIO, 1997, p. 02).

Mesmo com uma composição social estruturada no escravismo, cujos personagens atuantes desse modelo socioeconômico são os senhores e os escravizados, as regiões mineradas neste mesmo período apresentaram uma peculiaridade digna de atenção. “Esta peculiaridade é referente à criação de uma ampla camada intermediária entre cidadãos ricos e os pobres trabalhadores das lavras” (RIBEIRO, 2015). Essa camada intermediária, também composta por sujeitos pretos e pardos que ocupavam posições de destaque como músicos, ferreiros, pedreiros, escultores, pintores, carpinteiros, artistas e outros; detinha uma garantia

de estabilidade social através de corporações de ofício<sup>10</sup> que sustentavam seus interesses profissionais. Diante disso, podemos dizer a grosso modo, que essas corporações de ofício assemelhavam-se a uma espécie remota de sindicato, visto que, o papel de um sindicato na atualidade é de defender e garantir os interesses da categoria e dos indivíduos que o compõe.

[...] Abaixo desses estratos intermediários, estava a camada de mulatos e negros forros mais humildes, representados nas irmandades mais pobres mas, ao menos, aí integrados. Eram os serviços domésticos ou trabalhadores braçais, sobre cujos ombros recaíam as tarefas pesadas. Na base da estratificação, como camada mais explorada, sem qualquer representação ou direito, ficava a grande massa escrava de trabalhadores das minas, das lavouras e dos transportes. Todo um aparato ostensivo de repressão vigiava, em cada vila, a esses miseráveis, para prevenir as fugas de escravos, a vadiagem dos forros que pudesse resultar em assaltos e, sobretudo, as rebeliões. (RIBEIRO, 2015, p.278).

Além da fome mencionada anteriormente, vale destacar que os conflitos sociais também fizeram e ainda fazem parte da composição da região dos inconfidentes, pois, analisando o período da mineração colonial, nota-se que diversos embates, carregados de interesses e preconceitos, foram travados fervorosamente em diversas ocasiões, sendo muitos deles, embates sangüinários e truculentos. A revolta de Filipe dos Santos, movimento ocorrido em Ouro Preto no início do século XVIII, expressa essa realidade.

A revolta de Filipe dos Santos foi um movimento composto por interesses da elite da época que, prevendo o quão ficaria prejudicada após a construção e taxaço de impostos das casas de fundição, imediatamente buscou meios para barrar o levantamento das mesmas. Para atingir seus objetivos, essa mesma elite, através de manipulação e distorção de informação, inflamou diversos indivíduos inseridos nas camadas mais pobres da sociedade, dentre eles, Filipe dos Santos, um rancheiro de origem portuguesa que habitava a região. O resultado dessa articulação senhorial, que hoje em dia chamaríamos de *fake news*, deu-se em reivindicações populares que buscavam ações e respostas do governo da época

---

<sup>10</sup> “A organização do trabalho artesanal em ofícios se fez presente desde o início do processo de colonização, incorporando características diferenciadas no ambiente colonial em relação às suas congêneres europeias. As relações entre os ofícios e os elos religiosos com irmandades leigas, as características mutualistas que garantiam proteção aos trabalhadores, as funções econômicas que elas desempenhavam na vida urbana e o papel político junto ao senado da câmara, marcaram algumas das características fundamentais dessas corporações que se mantiveram na vida socioeconômica colonial.” (MARTINS, 2012, p. 02).

que, por sua vez, era representado por Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar. (FIGUEIREDO, 2011).

A violência do governador não ficava só no discurso, como puderam testemunhar os moradores da região em julho de 1720. No dia 16, escoltado por quarenta dragões (soldados da cavalaria) e 1.500 escravos, ele entrou em Vila Rica e brutalizou. Mandou incendiar as casas dos insurretos, prendeu-os e mandou-os para o Rio de Janeiro, a pé e acorrentados. (Os emboabas enfim eram a caça do dia.) Não satisfeito, o governador condenou à morte, sem julgamento, um dos agitadores: Filipe dos Santos, um português pobre e analfabeto que abandonara a mulher em Lisboa e, nos sertões, ganhava a vida como condutor de bestas. Filipe foi enforcado em praça pública, e seu corpo, arrastado por cavalos pelas ruas de Vila Rica. Por fim, o que sobrou dele foi esquartejado — a cabeça foi pendurada no pelourinho; e os membros, expostos ao longo das estradas. (FIGUEIREDO, 2011, p.188).

O desfecho/aniquilamento desse movimento popular protagonizado por interesses da classe social dominante da época representa como a busca pela lucratividade e riquezas, sustentada por um aparato legal destinado a atender os interesses do lado mais forte em termos políticos e econômicos; faz parte dos meandros sociais e históricos da região dos inconfidentes desde seus primórdios.

É diante deste contexto societário, assegurado pela extração mineral, que a região dos inconfidentes foi se moldando e se organizando socialmente. Porém, sabe-se que uma extração desenfreada de riquezas minerais entra em declínio e decadência posteriormente a uma fase de ápice e de destaque. Isso acontece em razão da essência que esse tipo de atividade extrativista porta em seu âmago, pois, tratam-se de bens naturais comuns não renováveis, ou seja, o produto retirado não mais se reestabelece.

Esse declínio do ciclo do ouro passou a ser sentido com mais transparência a partir do último quarto do século XVIII, pois, refere-se ao momento em que a mineração aurífera, principal atividade fomentadora da economia, começou a decrescer, atingindo resultados inferiores aos lucros surpreendentes alcançados nas décadas anteriores. Essa escassez gerou um efeito dominó em toda região, pois, sem a rentabilidade provinda da atividade extrativista, o custo de vida passou a elevar-se abruptamente, chegando ao ponto das pessoas que habitavam esses territórios minerados não conseguirem suprir eficientemente suas demandas cotidianas.

Através deste novo panorama começou a florescer, em alguns núcleos sociais desses territórios, projetos de cunho separatista, cujo intuito era de reordenação da sociedade e independência do território mineiro perante as leis, imposições e taxações advindas de Portugal. O resultado sobre este novo quadro social que vinha se consolidando, deu-se na origem de revoltas e insatisfações provindas da população das minas, sendo novamente a classe senhorial, a camada que usufruía dos bens e regalias provenientes da mineração sob o escravismo, a principal fomentadora dessas iniciativas, pois, inconformada com as condições de penumbra que estava se desenhando para um futuro próximo, buscava artifícios para conseguir alcançar e manter tanto o status social, quanto a rentabilidade que outrora havia se apoderado.

Uma das articulações que ilustra com mais nitidez esse momento histórico e que por sinal batiza a região analisada neste estudo- região dos inconfidentes - é a então conhecida “inconfidência mineira”. Essa iniciativa, também conhecida como “conjuração mineira”, “apesar de fracassada por uma delação, nos revela o vigor do sentimento nativista nascente e também o amadurecimento de uma ideologia republicana capacitada para reordenar a sociedade em novas bases” (RIBEIRO, 2015). Porém, vale salientar que tanto Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), quanto os demais partícipes desse movimento,

Queriam apenas que a capitania (e não a colônia) se desgarrasse de Portugal. A instalação de um regime democrático não estava no horizonte dos conjurados, bem como a abolição da escravatura. O farol da Inconfidência Mineira (nome com o qual o movimento passaria à história) não era propriamente a política, mas sim a economia — ou melhor, a economia da elite. O poder e a riqueza é que estavam em jogo, não uma noção mais ampla de liberdade. Os inconfidentes não pensavam em fundar uma nação. Desejavam tão somente dominar os rendosos postos da burocracia estatal, eliminar os monopólios comerciais de Portugal e livrar-se das mordidas da Coroa sobre o fruto das (já magras) minas de ouro. O negócio da conspiração eram os negócios. (FIGUEIREDO, 2011, p.283 – 284).

Sobre esse desfecho histórico da Inconfidência Mineira, Figueiredo (2011) relata que:

A maioria dos conjurados foi punida com o desterro para a África. Tiradentes teve a pior pena: só ele foi condenado à morte. (Cláudio Manoel da Costa foi um caso à parte. Antes de ser julgado, ele foi encontrado morto na prisão, dependurado por uma corda, possivelmente assassinado.) Tiradentes, o ponto mais frágil da urdidura, teve o fim mais cruel. Depois de amargar três anos de prisão, ele foi enforcado, decapitado e esquartejado. Para que os súditos da Coroa nunca se esquecessem da lição, a cabeça de

Tiradentes foi encravada numa estaca e exposta em praça pública em Vila Rica, e seus membros, espalhados pela estrada que levava ao Rio de Janeiro. (FIGUEIREDO, 2011, p.284).

Diante a isso, vale ressaltar que a mineração no Brasil, desde seus primórdios, sempre foi movida por busca de lucros cada vez mais exorbitantes, resultando em inúmeros problemas sociais, na degradação da fauna e flora da região onde essa atividade de cunho extrativista se perpetua, no conflito entre interesses coletivos e individuais; e na morte de diversos indivíduos pertencentes a essa realidade. Assim como na revolta de Filipe dos Santos ocorrida em décadas anteriores, o desfecho da inconfidência mineira também carregado de atrocidades, representa e expressa essa veridicidade. Esse contexto de brutalidade que sempre custou a vida de alguém das classes exploradas e subordinadas configura-se nos primeiros contornos de múltiplas e ampliadas violências advindas da mineração na região dos inconfidentes, vide os resultados gerados pelos rompimentos criminosos de barragens de rejeitos da mineração em Itabirito (2014)<sup>11</sup> e Mariana (2015)<sup>12</sup>.

Com o exaurimento populacional provocado pela escassez da mineração do ouro,

A vida citadina se deteriora, conformando cidades mortas, cujas casas são vendidas por preços muito inferiores ao que custaria edificá-las; cujo comércio, instalado em lojas enormes, tem as prateleiras vazias; cuja gente cada vez mais sovina vive de créditos e calotes, só luzindo o antigo brilho nas procissões religiosas, organizadas ao gosto antigo, em que todos trajam a única surrada roupa domingueira. Esta é a Minas Gerais da decadência: conservadora, reservada, desconfiada, taciturna e amarga. A atividade mais rendosa, porque a única paga em dinheiro, virá a ser a burocracia sobrevivente de uns poucos cargos públicos, disputados pela melhor gente. (RIBEIRO, 2015, p.280 – 281).

Diante de um período assombroso e de um cenário de terra arrasada, ambos gerados pela escassez do extrativismo aurífero, ainda é válido salientar que para as camadas sociais que ainda habitavam e resistiam nessa região, “[...] somente a industrialização poderia abrir novos horizontes de ocupação produtiva aos capitais acumulados e, sobretudo, à massa antes engajada na mineração, que estiolava agora nas cidades decadentes e nos campos paupérrimos. [...]”. (RIBEIRO, 2015, p.280).

---

<sup>11</sup> Barragem em Itabirito - <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/09/rompimento-de-barreira-soterra-veiculos-na-cidade-de-itabirito.html>

<sup>12</sup> Barragem em Mariana - <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/tragedia-em-mariana-mg/noticia/tragedia-em-mariana-mg.ghtml>

Desse modo, a partir do século XIX, a coroa portuguesa, representada naquele momento por D. João VI, passou a estabelecer medidas, cujo objetivo era reerguer a economia da mineração de Minas Gerais que, através da massiva quantidade de ouro retirada em tempos remotos, “ajudou a fortalecer o nascente capitalismo” (FIGUEIREDO, 2011), e colaborou para o luxo e poderio econômico da Europa, especialmente a Inglaterra.

Essas medidas voltadas para a recuperação econômica da região concederam licenças para grupos estrangeiros investir e explorar os territórios minerados, promovendo uma mudança robusta nas regras do setor extrativista. Sendo assim,

Em vez de os mineradores tradicionais terem preferência na exploração do ouro, como ocorria havia mais de um século, a prioridade seria concedida a um novo tipo de empresa: sociedades abertas, controladas por acionistas (“capitalistas”, como dizia el-rei), que podiam inclusive ser estrangeiros. A partir daquele momento, o minerador audacioso, forjado no exemplo de gigantes como Fernão Dias, Borba Gato e o Bartolomeu Bueno da Silva (filho, pai e avô), se tornou um tipo do passado. Saíam de cena os homens que se moviam mais pela cobiça do que pela sensatez. E entravam no palco, também com cobiça, mas guiadas pela razão, as empresas estrangeiras, majoritariamente inglesas, de nomes como Imperial Brazilian Mining Association, Anglo-Brazilian Gold Company e Reid, Irving & Company. (FIGUEIREDO, 2011, p. 309 – 310).

Em fase de industrialização, a região dos inconfidentes continuou mantendo sua condição de dependência à atividade extrativista, mas, diferentemente da situação que vinha se concretizando pós-ciclo do ouro, a mesma, aparentemente, passou a apresentar um cenário econômico com “caráter promissor”. Porém, cabe abordar que a prosperidade desse fenômeno era direcionada apenas para a classe dominante que, por sua vez, também foi passando por reformulações a ponto de ganhar novas frações/categorias, ou seja, aquela que outrora era entendida como classe senhorial, representada pelos senhores, passou a ser compreendida como classe empresarial, representada por empresários estrangeiros, ou, de acordo com D. João VI na passagem feita por Figueiredo (2011), por capitalistas. Desse modo, “abria-se, então, nova fase na história da mineração e da história social do trabalho em Minas Gerais, o denominado ‘período inglês’”. (SOUZA, 2015).

A industrialização ocorrida nos territórios minerados de Minas Gerais retrata esse panorama econômico-social, pois, além de ser fruto de um subdesenvolvimento econômico que, segundo Marini (2011), expressa uma

unificação do arcaico ao moderno; tornou algumas minas da região dos inconfindentes, já consideradas improdutivas, em verdadeiros polos lucrativos e atrativos para o investimento estrangeiro. A Mina de Passagem<sup>13</sup> em Mariana-MG e a Mina de Cata Branca<sup>14</sup> na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, atual Itabirito-MG, são representações dessa conjuntura histórica.

No entanto, cabe evidenciar que esses investimentos estrangeiros em Mariana-MG, Itabirito-MG e Ouro Preto-MG não são casos isolados do que o cenário econômico externo vinha apresentando, pois, retomando o que já foi abordado inicialmente neste estudo, o modo de produção capitalista, durante sua trajetória histórica, precisou passar por reformulações necessárias para sua consolidação mundial. Dessa forma, algumas dessas reformulações destacam-se em fins do século XVIII e início do século XIX, pois, trata-se de um período em que o capitalismo, saindo de seu estágio denominado “capitalismo comercial”, passou a adentrar em seu estágio conhecido como “capitalismo concorrencial”.

Netto e Braz (2012) elucidam como essa dinâmica funcionou:

Sobre base da *grande indústria (a indústria moderna)*, que provocará um processo de *urbanização* sem precedentes, o capitalismo concorrencial criará o *mercado mundial*: os países mais avançados (e, nesse período, a liderança estará com a Inglaterra) buscarão matérias brutas e primas nos rincões mais afastados do globo e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala [...]. Povos, nações e Estados situados fora da Europa, que se mantinham isolados resistindo com recursos de força, são agora integrados mais pela via da invasão comercial que pela intervenção militar. (NETTO; BRAZ, 2012, p.185).

Considerando tal contexto, ocorrido durante o século XIX, reporta-se que o Brasil, iniciou-o exercendo um papel de colônia de Portugal, em seguida, após a proclamação de sua independência ocorrida em 1822, perpassou por um regime imperial dividido em Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado; finalizando o então século, a partir de 1889, como uma República proclamada.

Sobre essa questão que envolve o século XIX, cabe mencionar que o processo de industrialização acontecia em diversos territórios latino-americanos,

---

<sup>13</sup> Passagem, “a partir da aquisição da mina pelos ingleses em 1863, a localidade passou por profundas modificações econômicas e experimentou novo surto demográfico, tornando-se um dos distritos mais populosos e economicamente prósperos de Mariana”. (SOUZA, 2009, p. 42).

<sup>14</sup> “Assim como diversas localidades de Minas Gerais, a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, pertencente ao Termo de Vila Rica, nasceu sob a faina da busca pelo ouro nos ribeiros e faldas das montanhas do século XVIII. Nesta paragem encontrava-se a mina de Cata Branca.” (SOUZA, 2015, p. 02).

promovendo uma relação de troca desigual entre países economicamente dissimilares.

De acordo com Marini (2011, p. 135),

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Apesar de estarmos abordando sobre um século em que a proclamação da república brasileira ocorreu somente nos últimos anos, é de se observar que a região dos inconfidentes exemplifica com transparência como que o capitalismo, desde fins do período colonial, já estava se implantando no território brasileiro, vide a intensificação de investimentos de empresas estrangeiras, majoritariamente inglesas, em minas de Itabirito-MG e Mariana-MG; e a urbanização junto à criação de instituições educacionais<sup>15</sup> em Ouro Preto-MG.

[...] A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (MARINI, 2011, p. 163).

Para compreender sobre como a situação de dependência da América Latina foi se instaurando antes mesmo da consolidação do modo de produção capitalista no território, vale tomar a mineração na região dos inconfidentes como referência, pois, nota-se que a mesma atividade que remotamente contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, posteriormente passou a empenhar-se para a consolidação deste sistema econômico-produtivo no Brasil. Porém, ao invés de gerar o desenvolvimento e a autonomia do país perante o mercado mundial, essa atividade contribuiu e permanece contribuindo para o contrário, ou seja, gera e mantém uma condição de dependência à dinâmica econômico-comercial internacional que, por sua vez é totalmente orquestrada pelos interesses advindos dos países de capitalismo central. Em outras palavras, pode-se afirmar que é um tipo de industrialização feita pra atender interesses externos.

---

<sup>15</sup> “No início do século XIX, ainda que estagnada economicamente, Vila Rica foi elevada à capital da província de Minas Gerais e sede da comarca de Ouro Preto (1818) e posteriormente, elevada à categoria de cidade (1825), sendo designada como Ouro Preto. Foi também neste período que o desenvolvimento da cidade foi impulsionado pelo estabelecimento de algumas instituições educacionais, como: um colégio para a educação de meninas (1828), a Escola de Farmácia e Bioquímica (1839), a Escola Normal (1873) e a Escola de Minas (1876).” (CALIL, 2018, p. 25).

Marini (2011), também aponta que,

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (MARINI, 2011, p. 167).

Isso nos revela como que ao longo do século XIX e adentrando no século XX a economia da região dos inconfidentes se manteve como refém da atividade minerário-extrativista, porém, uma das novidades ocorridas nessa conjuntura foi a prioridade à extração do minério de ferro. Isso significa que o ouro, mineral tão cobiçado em tempos remotos, apesar de ainda explorado, passou a perder espaço para o ferro, iniciando assim, um novo ciclo da mineração na região.

No Brasil, após a abolição da escravatura, com a proclamação da república e com o recém enraizamento do capitalismo

Passou-se do período escravocrata para o período da “liberdade” capitalista, porém o homem continua sendo ‘tão escravo quanto antes’. Alteram-se as aparências da escravidão, tornando-a modernizada, tornando-a consentida, fazendo com que os próprios indivíduos se culpem uns aos outros pelo significativo grau de falência que o atual momento histórico significa no percurso da humanidade. (BERTOLLO, 2018, p.216).

É diante esse cenário que a região dos inconfidentes adentra o século XX. Século este em que a região ficou fortemente marcada pela modernização da industrialização brasileira.

A moderna industrialização brasileira teve o seu impulso inicial através de dois atos de guerra. Getúlio Vargas impôs aos aliados, como, condição de dar seu apoio em tropas e matérias-primas, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e a devolução das jazidas de ferro em Minas Gerais. Surgiram, assim, imediatamente após a guerra, dois dinamos da modernização no Brasil. [...] A Vale do Rio Doce pôs nossas reservas minerais a serviço do Brasil, provendo delas o mercado mundial. Cresceu, assim como uma das principais empresas de seu ramo. (RIBEIRO, 2015, p.152 – 153).

Além da Vale do Rio Doce, mencionada acima, no decorrer do século XX outros polos industriais foram se assentando na região dos inconfidentes, sendo alguns:

- Usina Wigg<sup>16</sup> – Em São Julião (atual distrito de Miguel Burnier).
- Elquisa<sup>17</sup> (Eleto Química Brasileira S/A) - Em Ouro Preto.
- MBR<sup>18</sup> (Minerações Brasileiras Reunidas) – Em Itabirito.

Muitas dessas empresas foram passando por mudanças ao longo do tempo, mas o fato de grande parte delas terem se estabelecido na região durante o século XX, reflete como a modernização da industrialização brasileira foi promissora nesse território.

Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no caso da ordem destrutiva do capital no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano. (BERTOLLO, 2018, p.137).

É diante esse cenário, representado na passagem feita por Bertollo (2018), que a região dos inconfidentes percorreu todo o século XX e se encontra no presente século XXI. Porém, destaca-se que na atualidade o estágio em que o capitalismo se encontra não é mais o concorrencial, mas sim, o então denominado “capitalismo monopolista”.

#### Nesse estágio, o modo de produção capitalista

[...] necessita de mecanismos alternativos para dar curso à expansão do capital na sua forma financeira. Com isso, produz grande violência social e econômica ao espoliar os setores mais vulneráveis da sociedade. Mas há nessa dinâmica muitas contradições, pois, o processo de acumulação financeira ergue, ele mesmo, obstáculos à sua rota de expansão, de tal

<sup>16</sup> “A Usina Wigg foi desativada em 1969, período onde o complexo foi assumido pelo grupo Votorantim que, no mesmo ano, inaugurava a Siderúrgica Barra Mansa, ali perto, com um forno de maior capacidade. Neste período, várias mineradoras se instalaram na região. O empreendimento siderúrgico da Votorantim incluía um complexo de atividades entre as quais se destacavam a produção de ferro, extração de minério e pedras (brita), produção de carvão e reflorestamento. No auge de suas atividades empregava, aproximadamente, 1.500 trabalhadores.” (BAETA et al., 2012, p. 09).

<sup>17</sup> “O largo espaço de tempo que abrange o início da implantação da Electro-Chimica Brasileira em Saramenha, em 1934, até a produção do primeiro lingote de alumínio primário em suas fábricas, a 25 de março de 1945, irá revelar ao Brasil a trajetória notável de um pioneiro. Américo René Giannetti, ao criar as condições estruturais para a fabricação do metal no país, franqueia novos caminhos para outros feitos e conquistas da indústria nacional no século XX.” (GIANNETTI, 2011, p. 05).

<sup>18</sup> “A indústria extrativa mineral é base da economia municipal, destacando-se a presença da MBR – Minerações Brasileiras Reunidas, com atuação no município desde a década de 1940. Esta empresa explora minério de ferro na Mina do Pico de Itabirito. Recentemente entrou para o mercado a Herculano Mineração, que firmou parceria com a Gerdau para a exploração e comercialização do minério de ferro. Outros minerais são extraídos no município em menor escala, como o ouro, manganês, caulim, areia industrial, entre outros.” (MOURA, 2007, p. 93).

modo que as perspectivas para o futuro não são promissoras. (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 18).

Desse modo, como a “situação colonial não é a mesma que a situação de dependência” (MARINI, 2011, p.135), conclui-se que na atualidade várias expressões da questão social se apresentam na região dos inconfidentes não como um ponto fora da curva, mas sim como fruto sócio-histórico carregado de valores adquiridos em diversas temporalidades.

É através do enfrentamento às expressões da questão social advindas de tal base material/econômico-produtiva que diversos sujeitos coletivos atuam e buscam por um futuro social mais promissor em Itabirito-MG, Mariana-MG e Ouro Preto-MG, território assolado no passado e no tempo presente.

## **1.2 A questão social na Região dos Inconfidentes: a particularidade de suas expressões.**

De acordo com os referenciais teóricos marxistas, a questão social está totalmente atrelada ao modo de produção capitalista e é compreendida como um fenômeno advindo da divergência/da contradição entre capital e trabalho, na qual, a sua efetivação ocorre devido à apropriação e acumulação da riqueza socialmente produzida por uma classe sobre e em detrimento de outra classe social.

Tomando as tensões ativas nas cidades brasileiras como exemplo, é notório o quanto a questão social, fomentada e fundamentada por interesses antagônicos está presente no cotidiano, em especial na obtenção de territórios, pois, enquanto uma classe luta e busca pelo reconhecimento de seus direitos, a ter acesso a esses locais com a finalidade de minimamente existir, a outra classe, detentora dos meios de produção e apropriadora da riqueza socialmente produzida, busca e age pela obtenção dos lucros que os mesmos territórios geram, fazendo de todo o patrimônio público um patrimônio pessoal.

Como já mencionado anteriormente, a região dos inconfidentes é um território que carrega em seu âmago uma vasta riqueza social, cultural e econômica. Essa riqueza, construída histórica e socialmente, faz com que essa região tenha um papel fundamental no modelo econômico atual. Contudo, por se tratar de um território latino-americano, em que o capitalismo ocorre de forma dependente, ressalta-se que a possibilidade de superação de tal condição econômica no cenário presente chega

a se colocar como uma batalha árdua e de perspectiva distante de ocorrer, pois, seguindo as análises de Kathiúça Bertollo (2018), “o que reafirma a importância deste tão rico território também explicita o grau de devastação que o mesmo está submetido historicamente.” Isso acontece devido ao fato de o capitalismo latino-americano ter seu funcionamento

[...] intrinsecamente vinculado à dinâmica de desenvolvimento nos países de capitalismo central. Desse modo, a anatomia geral do capitalismo assume formas específicas neste continente o que desencadeia tipos específicos de capitalismo dependente nos diferentes países latino-americanos. (BERTOLLO, 2018, p. 110).

Analisando o contexto atual, certifica-se o quão recorrente são os embates relacionados às demandas sociais vivenciadas pelos sujeitos coletivos locais que, mesmo possuindo similaridades em alguns aspectos, se diversificam socialmente em diversos outros. Diante disso, deve-se tomar absoluto cuidado ao se tratar da população e das lutas sociais existentes na região dos inconfidentes, pois, devido à diversificação social existente nesta vasta região, chega a ser um equívoco relacionar a todas como um único padrão, ou seja, como se as lutas e realidades enfrentadas na região fossem as mesmas em qualquer localidade e âmbito.

Baseando-se em Katz (2016), Bertollo (2018) aponta que:

No contexto econômico atual da América Latina, prevalece um esquema de especialização produtiva baseada na agroexportação, na mineração a céu aberto, no declínio da indústria tradicional, nas remessas de lucro e no turismo. (KATZ, 2016, p. 34 apud BERTOLLO, 2018, p. 151).

Com base nesse apontamento, destaca-se que ao menos três características mencionadas acima perpetuam estruturalmente sobre a região dos inconfidentes, sendo elas: o declínio da indústria tradicional, a mineração a céu aberto e o turismo. Essas três dimensões estão direta e indiretamente interligadas a diversos outros fatores que intensificam a condição de dependência e as lutas entre classes sociais nesse território.

### **1.2.1 Mineração a céu aberto, uma atividade contemporânea com raízes do passado.**

A mineração contemporânea, assim como no período escravagista, pode ser compreendida como o fator mais impactante e determinante na vida cotidiana da população da região dos inconfidentes, pois, trata-se de uma atividade economicamente predominante que leva todo território a uma submissão extensiva.

Esta submissão à atividade extrativista pode ser compreendida como minério-dependência.

[...] Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal. (COELHO, 2017, p. 2 apud BERTOLLO, 2018, p. 160).

Diante desse fato, evidencia-se que as participações das empresas mineradoras estão presentes em variadas pautas que vão além da pura atividade extrativista nos territórios explorados. Pautas estas, que partem desde o incentivo a projetos sociais e educacionais nos municípios até o financiamento da carreira política de candidatos coniventes com o atual cenário de exploração predatória<sup>19</sup>. Perante isso, afirma-se que elementos ligados aos “âmbitos, social, cultural e políticos do município são condicionados à dinâmica econômica vinculada à mineração extrativista” (BERTOLLO, 2018). Tomando como exemplo as reformas educacionais realizadas nos últimos anos, nota-se como elas “propõem claramente o abandono das noções temporais, para que os estudantes adquiram competências laborais e empresariais ligadas à produção e ao consumo.” (CANTOR, 2019). Na região dos inconfidentes, essa realidade encontra-se demasiadamente ligada à atividade mineral, vide a implantação, fomentada pela Vale S.A, do Parque Laboratorial<sup>20</sup> no Campus Morro do Cruzeiro da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

As políticas e reformas educacionais implementadas na educação básica no Brasil privilegiam uma formação educacional voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho (flexibilidade, adaptabilidade e empregabilidade) e obstaculizam proposta de uma educação crítica, que possibilite a formação de um sujeito social conhecedor de si mesmo e das relações socioculturais que o cercam. [...] (FAGIANI e PREVITALI, 2019, p. 348).

Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que em condição de minério-dependência os indivíduos pertencentes ao território são condicionados a uma

---

<sup>19</sup> Em 2014, vinte e dois deputados inseridos na Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), receberam dinheiro de mineradoras para suas respectivas campanhas políticas – Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/mineradoras-pagaram-de-r-7-r-560-mil-deputados-de-comissao.html>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/instituto-tecnologico-vale-e-ufop-inauguram-parque-laboratorial-no-campus-de>

formação educacional moldada de acordo com o perfil profissional estabelecido pelo setor econômico predominante, ou seja, um perfil que atenda os requisitos desejados pelas empresas mineradoras. Tendo em vista algumas expressões sociais históricas e estruturantes da sociedade brasileira, tais como o racismo, machismo, xenofobia e outros, aponta-se a seguinte questão: o perfil e as características que diferenciam os auxiliares de produção para os presidentes e CEO's das empresas mineradoras são apenas profissionais ou concentram elementos extracurriculares?

Ainda sobre a condição de minério-dependência da região dos inconfidentes e o papel que as empresas mineradoras exercem sobre ela, Bertollo (2018) aponta que:

[...] na condição estrutural do desenvolvimento capitalista neste território do globo, a mineração extrativista cumpre um papel fundamental no que se refere à perpetuação da condição de subordinação econômica, seja na ênfase da exploração de recursos minerais, conformando este setor em um relevante setor da economia dependente brasileira ou via privatização, o que significa possibilitar ao capital se apropriar dos bens e patrimônios público-nacionais deste setor e agravar as condições de trabalho introduzindo novos mecanismos de superexploração da força de trabalho. (BERTOLLO, 2018, p.92).

Pegando a extração do minério de ferro como exemplo, atividade emblemática nesta região, entende-se que toda matéria prima extraída deriva-se de um território pertencente a uma área de abrangência de um determinado município, ou seja, trata-se de uma riqueza inicialmente pertencente à sociedade e que, depois de vendida, gera o lucro privado ao capitalista. Esse processo demonstra abertamente como uma classe se apropria da riqueza socialmente produzida por outra.

De acordo com o 2º artigo da Lei federal nº 13540/2017<sup>21</sup>, para uma empresa mineradora ter a autorização para explorar a riqueza natural, ela deve entrar em legal acordo com o Estado, contribuindo, por meio dos *royalties*, com cerca de 4% do lucro que conseguir com a atividade. Essa relação entre empresa e município contribui sistematicamente para a manutenção da estrutura social, política e econômica da região minerada. No entanto, quando essa relação não ocorre de

---

<sup>21</sup> Lei federal que dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) – Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13540.htm).

maneira correta e eficaz, as chances para ocorrer sérios transtornos aumentam, seja no lado da empresa, seja no lado da sociedade. A grosso modo, é como se ambos os lados saíssem prejudicados em casos acidentais.

Porém, quando se trata de condição de minério-dependência, fica evidente que o único lado que se prejudica em meio a transtornos e turbulências ligados a casos que raramente acontecem de maneira acidental, é aquele em que uma parcela significativa da sociedade se enquadra, pois, compreende-se que a ampla liberdade, autonomia e a insubordinação das empresas mineradoras contribuem sistematicamente para a falta de outras alternativas econômicas altamente capazes de suprir as demandas cotidianas da população/classe trabalhadora pertencente aos municípios minerados. Esse é um fator que consolida a plena submissão à atividade extrativista. A dívida bilionária da mineradora Vale S.A com municípios do Estado de Minas Gerais evidencia essa realidade<sup>22</sup>.

Além da condição de minério-dependência, cabe evidenciar que o contexto em que a região dos inconfidentes vive em relação à mineração acentua a superexploração da força de trabalho. Esse fenômeno manifesta-se “através de diferentes conformações das relações de trabalho” (BERTOLLO, 2018), podendo ser por meio de longas jornadas de trabalho, baixos salários, terceirização, desvalorização do (a) profissional, flexibilização das legislações que garantem melhores condições a toda uma gama de trabalhadores (as) e outros.

A precarização e informalização das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) [...].(NETTO; BRAZ, 2012, p. 232).

Por se tratar de um território latino-americano, salienta-se ainda que a característica estrutural do capitalismo dependente prevalece reiteradamente no contexto sócio-histórico local/regional. Tomando como exemplo a menção feita anteriormente sobre o financiamento de empresas mineradoras às carreiras políticas de candidatos nos diferentes âmbitos de atuação (municipal, estadual e federal) evidencia-se o quão imprescindível é o campo político partidário, um dos âmbitos de conformação do Estado, para a manutenção dessa atual e contraditória ordem

---

<sup>22</sup> Mineradora Vale deve R\$ 2,2 bilhões em tributos para 28 municípios brasileiros, sendo 17 deles situados em Minas Gerais – Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/municipios-mineiros-iniciam-campanha-para-cobrar-r-2-2-bilhoes-da-vale-1.2721851>.

social. Diante disso, é válido afirmar que o capitalismo nesse território, dependente e subdesenvolvido, necessita fortemente “de forma de dominação e de controles políticos simultaneamente ‘democráticos’, ‘autoritários’ e ‘autocráticos’, o mesmo sucedendo com as ‘relações’ entre classes sociais” (FERNANDES, 1973).

É diante desse contexto que diversos coletivos sociais atuam na região dos inconfidentes em busca de justiça social, melhorias nas condições de vida, inibição aos ataques predatórios das mineradoras. Alguns desses movimentos sociais são: Sindicato Metabase Inconfidentes, Jornal A Sirene, Frente popular em defesa de Amarantina, Comissão dos Atingidos por Barragens de Antônio Pereira, Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMA), Cooperativa Regional Garimpeira de Mariana (Coopergama) e outros.

Porém, convém destacar que a desarticulação da coletividade, orquestrada por artifícios voltados a atender os interesses do capital, vem sendo um grande obstáculo para a classe trabalhadora conseguir “impor limites à exploração e ao conjunto de mecanismos de opressão aos quais se encontra submetida e que ameaçam sua existência não somente como força de trabalho mas como seres humanos.” (PRAUN, 2019).

No tocante à desarticulação da coletividade Netto e Braz (2012) salientam que:

O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles vincular seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem eles como “operários” ou “empregados” – agora são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” etc. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 229).

Mesmo em frente a tantas outras pautas importantes ligadas diretamente à atividade extrativista das empresas mineradoras, tais como: saúde, meio ambiente, moradia e vida humana, convém mencionar que na região dos inconfidentes outros setores da economia local também carregam demandas que refletem as particularidades do território. A indústria tradicional e seu declínio atordoante também contribuem reiteradamente para a formação de expressões da questão social nessa área.

### **1.2.2 O declínio da indústria tradicional como fator contribuinte para problemas e mazelas sociais.**

Assim como na mineração, pode-se afirmar que as relações de trabalho existentes no setor industrial são semelhantes, visto que ambos os setores são regidos por uma forma hierárquica estruturada por subordinantes e subordinados, melhor dizendo: patrões e empregados. Mesmo não tendo o mesmo lugar de destaque que as empresas mineradoras exercem no território, deve-se admitir que o setor industrial colabora veemente para a manutenção do contexto social da região dos inconfidentes, sendo ele, carregado de problemas e mazelas sociais.

Uma característica bastante recorrente em ambos os setores é a busca por um perfil de força de trabalho menos experiente e mais leiga quanto às legislações e relações laborais, ou seja, a procura por pessoas mais jovens com uma noção mais simplória sobre as relações de trabalho no ambiente operacional. Essa característica está perfeitamente ligada aos interesses da classe dominante e suas frações, podendo ser considerada como um ponto fundamental para o funcionamento desses investimentos e da ordem burguesa em si, pois, além do fato de se tratar de pessoas com a saúde menos deteriorada, trata-se também de indivíduos crescidos em um contexto socioeconômico diferente do que foi apresentado em tempos remotos em que temas relacionados a guerras, greves e censura eram mais presentes.

O contexto em que os indivíduos considerados mais jovens estão vivenciando atualmente pode ser caracterizado pelo avanço de um modelo educacional voltado apenas para a formação de um “perfil ideal” para o mercado de trabalho predominante; pela desinformação passada em forma de notícia a fim de distorcer fatos cientificamente comprovados; pelas interações humanas cada vez mais “líquidas”<sup>23</sup>; pelo individualismo sustentado pelo discurso da meritocracia; pela falta de empatia fomentada pela sede de disputa; e pelo culto ao consumismo que valoriza o indivíduo por meio dos bens materiais e não por sua personalidade e individualidade.

---

<sup>23</sup> [...] A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada adiante numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer por muito tempo. (BAUMAN, 2009, p. 07).

Além desses fatores,

Devemos enfatizar que existe outro elemento adicional, a expropriação da memória das lutas dos oprimidos, cujos feitos e conquistas, que se materializaram em importantes rebeliões e revoluções ao longo dos últimos séculos, desapareceram do imaginário das gerações contemporâneas, “educadas” segundo a lógica capitalista e neoliberal do fim da história e da ideologia Tina (*There is no Alternative*), que os obriga a pensar que este é o único mundo possível e tolerável e, mais do que isso, que ele é insuperável. (CANTOR, 2019, p. 61).

Esse elemento adicional também contribui fortemente para a desarticulação da coletividade, para a inibição dos movimentos sociais na contemporaneidade e concomitantemente, para o aumento da superexploração da força de trabalho, visto que,

[...] o objetivo explícito do capital é transformar os seres humanos em engrenagens da produção de valor do capitalismo e, para isso – ou seja, para transformá-los em códigos de barras -, é preciso eliminar as diferenças culturais e históricas nos processos de ensino. Isso se expressa, por exemplo, na nova língua da escola, em seus padrões universais de créditos, competências, mobilidade internacional, saberes comuns e homogêneos, acreditação internacional. [...] (CANTOR, 2019, p. 52).

Diante dos avanços propícios aos interesses do capital, é válido ressaltar que no contexto atual um tema bastante recorrente à então indústria tradicional é o fenômeno conhecido como desindustrialização.

O declínio da indústria tradicional, categoria esta que também se enquadra no fenômeno compreendido como desindustrialização, concentra uma gama de consequências danosas para a classe trabalhadora. O assédio moral, por exemplo, é uma delas, pois, na medida em que a desindustrialização avança simultaneamente a taxa de desemprego, a informalidade, a insegurança no trabalho e outros fatores também aumentam, levando diversos trabalhadores a aceitarem qualquer proposta ou chantagem oriunda de alguma possível empresa empregadora. Isso posiciona o indivíduo em um trabalho orquestrado pelo medo, sentimento este que conduz diversos trabalhadores a situações nas quais a liberdade de escolha no meio laboral chega a ser entendida como uma ameaça para sua então condição de trabalhador assalariado, seja de maneira formal ou informal.

Apesar de se constituir em prática que antecede as mudanças ocorridas, desde a década de 1980, no mundo do trabalho, o assédio moral tem sido identificado, por diferentes pesquisas, como estratégia corrente e voltada a impulsionar altos índices de desempenho e produtividade. Essas mudanças, por sua vez, nem sempre perceptíveis entre os trabalhadores, tendem a

criar um ambiente estruturado baseado em exigências que vão além da capacidade física e mental humana de suportá-las. (PRAUN, 2019, p. 192).

Em novembro de 2022, a empresa *Alumina Chemical Technology* (ACTECH), situada em Ouro Preto, anunciou uma paralisação provisória das atividades realizadas em suas áreas operacionais<sup>24</sup>. De acordo com a empresa, que por curiosidade operava somente há sete meses, os resultados alcançados não foram suficientes para atender a lucratividade almejada. Essa ação resultou numa série de desligamentos/demissões de trabalhadores que sem, outra alternativa, acabaram inserindo-se e engrossando as fileiras do exército industrial de reserva.

A ação desencadeada por essa indústria instalada na região explicita abertamente como as relações econômico-sociais se dão no modo de produção capitalista, pois, de acordo com o que foi abordado no item 1.1 deste estudo, no capitalismo, a real prioridade não é o atendimento às necessidades humanas, mas sim, a busca por acumulação de capital, ou seja, a obtenção de lucro. A partir do momento em que a indústria viu-se sem condições para alcançar os lucros esperados extraídos do trabalho superexplorado do conjunto de seus trabalhadores e trabalhadoras, teve como medida a destituição/demissão/descarte de um grande número de pessoas, sendo muitas delas, pais e mães de família detentores apenas da força de trabalho para sobreviver e sustentar os seus.

Em decorrência do lugar de destaque que o trabalho ocupa na vida das pessoas, sendo fonte de garantia de subsistência e de posição social, a falta de trabalho ou mesmo a ameaça de perda do emprego geram sofrimento psíquico, pois ameaçam a subsistência e a vida material do trabalhador e de sua família. (OLIVEIRA et al., 2010, p. 273).

É diante de cenários de abandono e exaurimento humano semelhantes a esse, que se pode compreender como os problemas e as mazelas sociais advindas e conformadas pelo atrito/antagonismo entre capital e trabalho recaem somente sobre os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora e como os movimentos sociais podem surgir a partir de momentos delicados como esse.

Além dessa ofensiva sobre os (as) trabalhadores (as) da ACTECH, importa ressaltar que fenômenos parecidos que explicitam o declínio da indústria tradicional vêm ocorrendo na região dos inconfidentes há décadas, vide os encerramentos das

---

<sup>24</sup> Desligamento dos funcionários da ACTECH – Disponível em: <https://site.jornaloliberal.net/noticia/7212/actech-reduz-producao-e-desliga-funcionarios-em-ouro-preto>

operações nas áreas da DELPHI, em Itabirito, e Novelis, em Ouro Preto<sup>25</sup>, ambos ocorridos em 2015.

O declínio galopante da indústria tradicional nesse específico território está elevando sistematicamente o número de pessoas em condições precarizadas de sobrevivência, pois, uma vez postas “no olho da rua”/demitidas, todas elas saem novamente em busca de outra oportunidade de trabalho, porém, devido ao subdesenvolvimento e enxugamento das vagas de emprego na região, as chances de inserção em um novo ambiente de trabalho chegam a ser menores e mais precárias, dando espaço, por exemplo, à terceirização, fenômeno este que, de acordo com Bertollo (2018, p. 173), pode ser compreendido “como uma das estratégias de barateamento dos custos operacionais e manutenção/elevação das taxas de lucro”.

Além da terceirização, fenômeno bastante enraizado no setor de serviços, o declínio da indústria tradicional também pode abrir espaços para o aumento da informalidade e até mesmo da criminalidade/ formas diversas de violência na região. Em muitos casos o que também pode acontecer é as pessoas, recém-desempregadas, buscarem oportunidades de trabalho em outros polos da economia local, tais como, no comércio – especialmente em supermercados -, cargos comissionados do poder público e na esfera do turismo, sendo este último reconhecido, por vezes, como uma atividade sociocultural e socioeconômica que “segue estritamente a lógica de mercado de oferta e demanda como indústria perversa”. (VIANA; BRUSADIN, 2019).

[...] No caso dos nossos países, pobres e periféricos, somente interessavam ao capitalismo aquelas pessoas que transformaram em trabalhadores assalariados, que eram potenciais consumidores de mercadorias materiais ou tinham direito a férias – como forma de expropriar seu tempo livre, convertido em tempo ócio mercantil e comercializado na forma de pacotes turísticos. (CANTOR, 2019, p. 47- 48).

Diante dessa análise, convém mencionar que a conversão do tempo livre em tempo ócio mercantil faz parte do cotidiano das cidades de Itabirito, Mariana e Ouro Preto, visto que todas contemplam um território com bastante potencial turístico.

---

<sup>25</sup> Fechamento das empresas Novelis e Delphi – Disponível em: <http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/delphi-fecha-fabrica-em-itabirito-e-demite-mais-de-800-funcionarios/>

### 1.2.3 Contradições sociais atreladas ao turismo da região dos inconfidentes.

Por se tratar de uma região bastante emblemática para o contexto histórico mundial, a região dos inconfidentes, ano após ano, é o destino turístico de milhares de pessoas, sejam brasileiras ou estrangeiras. Esse interesse em conhecer cidades que tiveram lugar de destaque durante o ciclo do ouro, ocorrido fervorosamente no século XVIII, abre caminho para mais um fator estrutural da região que, por sua vez, abarca uma série de desafios econômicos, sociais e outros. Este fator estrutural é o turismo.

O estado de Minas Gerais é conhecido não apenas por sua riqueza mineral, explorada desde o início da colonização brasileira, mas também pelo seu forte atrativo turístico, baseado, sobretudo, nas construções em estilo colonial que ainda se encontram bastante preservadas em suas cidades, principalmente nas cidades pequenas, cuja origem remonta à época da exploração do ouro no estado. (ARAÚJO, 2021, p. 85).

Apesar de possuir peculiaridades que o diferencia de demais setores da economia, o turismo também pode ser entendido, grosso modo, como um campo com viés lucrativo que carrega em seu íntimo consequências que tocam no modo de vida das pessoas pertencentes ao território no qual essa prática se efetua. Também é válido destacar que o turismo se ramifica em diversos empreendimentos, aquecendo significativamente a economia do território em que se encontra, pois, conforme for a maneira na qual o turismo se aplica em determinada área, concomitantemente a isso aumentará os investimentos, o número de buscas e o fluxo de pessoas, seja a lazer ou a trabalho.

Martoni (2019) aponta a seguinte análise:

Mesmo que no turismo o empregado esteja mais próximo do consumidor do que o operário da indústria, a orientação para sorrir e o referencial lúdico/diferente do espaço (de consumo) somam-se à mente reificada, fato que ajuda a obstruir as relações laborativas como relações históricas e seu primordial propósito, qual seja: o bem receber não para os sujeitos, mas como veículo essencial para a troca. Assim, em muitas localizações e unidades produtivas de serviços, o trabalho projeta-se de forma invertida, sendo, não raras vezes, adjetivado como “gostoso”, “agradável”, “aprazível”, “interativo”. [...] (MARTONI, 2019, p. 378).

No caso da região dos inconfidentes nota-se que essa relação laboral e a visão generalizada e distorcida do ambiente de trabalho são frequentes no cotidiano de muitos trabalhadores do ramo turístico. O fato de o turismo colaborar fortemente com o fluxo de pessoas em diversos polos comerciais da região, tais como, restaurantes, hotéis, eventos, lojas, museus, igrejas e outros atrativos turísticos;

contribui veemente para que o olhar crítico sobre a função laboral presente nesses espaços passe despercebido, pois, cabe destacar que o motivo que faz as pessoas acessarem esses ambientes é a busca de pleno lazer.

Contudo, convém mencionar que na região dos inconfindentes existem trabalhos ligados ao ramo turístico que funcionam por meio de relações laborais acordadas apenas verbalmente, ou seja, sem a existência de um contrato formalizado, sem especialização para ocupação de cargo e sem garantias básicas para uma boa qualidade de trabalho, tais como, saúde, segurança, remuneração adequada, direitos trabalhistas e previdenciários, etc. Tendo em vista essa situação de desproteção legal-trabalhista, afirma-se que os indivíduos inseridos em ambientes e relações de trabalho dessa natureza acabam sendo expostos com ampla facilidade a truculências das mais variadas, como por exemplo: trabalho infantil, assédio moral, exaustão física e emocional, depressão e outros fatores que podem chegar até ao autoextermínio como resultado final. Quanto a este último fator, as autoras Soares e Schlindwein (2021) salientam que

[...] o trabalho informal e o desemprego são fatores relacionados ao adoecimento mental que pode conduzir ao pensamento suicida, soma-se a isso o medo da perda do emprego de quem está assegurado pelo trabalho formal, ou seja, em diferentes vias o trabalho é responsável tanto pela saúde quanto pelo desdobramento do adoecimento que foi conduzido por situações de precariedade, organizações rígidas, sobrecarga e desemprego. (SOARES; SCHLINDWEIN, 2021, p. 20).

Fazendo uma breve análise sobre relação laboral ancorada apenas em acordos verbais, prática comum neste âmbito do turismo na região, destaca-se que esse processo pode ser compreendido como mais uma articulação orquestrada pelo contexto contemporâneo de acontecimento e perpetuação do modo de produção capitalista, sob os marcos da dependência. Contexto este, em que cada vez mais nota-se certa desvinculação dos proprietários, expropriadores da riqueza, com as responsabilidades mínimas para com os trabalhadores dos e nos seus empreendimentos.

Essa desvinculação, sustentada por discursos como “empreendedorismo”, “meritocracia” e “cooperativismo”, nada mais é do que uma transferência de responsabilidade que sai dos ombros dos proprietários dos empreendimentos e recai brutalmente sobre os trabalhadores. A abertura de um Micro Empreendedor Individual (MEI), por exemplo, reforça com mais veemência esse tipo de relação

laboral, pois, além de individualizar cada trabalhador inserido no processo, colocando uns contra os outros, os verdadeiros donos dos empreendimentos podem ser compreendidos como simples clientes que estão tendo acesso aos trabalhos dos supostos empreendedores, mas, o que acontece de fato, é os mesmos usufruírem e lucrarem em cima da força de trabalho desses indivíduos sem nenhum vínculo trabalhista. Em outras palavras, pode-se dizer que o que realmente ocorre é uma socialização das despesas e privatização dos lucros.

Por não existir nenhum vínculo empregatício formal, os trabalhadores acabam sujeitos a situações como: cargas horárias extensas, inexistência do direito a férias, remuneração baixa e inconsistente, cobrança excessiva por parte do empreendimento, problemas de saúde/adoecimento, desavença no ambiente de trabalho com demais trabalhadores, dentre outras.

[...] “Precariado” é a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes e etc. É um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (GOHN, 2014, p. 16).

Foi diante dessa realidade que cinco trabalhadores de um atrativo turístico em Ouro Preto resolveram se organizar para debater e reivindicar melhores condições de trabalho no ambiente laboral, a fim de melhorar o atendimento ao visitante, potencializar a imagem, tanto interna quanto externa, do atrativo turístico em que trabalhavam; e garantir a estabilidade no trabalho. A partir dessa organização formou-se, em 2019, o “descolonizadamente”, um grupo em que os membros inseridos voltam-se para reflexões cotidianas.

Por estarmos analisando um território tricentenário, convém ainda destacar que muitas atividades executadas no cotidiano local são passadas de geração para geração, ou seja, são atividades familiares, territoriais e tradicionais. Essa é a realidade do garimpo, da gastronomia, da cantaria e etc. Muitos desses trabalhos contribuem acentuadamente para a massificação do turismo na região dos Inconfidentes, sendo até reconhecidos como patrimônios em seus respectivos territórios, basta tomar como exemplo a tradicional panela de pedra sabão

fortemente produzida no distrito de Cachoeira do Brumado em Mariana-MG<sup>26</sup>, instrumento esse que, em primeiro lugar, parte de uma matéria prima extraída de atividade garimpeira, em seguida ganha forma por meio da cantaria e conclui-se servindo de objeto fundamental para o preparo de alimentos tradicionais em estabelecimentos (restaurantes, bares, hotéis, etc...) ou residências particulares de toda região. Contudo, mesmo se tratando de atividades tão importantes para o potencial turístico do território, cabe o seguinte questionamento: como se dão as relações laborais em certas atividades tradicionais?

Tomando como exemplo as relações laborais existentes nos trabalhos com pedra sabão em Santa Rita, distrito de Ouro Preto, nota-se que, em diversas situações, essas atividades se desenvolvem dentro de núcleos familiares do território, ou seja, são trabalhos tradicionais desenvolvidos dentro de residências familiares em que a relação entre patrão e empregado chega ser nula ou substituída pela relação entre pais e filhos. Contudo, o fato da atividade posta em análise possuir elementos díspares de outras atividades realizadas na região, não significa que a contradição entre capital e trabalho chega ser inexistente ou alterada nesse contexto, pois, nesse caso em questão o que realmente acontece é uma exploração da força de trabalho de muitos, senão de todos os membros do núcleo familiar. Por se tratar de atividades em que a grande maioria executa de maneira informal e sem nenhum vínculo empregatício, também se evidencia condições de trabalho precárias, sendo o trabalho infantil uma das expressões da questão social mais impactante nesse ramo.

No que tange à realidade dos núcleos familiares em que se tem o trabalho infantil como uma atividade vividamente posta, Cunha (2021), por meio de pesquisas realizadas no município de Mariana-MG, aponta a seguinte conjuntura:

[...] as atividades realizadas pelos adultos dos grupos familiares são de baixa remuneração, ou os mesmos estão inseridos em programa do governo como o Bolsa-Família, Inclusão Produtiva da Mulher, entre outros. Destacam-se serviços informais, serviços gerais, auxiliar de obras, trabalhador rural, entre outros. Todas essas condições vão contribuir para o trabalho infantil, sendo esses os reflexos da desigualdade social, da

---

<sup>26</sup> [...] visando uma maior preservação do modo de fabricação da Panela de Pedra Sabão, as Secretarias de Cultura da Prefeitura de Mariana buscaram registrar esse fazer como patrimônio imaterial. A partir de um dossiê de quase 130 páginas iniciado no ano de 2014 por Januaceli Murta, e posto em exercício a partir de 2016, retrata toda a história, desde o início da fabricação, retratando tropeiros antigos, o modo de fabricação, a festa da panela de pedra, as associações, e também entrevistas com paneleiros. (MACHADO, 2019, p. 38 – 39).

questão social, da exploração e da superexploração da força de trabalho, bem como da falta de investimentos em políticas públicas que garantam os direitos de forma efetiva, entre outros. (CUNHA, 2021, p. 51-52).

Vale lembrar que essa a realidade não se expressa apenas em grupos familiares existentes em Mariana, pois, o mesmo panorama apresenta-se também em Itabirito, Ouro Preto e seus respectivos distritos que, por sua vez, enquadram-se no território denominado como área rural.

Tomando como base a inserção do trabalho infantil em atividades com pedra sabão, atividades essas que contribuem para o potencial turístico da região, Azeredo et al. (2021) aponta a seguinte análise:

[...] muitas crianças deixam de ir às aulas para trabalharem ou frequentam a escola por um período e utilizam o restante do dia para a extração de pedrasabão ou para a confecção de artesanatos. As crianças, em curto prazo, são prejudicadas porque, nessa faixa etária, elas deveriam estar estudando e brincando, ao invés de trabalhar. Em médio-longo prazo são prejudicadas porque, devido a não utilização de EPI's, elas ficam expostas ao talco, derivado da esteatita, causando problemas em sua saúde que vão desde tosse crônica e pneumoconioses até a possibilidade de adquirirem câncer de pulmão ou de pleura. Além disso, devido a essas crianças não frequentarem a escola, se torna mais difícil as melhorias nas condições de vida delas, pois, provavelmente, terão maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho formal devido à baixa escolaridade. (AZEREDO et al., 2021, p. 10974).

Essa abordagem levantada por Azeredo et al. (2021) representa nitidamente o quão intenso e prejudicial chega ser a consequências geradas pela condição de dependência e superexploração da força de trabalho em territórios latino americanos.

Além da relação laboral que envolve os trabalhadores que contribuem para o potencial turístico do território, é notório que o turismo também desencadeia e perpetua consequências que se explicitam e ampliam os desafios cotidianos de toda população. Um exemplo que evidencia essa questão é a gentrificação<sup>27</sup>, fenômeno

---

<sup>27</sup> O termo Gentrificação vem sendo utilizado para evidenciar um fenômeno caracterizado, comumente, pela substituição, nas áreas centrais das cidades, das comunidades pobres por membros da classe mais abastada após a recuperação, pela ação do poder público, de edificações e logradouros que se encontravam degradados pelo abandono causado pela perda do interesse econômico, que resultou em desvalorização imobiliária e afastou moradores e investidores para outras áreas da cidade. Esquemáticamente, podemos afirmar que, num primeiro momento, antes do processo gentrificador propriamente dito, a área já era ocupada por parte da elite. Por motivos diversos, a área foi sendo aos poucos abandonada, passando a ser ocupada por membros da classe menos privilegiada, de forma legal ou não. (ARAUJO, 2021, p.45)

este conhecido por articular e modificar a dinâmica de uma determinada área ou região, afetando todo o cotidiano da vida local.

O fenômeno urbano conhecido como Gentrificação compreende uma série de melhorias materiais (reforma, recuperação ou reconstrução das edificações, por exemplo) ou imateriais (econômicas, sociais e culturais) que acontecem em partes da cidade, inclusive em Centros Históricos, que resultam em importante elevação no seu status econômico e social, devido à atração que essas melhorias causam para pessoas da classe média ou média alta, que passam a ocupar essas áreas da cidade, o que acaba por deslocar os antigos habitantes do local, cuja remuneração era menor. Esse deslocamento sobrevém a uma onda de investimentos públicos e privados em melhorias no espaço físico, assim como no desenvolvimento comercial, equipamentos públicos e serviços, que resulta em especulação imobiliária e supervalorização do valor do solo. Nesse processo atuam proprietários, promotores, governos (federais, estaduais e municipais), assim como as instituições financeiras, imobiliárias e moradores, que atuam na venda e aluguel de imóveis. (ARAÚJO, 2021, p. 44).

Araújo (2021) também salienta que:

Os processos de Gentrificação e turistificação que podem ocorrer antes, durante e depois dos processos de requalificação dos Centros Históricos, parecem promover ou acentuar um processo de ruptura e desconstrução da relação identitária e de pertencimento entre os antigos ocupantes desses espaços, outros moradores da cidade e os visitantes, o que resulta em uma reconstrução identitária local. A alteração na dinâmica urbana causada pela intervenção do Estado nos Centros Históricos pode levar ao surgimento desse processo, que causa inúmeros impactos na vida da cidade, dentre eles o cultural, causado pela massificação do turismo, pois os visitantes vindos de grandes centros impõem sobre as comunidades menos desenvolvidas uma mudança no padrão social e cultural com a absorção de costumes não locais, o que pode causar negativamente, ainda, uma alteração na atração turística, pois um dos elementos mais atrativos para os turistas são os costumes locais (ARAÚJO, 2021, p. 45).

Diante ao presente exposto e tomando o cenário apresentado pelas cidades de Ouro Preto e Mariana como análise, evidencia-se que além da decadência da indústria tradicional e da condição de minério-dependência estabelecida no território, o fenômeno de gentrificação, muito vinculado ao campo turístico, afeta tanto as sedes dos municípios, quanto os distritos e subdistritos dos mesmos, pois, enquanto seus centros históricos, vistos como bens patrimoniais, são preservados e irrigados por diversos investimentos provenientes de fundos públicos e privados, acontece simultaneamente a isso o aumento do custo de vida nessas localidades, tendo como resultado, o afastamento e a sensação de não pertencimento da comunidade de baixa renda para com “seu” patrimônio.

Essa abordagem fica mais evidenciada quando se depara com as demandas de bairros conceituados como periféricos das cidades, especialmente os mais

antigos<sup>28</sup>, nos quais, temas como gravidez na adolescência, acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência às vias e prédios públicos, orfandade, inserção de jovens na criminalidade e desemprego, são questões recorrentes no cotidiano e vida de seus habitantes. Além dos bairros periféricos aos centros históricos das sedes dos municípios, os distritos e subdistritos representam outra parcela da população que sofre com as mazelas deixadas pela extração mineral e pela gentrificação na região, o trabalho infantil e a dificuldade de acesso aos programas sociais e políticas públicas refletem cristalinamente essa realidade.

Compreendendo que os distritos e subdistritos são polos sociais que possuem suas respectivas particularidades no campo socioeconômico da região, afirma-se que as realidades enfrentadas cotidianamente por cada um são diversificadas, vide a diferença de atuação do turismo em Lavras Novas e em Miguel Burnier, ambos são distritos de Ouro Preto que possuem papéis totalmente diferentes nesse campo, pois, enquanto o primeiro agrega um reconhecível potencial turístico, o segundo, sem atração turística da mesma proporção, sobrevive somente em meio à exploração mineral exorbitante em suas terras.

Porém, cabe destacar que mesmo possuindo um grande potencial turístico, a gentrificação também se encontra presente no distrito de Lavras Novas e afeta veemente o estilo de vida local, pois, de acordo com Dutra (2013),

A apropriação de Lavras Novas por variados grupos neorurais já é uma realidade. Tal fato está expresso na transformação do espaço geográfico, agora marcado pela presença de várias novas pousadas construídas na última década. Embora o turismo tenha surgido como uma atividade informal desenvolvida pelos moradores locais, que começaram a alugar quartos para visitantes, a maior parte dos meios de hospedagens hoje pertence aos “de fora”. Essas pessoas, oriundas de grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, buscam em Lavras Novas ora uma vida tranquila, descobrindo o turismo como fonte de renda, ora bons investimentos, com a exploração do potencial turístico da região. Juntamente com esses novos agentes na vida social local, modificaram-se também as atividades de lazer, através da promoção de esportes radicais, passeios de quadriciclos e de jipes, oferecimento de tratamento para a saúde física e espiritual e ainda tratamentos de beleza, com massagens, banhos orientais, etc. Enquanto inicialmente o turismo era promovido pela população local e posteriormente também por turistas que procuram conhecer a vida numa comunidade rural e a sua natureza “intocada”, existe hoje a tendência de ampliar as ofertas de serviços e a

---

<sup>28</sup> Em Mariana destacamos: o bairro Santo Antônio (conhecido como Prainha), local onde nasce o povoado. Em Ouro Preto destacamos: o bairro São Cristóvão (conhecido como Veloso), local emblemático desde a extração aurífera ocorrida no século XVIII, até os presentes dias.

referida infraestrutura, para atrair novos grupos de turistas, com interesses diferenciados. (DUTRA, *et al.*, 2013, p. 61).

Essa apropriação de Lavras Novas, conforme foi salientado acima, contribui fervorosamente para o surgimento e/ou intensificação de conflitos sociais no território, pois, junto ao crescimento desordenado do turismo no distrito, aumentou simultaneamente os transtornos sociais que, por sua vez, são capazes de gerar sérios danos à vida cotidiana local. Essa realidade fica mais evidente segundo a seguinte análise de Dutra *et al.* (2013, p. 62).

Com o ir e vir dos turistas em Lavras Novas, ocorrem não somente trocas econômicas, como também transitam expressões de diferentes saberes culturais, modos de vida e de entendimento do real. A população nativa experimenta, assim, novas lentes para a leitura do mundo. Além das transformações culturais, com a exploração desmedida do turismo, o local passa a enfrentar também problemas ambientais, como a poluição, o barulho, a falta de alguns serviços sanitários, a ocupação desordenada dos ambientes, o aumento do lixo deixado nas vias públicas, a contaminação dos rios, etc. Tais impactos indesejáveis são fatores que podem acabar deflagrando conflitos entre os atores do setor privado, que exploram o turismo, e a população nativa, que passa a sofrer com esses danos.

Assumindo a reflexão feita por Dutra *et al.*(2013), reflexão esta em que se destaca a diferença de interesses entre “os atores do setor privado, que exploram o turismo, e a população nativa, que passa a sofrer com esses danos” (DUTRA, *et al.*, 2013), evidencia-se que mesmo tratando-se isoladamente de pequenos territórios, a luta de classes, o conflito entre capital e trabalho, o antagonismo de classes, a superexploração da força de trabalho e outros fatores que sustentam a estrutura do modo de produção capitalista, em especial o capitalismo em sua condição de dependência, são elementos presentes que predominam nas relações sociais contemporâneas.

Desse modo, compreende-se que muitas expressões da questão social existentes na região dos inconfidentes partem do somatório entre os traços sócio-históricos do território e as consequências geradas pela desindustrialização, gentrificação e situação de minério-dependência. Portanto, cabe afirmar que as lutas sociais e sujeitos coletivos inserem-se integralmente no conflito de interesse de classes antagônicas entre si, no qual, um lado luta pelo acesso a uma vida mais digna e justa, enquanto o outro luta pela obtenção de lucros. É nesse contexto que movimentos sociais e demais sujeitos coletivos surgem e pautam sua atuação nesta contraditória e emblemática região.

## **2 Os sujeitos coletivos e o contexto da luta de classes na Região dos Inconfidentes: aproximações empíricas à realidade.**

Analisando o contexto atual das expressões da questão social existentes na região dos inconfidentes, território este profundamente marcado por mortes, conflitos sociais, pela destruição intensa da natureza e superexploração da força de trabalho, evidencia-se que diversos movimentos sociais e sujeitos coletivos atuam na região com o intuito de pautar questões e temáticas que objetivam de modo geral amenizar os conflitos classistas que conformam a existência, a sobrevivência e que possibilitem melhores condições de vida à classe trabalhadora.

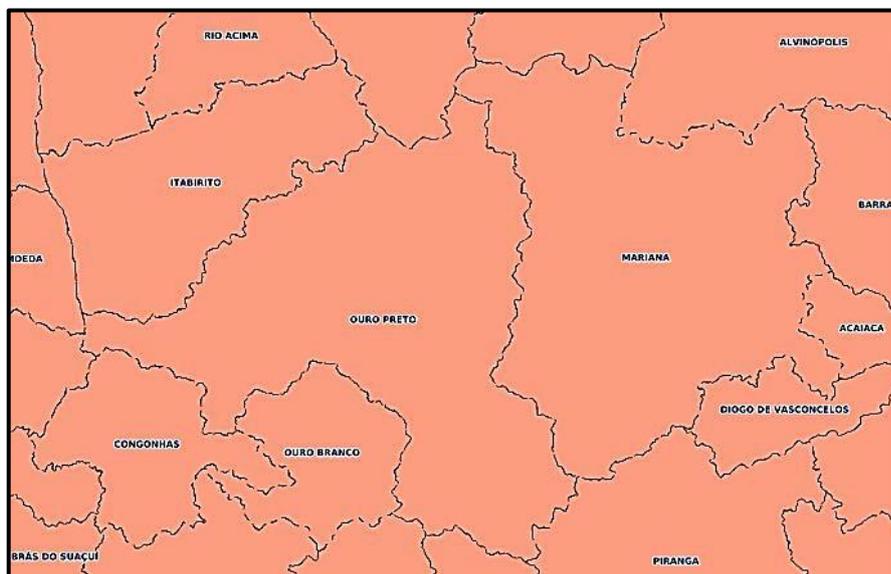
Todas as lutas contra formas de *desigualdade*, de *opressão*, de *exclusão*, tornam-se, assim, importantes e fundamentais para a conquista da “emancipação política”, mas elas não garantem a “emancipação humana”. Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor dos meios para produzir, ou seja, a eliminação da *exploração*, e com ela da ordem social burguesa. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 132).

Assumindo essa reflexão, é importante ressaltar que enquanto o modo de produção capitalista vigorar, a condição de plena igualdade não passará de uma perspectiva a ser alcançada pela atuação da própria classe trabalhadora superexplorada, pois, compreendendo que esse modelo econômico só possui efetividade por meio da divisão e do antagonismo entre classes sociais, afirma-se que o resultado final sempre será uma classe explorando a outra. Sendo assim, pode-se afirmar que o motivo para haver resistência e luta social é a superação de tal contexto nos âmbitos políticos, econômicos, sociais, culturais, ou seja é em última instância a reivindicação de uma sociedade sem a existência de classes sociais e das mediações que permitem que uma domine a outra, ou seja, de efetiva liberdade e emancipação do gênero humano.

Com o intuito em melhor compreender sobre os desafios presentes nas lutas travadas pelos sujeitos coletivos da região dos inconfidentes, foi realizada uma coleta de dados por meio do “Projeto Pró-Ativa - Serviço Social, Lutas Sociais e Sujeitos Coletivos: cenário da Região dos Inconfidentes-Minas Gerais”. Este projeto

teve como *lôcus* de estudo as seguintes cidades: Itabirito, Mariana e Ouro Preto. A Figura 5 demonstra as fronteiras entre ambas.

**Figura 5** - Fronteiras entre os municípios Itabirito, Mariana e Ouro Preto.



**Fonte:** Disponível em: <https://estatgeo.ibge.gov.br/EstatGeo2020/mapa/mapa.html?ni=6&ui=3106200&nz=1&uz=0&nm2=1&nm3=1&nm6=1&nm1=1>. Acesso em: 28 mar. 2023.

O mencionado projeto ocorreu entre 14/04/2022 e 31/08/2022, seu desenvolvimento aconteceu fortemente por meio de busca ativa, diálogos e participação voluntária de variados sujeitos coletivos da região. As respostas coletadas são de suma importância para uma análise social teórico-crítica do território neste momento atual, pois, as mesmas apresentaram resultados que condizem com as análises já abordadas neste estudo e elucidam a realidade de diversos polos sociais da região dos Inconfidentes.

Cabe ainda destacar que essa pesquisa realizada, inicialmente por meio de um questionário online, abrange um cenário social mais amplo, no qual, apresenta a existência de diversas bandeiras de luta. Dessa forma, evidencia-se que esse levantamento contém variadas pautas que, de alguma maneira, refletem cristalinamente a realidade social local, partindo desde reivindicações de bairros, orquestradas pelas associações comunitárias, até movimentos com abordagens feministas, culturais, étnico-raciais e outros.

Contudo, antes de analisar os dados coletados via projeto Pró-Ativa, importa discorrer brevemente sobre as cidades *lôcus* desse estudo, tendo em vista que a

realidade vivenciada e apresentada por cada uma pode ser um dos fatores cruciais para os resultados coletados. Nesse sentido, a partir de dados correspondentes ao ano de 2010 disponíveis no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cada município constitui-se da seguinte maneira:

**Figura 6 - Composição da cidade de Itabirito – MG.**



**Fonte:** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabirito.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Itabirito é o município mais recente dentre os três analisados nesse estudo, visto que, desde o período setecentista até o início do século XX, o então território, denominado como Distrito Colonial de Itabira do Campo, era tido como distrito pertencente à comarca de Vila Rica, atual Ouro Preto. No ano de 1925 elevou-se para o *status* de cidade, cujo nome é de origem Tupi e significa “pedra que risca vermelho”. “O nome da cidade foi dado em homenagem a um minério de ferro específico, o itabirito, muito abundante na região e base para a economia da cidade, proveniente majoritariamente da siderurgia e da mineração” (CLÍMACO, 2011, apud SILVA, 2017, p. 15), sendo essa última, a principal atividade econômica, na qual, atualmente vem “sendo realizada pela companhia VALE S/A, que extrai e exporta o minério *in natura*”. (SILVA, 2017).

De acordo com a Figura 6, os dados do IBGE apontam que o município de Itabirito atualmente apresenta uma área territorial de 544,027km², uma população estimada em 52.996 pessoas e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,730.

**Figura 7- Composição da cidade de Mariana – MG.**



**Fonte:** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabirito.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

O município atualmente conhecido como Mariana é um dos núcleos sociais mais antigos de Minas Gerais e assim como os demais municípios analisados nesse estudo, teve início no período setecentista em virtude do ciclo do ouro. Naquele momento histórico, este território era conhecido como arraial de Nossa Senhora do Carmo, e foi ganhando cada vez mais destaque no cenário econômico devido à quantidade de ouro extraído de suas serras e rios. Em 1745, período em que a extração aurífera ainda estava em alta, “o rei de Portugal, Dom João V, elevou a vila a categoria de cidade, nomeada como Mariana, uma homenagem à rainha Maria Ana D’Austria, sua esposa”. (BELLAN, 2022).

Na atualidade o município de Mariana ainda não conseguiu se desvencilhar da atividade da mineração, mudando apenas o material extraído para o minério de ferro. A economia é pouco diversificada e o comércio e o turismo não se fazem capazes de desenvolver a economia local. (BELLAN, 2022, p. 29).

Os dados referentes ao cenário atual do município de Mariana (FIG. 07) apresentam importantes informações sobre a região, sendo algumas: a área territorial do município é de 1.194,208km<sup>2</sup>, a população estimada em 61.830<sup>29</sup> pessoas e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,742.

<sup>29</sup> Importa considerar que devido às buscas por trabalho nas empresas mineradoras e nas obras de reconstrução dos distritos destruídos pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, o município de Mariana concentra uma população flutuante gigantesca. Disponível em: <https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>.

**Figura 8 - Composição da cidade de Ouro Preto – MG.**



**Fonte:** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabirito.html>.  
 Acesso em: 14 mar. 2023.

O município de Ouro Preto, localizado entre os municípios de Itabirito e Mariana, carrega esse nome devido à camada escura de óxido de ferro sobre as primeiras amostras de ouro encontradas na região.

Esse território, inicialmente denominado como Vila Rica, atingiu expressiva importância econômica durante o século XVIII. “A notoriedade econômica da cidade se deu através da extração do ouro desenvolvida na região durante todo período histórico conhecido como Ciclo do Ouro”. (VIANA, 2021, p. 13).

Em 1933, início do período conhecido como “Era Vargas”, Ouro Preto, por meio de um decreto presidencial, foi elevada a título de Monumento Nacional ou Patrimônio Nacional. “Logo após, em 1938, a cidade foi tombada por seu conjunto arquitetônico e urbanístico”. (VIANA; BRUSADIN, 2019).

Ainda que declarada Monumento Nacional em 1933 e protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1938, muito tempo passa, até que, nas décadas de 1960 e 1970, Ouro Preto retorna ao eixo econômico através da extração de alumínio e ferro. Posteriormente, o turismo e os serviços gerados pela criação da Universidade Federal de Ouro Preto também se convertem em relevantes atividades econômicas e, em 1980, a cidade é o primeiro ícone brasileiro a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. (GONÇALVES, 2019, p.11).

Os dados do IBGE (FIG. 08) referentes à cidade de Ouro Preto apontam que atualmente o município apresenta uma área territorial de 1.245,865km², uma

população estimada em 74.824 pessoas e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,741.

Em relação a outro dado relevante para compreendermos o cenário da região dos inconfidentes, destacamos o seguinte sobre o nível de instrução da população:

**Figura 9** - Nível de instrução dos municípios Itabirito, Mariana e Ouro Preto.

Ano: 2010	Fonte	Itabirito	Mariana	Ouro Preto	
AMOSTRA - EDUCAÇÃO					
PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE					
Frequência à escola					
Nível de instrução					
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
		19.284	21.522	28.803	peessoas
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO					
		7.544	8.902	10.847	peessoas
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO					
		9.436	11.850	15.644	peessoas
SUPERIOR COMPLETO					
		2.845	3.972	5.325	peessoas
NÃO DETERMINADO					
		207	180	352	peessoas

**Fonte:** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itabirito/pesquisa/23/22469?detalhes=true&localidade1=314000&localidade2=314610>. Acesso em: 29 mar. 2023.

“As divisões sociais forçadas têm em sua amplitude fatores ligados ao ensino, ou seja, as estratificações sociais e econômicas, típicas das sociedades capitalistas têm sua gênese na negação da educação a todos indistintamente” (PRANDI, 2015). A baixa escolaridade da população da Região dos Inconfidentes é uma expressão da questão social que, além de refletir essa realidade, também contribui para o aprofundamento de outras mazelas sociais, tais como: a baixa remuneração, a exploração da classe trabalhadora e a desqualificação de trabalhadores e trabalhadoras locais.

Mesmo com a existência de campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) em Ouro Preto e Itabirito, e com a presença da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Mariana e Ouro Preto, é notório que o nível de instrução dos municípios permanece baixo se comparado com o número populacional. Esse cenário nos leva a refletir a sucinta passagem feita por Florestan Fernandes, na qual o mesmo destaca que “um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos” (FERNANDES, 2008).

Segundo Prandi (2015) “reproduzir classes sociais significa perpetuar os mesmo índices educacionais, estatizar o aprimoramento dos professores e dos métodos de ensino, ou seja, manter inerte a máquina administrativa da educação”. Diante dessa afirmação, convém destacar que o baixo nível de instrução na Região dos Inconfidentes condiz com as mazelas sociais geradas pela divisão de classes e os avanços do capital.

Compreendendo que os dados apresentados na Figura 9 são resultados de um levantamento realizado no ano de 2010, suponha-se que o cenário atual dos municípios em relação ao nível de instrução tenha tido significativas mudanças, principalmente ao se tratar do ensino superior, pois, vale ressaltar que a partir do ano de 2012 a Lei federal nº 12.711/2012<sup>30</sup>, mais conhecida como Lei de cotas, entrou vigor em todo território nacional, contribuindo veemente para o ingresso mais numeroso de negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas com baixa renda nas universidades públicas<sup>31</sup>.

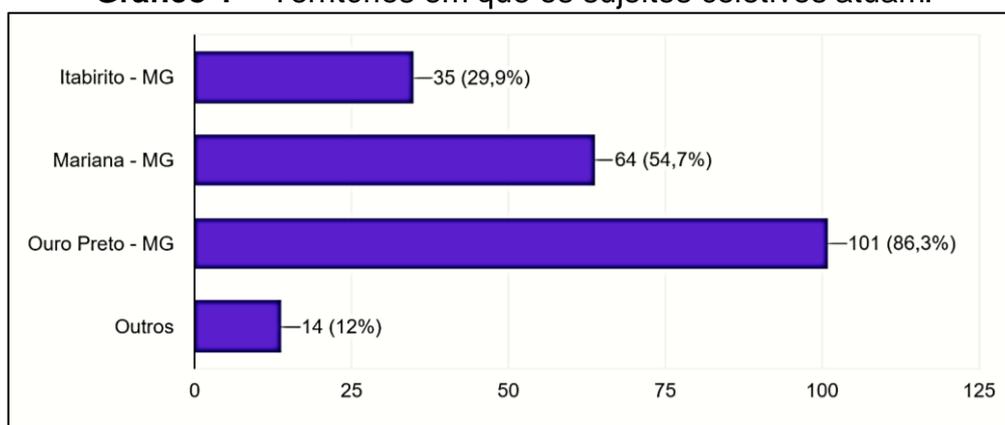
Retomando as análises sobre os sujeitos coletivos, podemos dizer que todos expressam e absorvem traços do contexto social e da forma de socialização dos territórios em que atuam. Nesse sentido, as informações acima apresentadas sobre os municípios *lócus* desse estudo contribuem fortemente para as análises dos dados advindos do projeto Pró-Ativa, pois, compreende-se que as mesmas possuem tamanha influência nas relações sociais da região. Dessa forma, se há influência nas relações econômico-sociais, também existe influência na organização e atuação dos sujeitos coletivos.

Após a organização dos dados coletados via busca ativa pelo projeto Pró-Ativa, que por sua vez era composto por questões abertas e outras de múltipla escolha, chegou-se aos seguintes resultados:

---

<sup>30</sup> BRASIL. **Lei nº 12711/2012, de 26 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [S. l.], 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/29/participantes-de-sessao-celebram-resultados-e-pedem-aprimoramento-da-lei-de-cotas#:~:text=%E2%80%94%20IBGE%20ratifica%20que%20com,o%20negro%20sempre%20foi%20discriminado>.

**Gráfico 1 – Territórios em que os sujeitos coletivos atuam.**

Este primeiro gráfico (GRAF. 1) nos mostra a quantidade de sujeitos coletivos que atuam em cada cidade *locus* do estudo. Em primeiro lugar, importa enfatizar que existem sujeitos coletivos que atuam em mais de uma cidade e que durante a coleta de dados, os sujeitos coletivos atuantes na cidade de Ouro Preto foram mais acessíveis, ou seja, mais fáceis de alcançar via questionário, em seguida destacam-se os sujeitos coletivos atuantes em Mariana e por fim os sujeitos coletivos com atuação em Itabirito. Uma informação importante para essa análise, é sobre a existência de sujeitos coletivos atuantes na região dos inconfidentes que, por diversos motivos, não conseguiram ou optaram por não participar da pesquisa do projeto Pró-Ativa, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Sindicato do Comércio de Itabirito (SINCOVITA), Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itabirito (SINDSEMI), Sindicato dos Empregados em Turismo, Hospitalidade, Asseio, Conservação, e Limpeza Urbana de Ouro Preto e Região (SETHOP) e outros.

Assim, o resultado alcançado nesse na coleta de dados pode também estar diretamente atrelado à composição de cada território, como já demonstrado. Abaixo demonstramos as conformação, ou seja, os tipos de sujeitos coletivos.

**Gráfico 2 – Tipos de sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes.**

Os resultados demonstram que alguns sujeitos coletivos atuantes na região dos inconfidentes são estruturados por meio de todo um aparato legal, como é o caso dos sindicatos, outras atuam de maneira menos normatizada burocrática e legalmente, sendo esta, a situação de alguns movimentos sociais.

[...] Seguindo a conceituação de segmentação da realidade social, tem-se a alocação das organizações e interesses nas suas “supostas” esferas cabíveis: assim, no Estado, teriam-se os partidos; no mercado, os sindicatos trabalhistas e as organizações empresariais; cabendo à esfera da sociedade civil o desenvolvimento de ações, movimentos e organizações – ou seja, movimentos sociais, ONGs, fóruns, canais de participação institucional descentralizados etc. [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 346).

Observando os tipos de sujeitos coletivos apresentados (GRAF. 2), importa discorrer brevemente sobre como cada um se estrutura, porém, sempre levando em consideração a existência de diversas bandeiras de luta, pois, a maneira na qual uma demanda social se apresenta em meio à sociedade pode distinguir totalmente a forma de embate à mesma. Nesse sentido, o fato de existir 79 associações, por exemplo, não significa que a organização, a linha de ideais e as formas de enfrentamento são iguais, ou seja, cada uma possui sua particularidade.

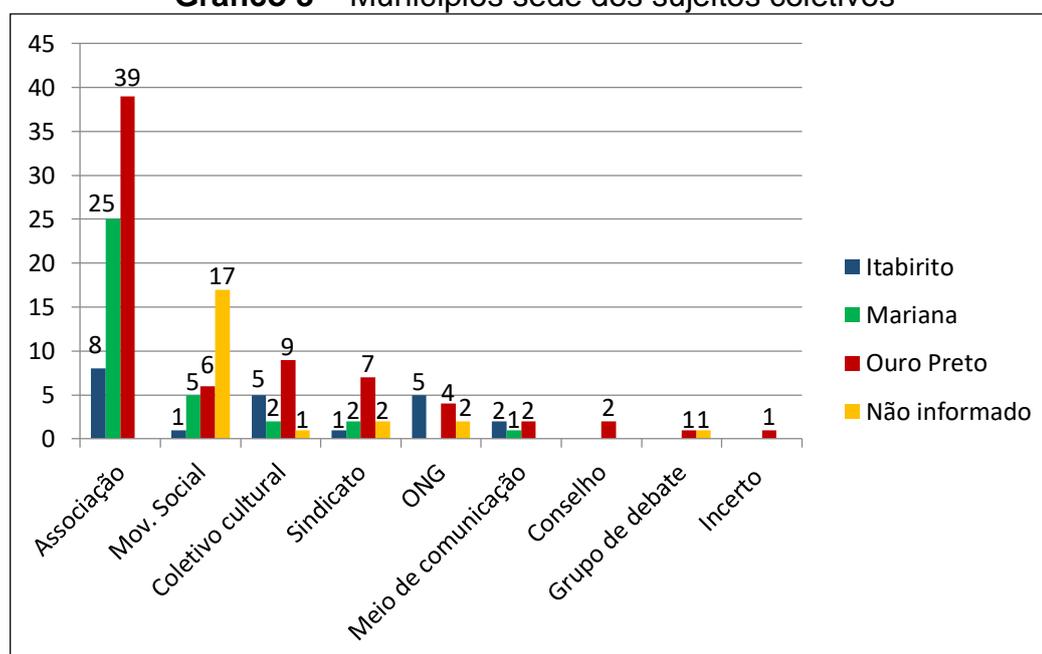
Os tipos de sujeitos coletivos alcançados pela busca ativa/coleta de dados e agora apresentados neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são:

- **Associação** – Geralmente, são sujeitos coletivos formalmente estruturados, sendo na maioria das vezes iniciativas em prol dos interesses comunitários, tais como as associações de moradores. Porém, é importante evidenciar que durante a coleta de dados do projeto Pró-Ativa, alguns sujeitos coletivos vinculados a pautas empresariais e/ou culturais também se autodeclararam como associação, ramificando ainda mais o conceito dessa categoria.
- **Movimento Social** – Iniciativas, formais ou informais, provindas predominantemente das ramificações da sociedade civil. Geralmente, articulam-se em defesa do interesse público. Nesse sentido, os sujeitos coletivos pautam-se em lutas contra males sociais, tais como: “a pobreza, a fome, doenças, a segregação racial etc” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).
- **Coletivo Cultural** – Forma de organização social, na qual, tem-se a cultura como instrumento fundamental para a luta e resistência.
- **Sindicato** – Movimento orquestrado majoritariamente em prol dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora que se encontram formalmente inseridos no mercado de trabalho. Trata-se, grosso modo, de uma iniciativa voltada para os interesses de categorias de trabalhadores. Assim como em outros territórios, a existência desse sujeito coletivo se dá devido à exploração intensa da força de trabalho e da luta de classes existente e decorrente do modo de produção capitalista, ou seja, a luta sindical é um enfrentamento aos efeitos do capitalismo.
- **Organização Não Governamental (ONG)** – Geralmente são instituições, constituídas formalmente, que, em muitos casos, possuem características filantrópicas.
- **Meio de comunicação** – Diz respeito a iniciativas que buscam passar informação para a população. Dentro dessa categoria encontram-se tanto as mídias financiadas por verbas públicas e/ou privadas, quanto as mídias denominadas independentes e autofinanciáveis.
- **Conselho** – Refere-se a iniciativas com pautas sociais subordinadas a algum órgão municipal. No projeto Pró-Ativa, houve a participação de

dois sujeitos coletivos desse tipo, ambos subordinados à secretaria de defesa social de Ouro Preto.

- Grupo de debate – Trata-se de grupos de análise e reflexão acerca de questões contemporâneas ou, até mesmo, remotas.
- Incerto – Esse único sujeito coletivo refere-se a um pequeno grupo de motoboys da cidade de Ouro Preto composto por cinco integrantes. Vale ressaltar que movimentos dessa natureza são de suma importância no contexto socioeconômico atual, tendo em vista, os avanços e transtornos gerados pela indústria 4.0<sup>32</sup>. Esse grupo, em específico, afirma lutar a favor das pautas levantadas pelos motoboys ouro-pretanos, porém, ao responder o questionário do projeto Pro-Ativa denominaram-se como um veículo de imprensa e aproveitaram o espaço para fazer propaganda de um jornal local e não do movimento em si. Com poucas informações sobre o então grupo, conclui-se que a resposta ficou com um caráter incompreensível para análise.

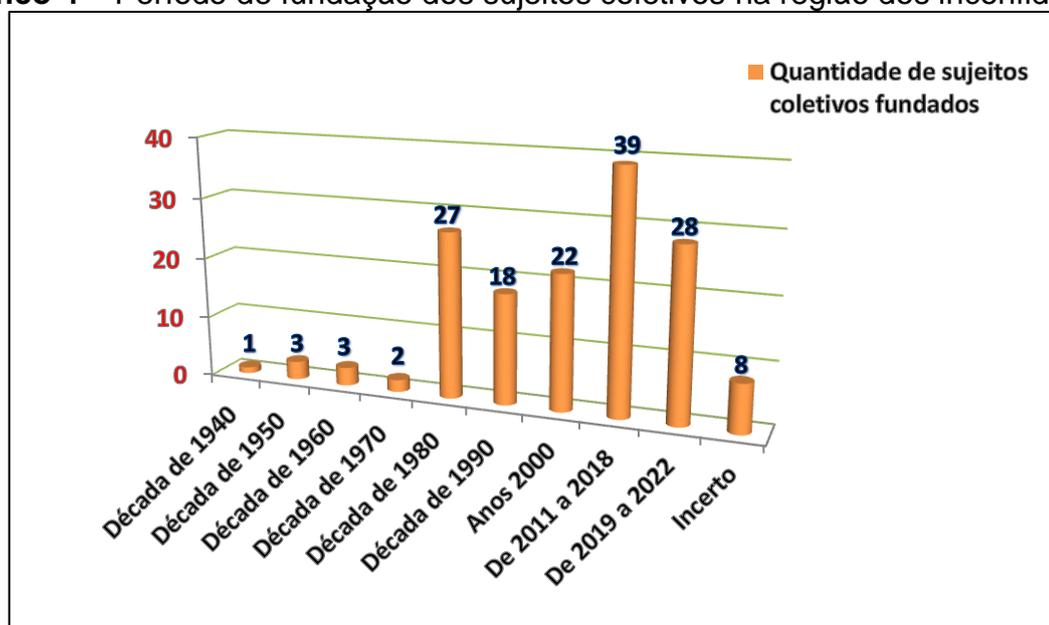
**Gráfico 3 – Municípios sede dos sujeitos coletivos**



<sup>32</sup> Com a expansão global da chamada indústria 4.0, em curso ainda mais acentuado durante a pandemia, se não forem criadas barreiras e confrontações sociais fortes, teremos uma ampliação exponencial do trabalho morto, por meio do crescimento do maquinário informacional-digital. Tais alterações trarão, além da redução quantitativa do trabalho vivo, profundas transformações qualitativas, uma vez que o trabalho morto, ao ampliar seu domínio sobre o trabalho vivo, aprofundará ainda mais a subsunção real do trabalho ao capital, nessa nova fase digital, algorítmica e financeira que pauta o mundo corporativo de nosso tempo. (ANTUNES, 2020, p. 22).

Analisando o gráfico acima (GRAF. 3), afirma-se que os dados servem como um de complemento ao gráfico anterior (GRAF. 2), identificando de forma mais detalhada as sedes dos sujeitos coletivos da região.

**Gráfico 4 – Período de fundação dos sujeitos coletivos na região dos inconfidentes.**



As informações acima (GRAF. 4) explicitam como as fundações/data de criação dos sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes refletem os diferentes períodos sócio-históricos do Brasil.

Inicialmente, identifica-se que da década de 1940 até a década de 1970, poucos sujeitos coletivos foram fundados na região dos inconfidentes (GRAF. 4). O baixo número não significa que as contradições e lutas sociais, geradas pela relação antagônica entre capital e trabalho, eram mais brandas. As condições de vida da população ouro-pretana, apresentadas pelo censo de 1960, confirmam essa realidade<sup>33</sup>.

Além das condições de vida, importa também salientar que o cenário político vivenciado nessas décadas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, era de repressão, pois, refere-se ao período ditatorial, no qual, a censura, perseguição,

<sup>33</sup> O censo de 1960 informa que, conquanto dois terços dos domicílios particulares fossem próprios, apenas 60,9% do total das 5.777 casas ouro-pretanas possuíam abastecimento de água – boa parte delas valendo-se de poços e nascentes, e não da rede geral. Se 55,1% das residências dispunham de iluminação elétrica, as instalações sanitárias alcançavam somente 53,5% delas, quase a metade dos casos envolvendo fossas sépticas, fossas rudimentares ou escoadouros, e não a rede geral. Mais ainda, 89,7% das casas possuíam fogão a lenha, sendo o do gás ou outro combustível bastante incomum. De resto, em 41,8% das residências havia rádios, mas apenas em 5,1% a geladeira estava presente. [...]. (SILVEIRA, 2018, p. 34 – 35).

tortura e outras atrocidades eram recorrentes, ou seja, o baixo número de sujeitos coletivos na região dos inconfidentes nesse período é um reflexo do momento histórico vivenciado no país como um todo.

Porém, mesmo com o silenciamento e repressões sobre os sujeitos coletivos e iniciativas sociais existentes, importa ressaltar que nesse período ditatorial

Também proliferaram-se, especialmente a partir de 1976, o movimento de associações de moradores e/ou Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) – que já existia desde a década de 1940, muito marcado pela utilização da barganha do voto em troca de melhorias nos bairros, mas que agora assumia uma nova expressão – que também desenvolveu várias lutas no âmbito dos bens de consumo coletivo; movimentos de moradia; por serviços de infraestrutura, como saneamento básico e equipamentos sociais (escolas, creches, postos de saúde) [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 275 – 276).

Ao contrário das décadas anteriores, observa-se que na década de 1980 houve grande salto quantitativo no número de sujeitos coletivos fundados na região dos inconfidentes (GRAF. 4). Essa elevação numérica condiz plenamente com o contexto político, social e econômico vivenciado no Brasil naquele momento, pois, era um período de efervescência das lutas sociais no país. Desse modo,

Nesse período surgem, então, diversos movimentos centrados na luta a favor da ética na política e contra os escândalos políticos, o clientelismo e a corrupção, bem como a luta pela cidadania de diversos segmentos populacionais, tais como, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Aposentados, do Negro, do Indígena, dos Homossexuais, Movimento Feminista, Ecológico, entre outros. (CALDAS, 2013, p. 71).

Sobre esse momento histórico, Antunes (2011) também enfatiza que,

[...] Ao longo da década de 1980, houve um quadro nitidamente favorável ao *novo sindicalismo* no Brasil (enquanto *movimento social dos trabalhadores*, com forte caráter de classe), que caminhava em direção contrária ao quadro de crise sindical já presente em vários países capitalistas avançados. Se as classes dominantes costumam dizer que a década de 1980 foi, para elas, “uma década perdida”, pode-se dizer que o mesmo não ocorreu para a classe trabalhadora, cujos níveis de avanço, de conscientização e de organização foram muito significativos. (ANTUNES, 2011, p. 139).

A partir das análises de Antunes (2011) e Caldas (2013), podemos afirmar que o salto numérico de sujeitos coletivos fundados na década de 1980 na região dos inconfidentes (GRAF. 4) condiz com o cenário político, social e econômico vivenciado no Brasil. Sobre essa década, ainda podemos destacar que foi um momento histórico de transição no qual se consolidava o fim da ditadura militar e o início de um novo momento democrático sustentado pela Constituição Federal de

1988. Em outras palavras, durante essa década ocorreu uma abertura democrática no país que possibilitou “o surgimento de um novo paradigma de atuação dos movimentos sociais e o fortalecimento de novos atores sociais, como os Conselhos Gestores e os fóruns temáticos”. (CALDAS, 2013).

[...] Tais configurações também repercutem em outras instâncias como as experiências de Orçamento Participativo nas formas de gestão das cidades, bem como na atuação das Organizações Não-Governamentais - ONG's. Todo esse processo traz à tona a luta por novas demandas de cidadania e justiça social, na tentativa de construção e ocupação do espaço público de forma mais participativa. (CALDAS, 2013, p. 69).

Essa abertura democrática ocorrida durante a década de 1980 fez a década seguinte apresentar novos rumos políticos e sociais no país. As eleições diretas, realizadas em 1990 demarcaram o início desse novo ciclo. Porém, também importa destacar que durante esse mesmo período, década de 1990, a ofensiva neoliberal tomou grandes proporções no Estado brasileiro. Essa ofensiva, por sua vez, “se materializa pela reestruturação produtiva dos processos de trabalho e pelo desmonte da regulação estatal no campo da economia e direitos sociais”. (CALDAS, 2013).

O Estado Neoliberal imprimiu um novo conceito de sociedade civil ao *Terceiro Setor*, entendido não como uma esfera de participação, formulação e controle das políticas sociais – controle social (conforme reconhecido por Gramsci), mas como agente de bem-estar social através da solidariedade, filantropia e voluntariado. Há aqui o desejo ideológico de despolitização da sociedade civil. (CALDAS, 2013, p. 71).

Considerando tais premissas e os resultados apresentados no gráfico (GRAF. 4), compreende-se que a redução do número de sujeitos coletivos fundados na década de 1990 está significativamente atrelado ao cenário sócio-político vivenciado no período, pois, trata-se de um momento histórico em que o Estado, em sua fase enfaticamente neoliberal, se desresponsabilizou das mazelas sociais fomentadas e decorrentes do modo de produção capitalista dependentes.

Essa desresponsabilização do Estado perante as mazelas sociais dá-se expressivamente por meio de incentivos ao Terceiro Setor<sup>34</sup> que estrutura-se através de um viés neoliberal, caritativo e voluntarista. De acordo com Caldas (2013), “os

---

<sup>34</sup> A noção de Terceiro Setor é aqui entendida como uma esfera pública não estatal, voltada para desempenhar as funções nas quais o Estado possui sérias restrições diante dos ditames Neoliberais orquestrados pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI e a Organização Mundial do Comércio. Suas ações baseiam-se em práticas de refilantropização da Assistência Social, voluntarismo, solidariedade, entre outras. (CALDAS, 2013, p. 71).

movimentos sociais que defendem os interesses da classe subalterna, com a ofensiva neoliberal, vão em direção à lógica de mercado, à despolitização e à fragmentação de lutas e demandas, voltadas a interesses corporativos e setoriais”.

Quanto ao início do século XXI, Ribeiro (2022) destaca a seguinte análise:

A conjuntura socioeconômica dos anos 2000 no Brasil foi dinamizada com os aumentos do salário-mínimo na base da pirâmide social e por políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Essa realidade foi coetânea com o aumento da produção e do preço das commodities agrominerais, que imprimiu um crescimento econômico apropriado pelos monopólios da agroindústria, do extrativismo mineral e do setor financeiro. Outros setores econômicos surfaram neste crescimento, destacando-se aqui o setor de serviços e a construção civil. Em geral, com as vagas de emprego criadas no mercado, principalmente no setor de serviços, houve a redução do exército industrial de reserva – diminuição do desemprego e aumento da formalização -, porém, com vagas em setores que pagavam salários muito reduzidos. (RIBEIRO, 2022, p. 171 – 172).

Para as regiões minério-dependentes, tais como a região dos inconfidentes, a dinamização da conjuntura socioeconômica consolidou-se cristalinamente, visto que, são territórios historicamente explorados pelos monopólios do extrativismo mineral, que por sua vez, foram os beneficiados pelo aumento da produção e preço das *commodities* agrominerais.

A análise elaborada por Ribeiro (2022) apresenta que o cenário social, econômico e político apresentado no início do século XXI diferenciou-se das demais décadas anteriores, pois, além do cenário social e econômico exposto acima, evidencia-se também uma mudança no cenário político. Nesse período histórico, registra-se a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), ao cargo de presidente da república.

A chegada de Lula ao poder executivo federal representou para muitos trabalhadores e trabalhadoras, naquele período, uma vitória das massas, visto que, tratava-se de um operário e sindicalista ocupando o cargo mais alto da federação. Contudo, o fato de alguém com tais marcas de atuação e posição classista ter atingido esse marco, não significa que os ataques à classe trabalhadora diluíram-se, pois, nesse momento histórico, segundo Galvão (2009), a perspectiva crítica foi se esvaindo, dando lugar para ações contraditórias, visto que, o partido que antes fazia “oposição às ‘reformas orientadas para o mercado’ acabou por assumi-las”.

Diante desse cenário, Ribeiro (2022) também aponta que,

A década de 2000 terminou com menores taxas de desemprego, mas com a proliferação dos mecanismos de terceirização, aperfeiçoamento de contratos precários, aumento do número de trabalhadores informais e com muitas vagas criadas com salários reduzidos. Esses mecanismos aprofundaram a pulverização de tipos de contratos de trabalho e dos sindicatos, criando uma atmosfera de identificação coletiva mais difícil da classe trabalhadora, que pudesse fazer frente à concorrência do capital reunido. (RIBEIRO, 2022, p. 171).

A abordagem feita por Ribeiro (2022), contribui no entendimento de que a precarização do trabalho fomentada pela terceirização, redução de salários e informalidade, contribuíram para a desarticulação coletiva da classe trabalhadora. Isso contribui na explicação acerca do número de sujeitos coletivos fundados/constituídos na região dos inconfidentes no início dos anos 2000 (GRAF. 4), mesmo sendo, maior que o apresentado na década anterior, porém, menor que o apresentado na década de 1980, período de grandes embates sociais que resultaram na abertura democrática do país.

Adentrando no período entre o ano de 2011 e 2022, é possível observar que o número de sujeitos coletivos fundados na região dos inconfidentes atinge um total de 67 (sessenta e sete), (GRAF. 4). Assim como nos períodos anteriores, convém mencionar que esse resultado também se vincula aos contextos socioeconômico e sociopolítico apresentados no decorrer da década de 2010. No entanto, destacamos que esse longo período compreendido entre 2011 a 2022 foi, resumidamente marcado por acontecimentos tais como: as mobilizações populares em 2013<sup>35</sup>; as eleições gerais em 2014; o impeachment da presidenta eleita Dilma Roussef (PT) em 2016; a reforma trabalhista em 2017<sup>36</sup>; as eleições gerais e avanço dos discursos de extrema-direita em 2018; a reforma da previdência em 2019<sup>37</sup>; e a morte de mais de 600.000 brasileiros causada pela crise sanitária da COVID-19 somada à negação da ciência fortemente sentida nos anos de 2020, 2021 e 2022.

---

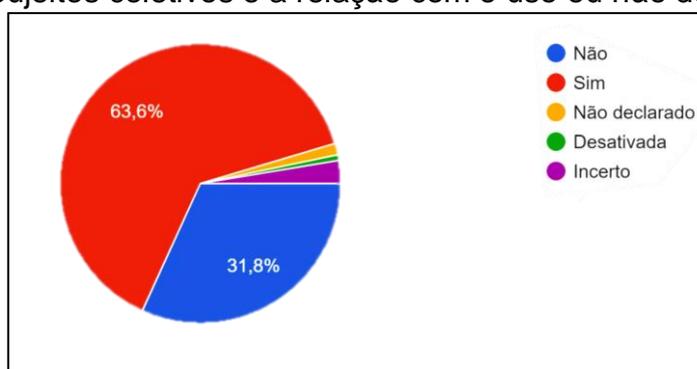
<sup>35</sup> Em 2013 grandes mobilizações de rua, nas chamadas “Jornadas de Junho”, empunhavam a insatisfação com as políticas públicas, destacando-se a mobilidade urbana. Neste mesmo ano se inicia um novo ciclo de recorde de greves e horas paradas, assim como o aumento destas com reivindicações propositivas, que vão até o ano de 2016 (RIBEIRO, 2022, p. 172).

<sup>36</sup> [...] Entre centenas de novas regras que suprimiram os direitos trabalhistas, a reforma trabalhista introduziu um novo artigo ampliando o conceito de trabalho autônomo (que pode funcionar para uma única empresa com exclusividade), buscando, portanto, reduzir o escopo de trabalhadores adequados à proteção da lei trabalhista. (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020, p.177).

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/22/reforma-da-previdencia-e-aprovada-e-aposentadoria-fica-mais-dificil-para-trabalhador>.

Esse cenário repleto de mobilizações sociais, desmontes de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários conquistados pelas lutas anteriores da classe trabalhadora e o aumento de discursos e ideologias coniventes com a precarização do trabalho e outras mazelas sociais, revela o porquê de tantos sujeitos coletivos terem sido fundados/constituídos nesse período. Além desses fatores, convém mencionar que um dos elementos que contribuíram para o aumento desse número foi a utilização massiva e intensa das redes sociais.

**Gráfico 5 – Sujeitos coletivos e a relação com o uso ou não de redes sociais**



Segundo Maia (2011, p. 47),

[...] Diversos autores encontram na sociedade civil possibilidades de revitalizar impulsos políticos dos cidadãos e revigorar o poder de comunidades; treinar eficazmente cidadãos; construir hábitos de respeito e cooperação; combater o individualismo e proporcionar alternativas para a política do auto interesse; representar vozes de grupos marginalizados e excluídos da esfera política; e limitar a intromissão de burocracias na condução da vida cotidiana e revitalizar a esfera pública. Nesse cenário, a emergência da internet contribuiu para sustentar o entusiasmo pela sociedade civil, com vistas a revigorar a participação política. [...]

Analisando as informações contidas no gráfico acima (GRAF. 5) e a reflexão feita por Maia (2011), chega-se a seguinte observação: a comunicação digital na contemporaneidade vem sendo um forte instrumento no contexto das lutas sociais, pois, por meio desse instrumento o acesso à informação, a propagação das bandeiras de luta, a comunicação entre e com a sociedade, a organização dos sujeitos coletivos e a participação política dos mesmos, vem se tornando cada vez mais acessível.

Porém, entende-se que a divisão e o conflito de classes provocam sistematicamente as tensões sociais, processo esse que, na maioria das vezes, é mediado por um Estado que prioriza os interesses da classe burguesa e suas frações. Diante disso, compreendendo que os recursos digitais são novos métodos e

instrumentos capazes de contribuir arduamente para os embates sociais enfrentados pela classe trabalhadora, vale explicitar que as lutas, reivindicações e organizações dos movimentos sociais não podem ficar presas somente nos campos digitais, ou seja, devem ocupar, articular e buscar outros espaços para organização coletiva, pois,

Se o sindicalismo, desde o século XIX, e, por fim, as revoluções proletárias do século XX, não conseguiram impedir que o modelo das democracias representativas fosse historicamente vencedor, não será a internet a modificar o estado das coisas. [...] (GOMES, 2011, p.24).

Além disso, pode-se considerar que os campos digitais atuam como uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que ocupam o papel de instrumentos que contribuem para o fortalecimento das lutas dos sujeitos coletivos, as mesmas são propriedades privadas de grupos capitalistas que operam em função dos interesses estabelecidos pelo capital, conservando afirmando e proliferando a ideologia burguesa nas diversas camadas sociais.

Tendo em vista esta análise, é importante salientar que as vias digitais não são instrumentos que, por si só, levarão a superação do modelo socioeconômico posto, mas a sua utilização sincronizada coletivamente aos demais mecanismos de luta podem vir a ser um fator fulcral no contexto das lutas sociais e no conflito de classes.

**Tabela 1** – Bandeiras de luta e áreas de atuação dos sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes.

Área de atuação	Número de menções
Moradia/Comunidade	50
Cultura	25
Trabalhista	20
Direito das mulheres	9
Questão étnico-racial	12
Educação	7
Política	4
Comunicação/Informação	7
Criança e adolescente	3
Assistencialismo	8

Meio ambiente	6
Dependência química	3
Idosos e deficientes	3
Atingidos	3
LGBTQIAP+	2
Empresarial	1
Sem respostas	1

Ao analisar as informações prestadas na Tabela 1, consta-se que “existe no contexto atual uma diversidade de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma variada gama de temas e de questões.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 284). Essa variedade de lutas sociais desencadeia devidas reflexões sobre o contexto social presente na região dos inconfidentes.

Importa salientar, que existem muitos grupos que defendem mais de uma bandeira de luta, como é o caso do Movimento Mulheres em Luta (MML), grupo este filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP – Conlutas). Este movimento atua em defesa das mulheres trabalhadoras na luta contra a opressão machista e a exploração capitalista, ou seja, é uma iniciativa que aborda tanto os direitos das mulheres, quanto direitos trabalhistas. Também, pode-se mencionar nesse contexto de os sujeitos coletivos assumirem mais de uma bandeira de luta, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP), sujeito coletivo, que possui natureza sindical-trabalhista, no entanto pauta a defesa da educação e da universidade pública, o enfrentamento ao racismo, capacitismo e opressões de gênero, por exemplo.

Causas comunitárias, trabalhistas e culturais.

Ao observar a parte superior do gráfico, nota-se que os campos voltados para interesses comunitários, ações culturais e causas trabalhistas, ocupam mais da metade de todo percentual das respostas obtidas, atingindo a marca de 56,9% do total. Mesmo tratando-se de bandeiras de luta com perspectivas, ações e interesses diferenciados, essa porcentagem nos mostra que os campos possuem um ponto essencial que interliga as entidades. Esse ponto apresenta-se por meio do conflito

entre as classes sociais e da condição de dependência existente no capitalismo latino-americano.

Para compreender a afirmação feita acima, basta analisar o seguinte raciocínio: a superexploração da força de trabalho, fenômeno existente em países de capitalismo dependente, carrega em seu âmago uma série de elementos severamente prejudiciais à classe trabalhadora, tais como a intensificação do trabalho, prorrogação da jornada de trabalho, baixa remuneração e outros. Esses elementos somados a outros artifícios e ataques orquestrados pela classe burguesa e suas frações, desencadeiam sérias mazelas sociais que forçam os sujeitos a condições de subalternidade, nas quais, os levam a buscar um meio de subsistência compatível à situação em que se encontram, como por exemplo, habitar em residências e localidades menos estruturadas, acessar serviços essenciais sucateados, ocupar postos de trabalho inteiramente precarizados e outros. Diante dessa realidade, afirma-se que as lutas sociais elaboradas pelas associações comunitárias e sindicatos são instrumentos de combate aos avanços dessa dinâmica estruturada pela superexploração da força de trabalho e divisão de classes.

Cabe ainda salientar que o campo da cultura também se encontra inserido nesse contexto de divisão de classes e interage intimamente com os campos que tratam dos interesses comunitários e das causas trabalhistas, pois, de acordo com Cucho (2002, p. 143-144),

As culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independentemente umas das outras, sem relação umas com as outras, o que não corresponde à realidade. [...]

A partir de tal contexto e remetendo aos dados coletados, pode-se afirmar que movimentos culturais como a “Batalha da pracinha”, “Batalha das Gerais”, “Associação Prole” “Grupo de Percussão Bença Valentim”, “Flor de Maio Teatro”, “Associação Desportiva e Cultural Cativoiro Capoeira – Ouro Preto”, “Capoeira São Pedro”, “Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia”, “Congado Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças”, e tantos outros, expressam as lutas e relações sociais existentes na região. Compreendendo que as relações sociais no capitalismo acontecem de maneira desigual e contraditória, convém mencionar que os coletivos culturais também possuem a

capacidade de expressar a gritante desigualdade social por meio da arte que carregam e transmitem.

Sem esquecer a situação de dominação, é talvez mais correto considerar a cultura popular como um conjunto de “maneiras de viver com” esta dominação, ou, mais ainda como um modo de resistência sistemática à dominação. (CUCHE, 2002, p.150).

Pautas a favor das mulheres

No que tange as lutas sociais voltadas para os interesses feministas, Montañó e Duriguetto (2011) afirmam que,

De maneira geral, podemos identificar três tendências teóricas e ideológicas no interior do movimento feminista nacional e latino-americano: um feminismo que possui uma *perspectiva socialista*, ao entender que a emancipação da mulher demanda a construção de um outro projeto societário que se contraponha ao capitalismo para o alcance a igualdade e da liberdade substantivas; um feminismo que busca a igualdade e a liberdade para as mulheres por meio da reivindicação de direitos que consubstanciam a *cidadania nos marcos do capitalismo*; e um feminismo filiado às *premissas pós-modernas*. Nesse campo, o feminismo limita-se ao culturalismo, atuando na subjetividade, no simbólico e nas “representações sociais”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 287).

Dentro deste contexto, encontra-se na região dos inconfidentes grupos como a “Associação de Costureiras Vale da Benção”, “União Brasileira de Mulheres”, “Movimento de Mulheres Olga Benário”, “Minabloco”, “Coletivo Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira”, “Rede Marianas Mulheres que Inspiram” e outros. Todos com o intuito de lutar e manifestar contra o cenário social atual, em que, as mulheres cotidianamente são colocadas em condição inferior a dos homens. Se adentrarmos no que tange à questão racial, compreende-se que os obstáculos e as lacunas são muito maiores, pois, “as experiências das mulheres negras se aproximam e se afastam das experiências das mulheres brancas em muitos aspectos” (ROZA, 2020, p. 203).

### **Questão racial**

Sobre os movimentos que possuem como pauta as causas raciais, cabe destacar que conflitos dessa natureza perpetuam na região dos inconfidentes desde seus primórdios, vide todo o contexto secular de escravização do povo negro, a

tentativa de insurreição dos negros em 20 de abril de 1719<sup>38</sup>, dentre tantas outras situações. No contexto atual os movimentos que pautam as relações raciais concentram-se sistematicamente na luta contra o racismo e as mazelas deixadas por ele.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Tratando-se de questão racial, é notório que o racismo no Brasil foi essencial para a consolidação do modo de produção capitalista e mantém-se necessário para sua perpetuação, pois, a partir do momento em que se têm no cenário socioeconômico, uma classe social composta prioritariamente por mulheres e homens brancos que usufruem da apropriação da riqueza socialmente produzida, simultaneamente tem-se uma classe social composta prioritariamente por homens e mulheres não brancos ocupando posições mais precárias de subsistência e que está diretamente relacionada com a questão da ocupação profissional a partir das premissas da superexploração da força de trabalho. Esse processo deixa evidente o quanto o racismo está engendrado na estrutura social brasileira e o quanto o mesmo precisa ser enfrentado e debatido.

É diante este contexto social que se encontra na região dos inconfidentes grupos voltados ao combate contra o racismo, como por exemplo: “Movimento Negro de Mariana”, “Coletivo Outro Preto”, “Pastoral Afro-brasileira de Ouro Preto”, “Unegro”, “Coletivo Negro Braima Mané” e outros.

Compreendendo que o racismo é uma prática sustentada pela discriminação e não aceitação da raça, etnia e cor do outro, convém destacar que os grupos indígenas e quilombolas sofrem com essa prática discriminatória enraizada na

---

<sup>38</sup> Em 20 de abril de 1719, Assumar escreve ao rei informando que desbaratara uma insurreição de negros prestes a explodir. O plano que os negros pretendiam pôr em prática na quinta-feira da semana santa era esperar que os brancos fossem para as igrejas para roubar as armas que deixassem em casa e, com elas, fazer a revolta que tinha o objetivo de degolar todos os brancos da capitania. A rebelião seria geral, pois os negros enviavam mensagens a todas as comarcas através de escravos viajantes. No começo, o governador pensou que fosse alguma festa ou folguedo dos negros (Festa de Nossa Senhora do Rosário ou Congado), mas logo se convenceu do perigo ao constatar que tinham realmente se articulado em toda a capitania, organizando-se com rei, príncipes e oficiais militares. Um traidor negro delatou os planos por causa de um desentendimento entre os grupos de etnia bantu e sudanesa que pretendiam, cada qual, que o rei fosse de sua raça (etnia). (MARTINS, 2008, p. 47 – 48).

sociedade. O ataque racista direcionado à deputada federal Célia Xakriabá e suas assessoras em Ouro Preto-MG<sup>39</sup>, demonstra essa realidade.

Desse modo, a luta a favor dos interesses indígenas e/ou quilombolas também merece destaque nessa análise que envolve a questão étnico-racial, pois, além de enfrentar o descaso social e a discriminação secular, também enfrenta a luta por reconhecimento de seus respectivos territórios, pois, enquanto o capitalismo vigorar as terras indígenas e quilombolas serão compreendidas apenas como espaços propícios apenas para a exploração e obtenção de lucros. Na região dos inconfidentes, ambas iniciativas existem e são de extrema importância para a compreensão do território lócus deste estudo, sendo muito bem representadas pelos seguintes grupos: “Borum-Kren Vivos e Fortes” e “Associação Quilombola Vila Santa Efigênia e Adjacências”.

## **Educação**

Sobre o campo referente à área da educação é correto afirmar que a luta de classes apresenta-se da seguinte maneira:

[...] no projeto defendido pelo capital, que trata a educação como uma mercadoria, temos os defensores da educação para a qualificação da força de trabalho para o mercado e/ou como mercadoria no processo de revitalização dos fundos privados, sempre carregado de componente ideológico na tentativa de apassivamento da classe trabalhadora. (FILHO; FARAGE, 2019, p.34).

Com base nessa passagem, é notório que assim como em qualquer outro campo social, os interesses advindos da classe burguesa no setor da educação sempre estão direcionados à obtenção de lucros. Nesse caso, pode-se afirmar que atualmente existe uma forte tentativa em transformar um direito social em mercadoria.

Porém, se por um lado da luta de classes no campo da educação existem os defensores de uma educação como mercadoria e não como um direito universal, por outro lado, existem os defensores de uma política pública educacional voltada para o pensamento crítico sobre o contexto social em que vivemos e que se estrutura a

---

<sup>39</sup> Em 04 de março de 2023, a primeira deputada federal indígena do estado de Minas Gerais, Célia Xakriabá, foi vítima de racismo em um restaurante na cidade de Ouro Preto-MG. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/03/05/deputada-indigena-denuncia-injuria-racial-por-clientes-em-restaurante-de-ouro-preto.ghtml>.

partir da existência societária sob os marcos do capitalismo. Sobre essa perspectiva Filho e Farage (2019) dissertam que,

As disputas em torno dos projetos de educação têm, de um lado, um conjunto de entidades sindicais, movimentos sociais e organizações de profissionais da educação, bem como o movimento estudantil. Estes defendem um projeto que tenha por base contribuir para a elevação do pensamento crítico e a leitura da realidade, a partir da totalidade da vida social e da compreensão das relações capital x trabalho, tendo como horizonte a emancipação humana. (FILHO; FARAGE, 2019, p. 34).

Dentro deste contexto, pode-se dizer que na região dos inconfidentes existem grupos, movimentos e entidades introduzidos na luta por uma educação emancipatória e qualificada. Alguns desses grupos são: “Papear, Ouvir e Conscientizar (POC)”, “Maternidade e Universidade (ManU)”, “Rebeldia”, “GiraCampo Ufop”, “Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP)” e outros. Importante mencionar que esses sujeitos coletivos referidos acima, mesmo estando diretamente ligados ao campo da educação, carregam bandeiras de lutas diversificadas que se interligam à pauta da educação enquanto direito social e contribuem fortemente para a construção de uma educação não mercadológica, igualitária e crítica.

### **Pautas políticas**

Referente aos movimentos de cunho político, importa explicitar que mesmo possuindo diversas bandeiras de luta, todos os sujeitos coletivos portam essencialmente pautas com caráter político, pois, se existe a busca por mudança na estrutura social posta, tecnicamente existe a busca por mudanças nos parâmetros do campo político presente. Mas tratando-se de sujeitos coletivos voltados para o cenário político em específico, na região dos inconfidentes existem alguns grupos com este caráter (TAB. 1), como por exemplo, o grupo conhecido como “Embaixada Politize Ouro Preto – MG”. Esse último afirma carregar como missão a formação de uma geração de cidadãs e cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia.

### **Comunicação**

Sobre os sujeitos coletivos atuantes no campo da comunicação, devemos enfatizar que este campo também concentra explicitamente o fenômeno da divisão de classes, pois, enquanto de um lado existe a grande mídia, sustentada por todo

um aparato estatal e/ou privado, atendendo os interesses da classe dominante e suas frações, de outro existe a então conhecida como mídia independente, setor este que na maioria dos casos busca divulgar as contradições existentes no modo de produção capitalista e as realidades vivenciadas pelos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora. Algumas iniciativas presentes na região dos inconfidentes fazem parte desse setor de mídia independente, tais como “Jornal A Sirene”, “Blog Operário Verde”, “Jornal O Decolonial” e “Jornal Tribuna Popular”.

### **Crianças e adolescentes**

Assim como diversos outros sujeitos inseridos na sociedade, as crianças e adolescentes também vivenciam diversas e agravadas expressões da questão social que precisam ser enfrentadas. Para o enfrentamento a essas demandas, é necessária a existência de instrumentos que garantam a integridade física, emocional e social desses sujeitos em desenvolvimento. Diante disso, destaca-se a importância das normas e políticas públicas voltadas para a garantia de direitos desse específico público, vide a magnitude do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no contexto atual.

Além da importância das legislações e instituições públicas, vale mencionar sobre a participação de movimentos sociais que atuam direta e indiretamente nos assuntos que tocam na garantia de direitos das crianças e adolescentes.

De acordo com Caldas (2012, p. 76).

[...] em relação aos Novos Movimentos Sociais voltados à defesa de direitos de crianças e adolescentes, destacamos vários avanços no campo da participação social, seja no cenário nacional e, principalmente, no âmbito municipal com a entrada de temas importantes na agenda de políticas públicas (como a questão do enfrentamento da violência sexual, do uso abusivo de drogas e mais recentemente do crack, enquanto um problema de saúde pública, a desnutrição e mortalidade infantil, a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros), bem como a participação dos diversos sujeitos através dos Conselhos Gestores e os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Rompe-se, assim, com paradigmas assistencialistas e de cunho religiosos, que viam esses sujeitos como meros objetos de intervenção, sem levar em conta seus direitos de cidadania e de pessoas em situação de peculiar desenvolvimento, conforme preconizam as legislações.

As expressões da questão social direcionadas às pautas que envolvem as crianças e adolescentes são bastante recorrentes em todo território nacional. Na

região dos inconfidentes essa realidade não é diferente, visto que, temas como o trabalho infantil são e fazem parte do cotidiano do território, como demonstrado anteriormente neste estudo. É diante a demandas dessa natureza que existe os trabalhos de coletivos sociais como o “Instituto Ciranda da Arte”, a associação “Arte Mãos e Flores”, “Bloco Cultural de Ritmos Afros Axé Igba” e outros.

### **Ações assistencialistas**

Quanto aos movimentos voltados para ações assistencialistas, convém destacar que o assistencialismo,

[...] do ponto de vista histórico, desde os seus primórdios, se destacou entre as formas de ação social implementadas, seja por indivíduos, seja por agremiações, seja por organismos públicos ou privados. Assentando-se no sentimento de fraternidade humana, o assistencialismo investe-se de um conteúdo ora paternalista, ora mutualista, não se apresentando como fator de transformação social, mas tão somente como forma de prestação de serviços aos necessitados de proteção e apoio, buscando minorar suas agruras ou satisfazer suas necessidades. (BOSCHI, 1984, p. 25).

Desse modo, nota-se que a ação assistencialista mesmo atendendo as necessidades básicas de indivíduos pertencentes a uma camada significativa da classe trabalhadora, contribui para a manutenção do modelo socioeconômico que força os mesmos às condições precarizadas que os deterioram, pois, essas ações, muitas vezes carregadas com ideais religiosos, trabalham na amenização das mazelas deixadas pelo modo de produção capitalista e não na sua superação.

Em relação à região dos inconfidentes, consta-se que a pratica assistencialista encontra-se presente no território desde os tempos setecentistas, vide a menção feita por Boschi (1984, p.30),

Em Mariana, ou, mais exatamente ainda nos tempos da Vila do Ribeirão do Carmo, algumas evidências documentais fazem pressupor a existência ou, quando menos, o prenúncio de um embrião da Santa Casa de Misericórdia, constituído pelo estabelecimento de um hospital. Assim, em 1736, a Irmandade de Santana peticionava ao Rei solicitando-lhe esmola para continuação da obra de uma casa "em que se possam [sic] recolher e curar os enfermos pobres"

Atualmente, pode-se afirmar que as iniciativas de cunho assistencialistas se ramificaram em todo território, desde organizações com caracteres conservadores e religiosos até organizações com ideais um tanto modernos. Sobre esse processo Boschi (1984) evidencia a seguinte observação:

[...] o assistencialismo não se propõe alterar as condições sociais da realidade concreta de um dado momento histórico. É irretorquível a sua conotação ideológica, ou seja, o seu caráter de mantenedor do *status quo*, ao contrário do moderno Serviço Social. O nível de atuação do assistencialismo se reduz ao âmbito de realidades microsociais, vale dizer, ao atendimento de individualidades, grupos ou comunidades. A caridade, a beneficência e a filantropia — as duas primeiras, formas de assistencialismo de inspiração religiosa; a última, de inspiração laica - caracterizam sua atuação pelo imediatismo, na busca de solucionar situações específicas de ajuda aos necessitados. [...] (BOSCHI, 1984, p.25 – 26).

Tendo em vista esta abordagem realizada por Boschi (1984) e os resultados com que nos deparamos na coleta de dados, importa destacar que na região dos inconfidentes existem grupos fundamentados tanto no assistencialismo com inspirações religiosas, quanto num assistencialismo de caráter mais laico. Alguns desses grupos são: “Rede Solidarietà”, “Rede do Bem”, “Projeto Mãos que Doam”, “Movimento Familiar Cristão de Ouro Preto” e outros.

### **Pautas ambientais**

Na contemporaneidade as pautas ambientais têm tomado lugar de destaque ao redor do mundo devido às mudanças climáticas geradas pela ação humana sob os preceitos capitalistas que tudo subjuga e destrói, o que não é diferente em relação à natureza/ao meio ambiente. De acordo com o que foi expresso no capítulo 1 deste estudo, compreende-se que o modo de produção capitalista possui a capacidade de produzir mercadorias além do que as pessoas conseguem consumir, mostrando que o real interesse desse modelo socioeconômico é a obtenção dos lucros e não o atendimento às necessidades humanas. Além de agravar a disparidade entre capital e trabalho, esse processo também agrava severamente a conservação da natureza e as condições climáticas contemporâneas, pois, é por meio da exploração intensa da força de trabalho e da intensa apropriação dos recursos naturais que obtém-se os lucros almejados, que por sua vez, muitas vezes vêm seguidos por desastres/crimes ambientais premeditados. O descarrilamento do trem que transportava produtos químicos em Ohio nos Estados Unidos<sup>40</sup> e os rompimentos/crimes das barragens de rejeitos de Fundão, de propriedade das mineradoras Vale S/A, Samarco e BHP Billiton, em Mariana-MG<sup>41</sup>, e o da Mina do

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/13/nos-estados-unidos-descarrilamento-de-trem-em-ohio-expoe-falha-de-todo-o-sistema-ferroviario>.

<sup>41</sup> BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho**: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Orientador: Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva. 2018. 289 p. Tese (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2018.

carrego do feijão, de propriedade da mineradora Vale S/A em Brumadinho<sup>42</sup> expressam essa realidade.

No caso da região dos inconfidentes a questão ambiental é muito presente nas bandeiras de luta de diversos sujeitos coletivos, tais como: “Associação de Materiais Recicláveis de Antônio Pereira (AMRAP)”, “Serra do Trovão – Centro Cultural e Ecológico” e “Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)”.

### **Dependência química**

Sobre aos sujeitos coletivos voltados para a dependência química, convém mencionar que todas atuam sobre demandas direcionadas aos vícios em substâncias entorpecentes, podendo ser o uso excessivo de álcool, remédios ou drogas ilícitas. Analisando criticamente esse processo, pode-se observar uma direta ligação entre essas demandas e as relações de trabalho do modo de produção capitalista, pois, como já salientado nesse estudo, o adoecimento mental, por exemplo, em muitas situações está totalmente atrelado às condições de trabalho, desemprego ou modo de vida dos indivíduos sob esta sociabilidade que tolhe as subjetividades. Na medida em que essa relação provoca ou agrava o adoecimento dos sujeitos inseridos no processo, uma das tentativas para sanar ou diminuir esse sofrimento é o consumo do álcool ou de outras substâncias entorpecentes. Esse processo além de aumentar os lucros das empresas e responsáveis pela comercialização dessas mercadorias, também resulta na indução de uma gama de trabalhadores e trabalhadoras à dependência química.

Tendo em vista essa expressão da questão social, vale destacar sobre a importância de movimentos e organizações sociais que enfrentam essas demandas, pois, ambos lutam contra uma mazela social que corrobora para o adoecimento massivo da classe trabalhadora. Na região dos inconfidentes, além das participações das associações dos Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), existem os demais grupos que também atuam sobre essa realidade, tais como o “Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras”, “Associação Itabiritense do Amor Exigente” e a “Casa de Apoio Sementes do Amor”.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>.

Diante essa pauta, também é importante refletir sobre o papel que o Estado vem exercendo perante essa expressão da questão social, pois, durante os últimos anos, o cenário que se apresenta é de sucateamento das políticas e instituições públicas em detrimento do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's), comunidades terapêuticas e clínicas privadas cujas práticas seguem o oposto das lutas antimanicomiais.

Ao final de 2020, o Ministério da Saúde editou normativas que, entre outras consequências: diminuíram repasses de verbas públicas aos CAPs e aos SRT; extinguiram o Programa de Volta para Casa, de assistência a egressos de clínicas psiquiátricas; cessaram os serviços prestados a pessoas com transtornos mentais em situação de rua; e transferiram a Política de Drogas para o Ministério da Cidadania (tornando-a uma questão de segurança pública e não mais de saúde). (NEVES; CARVALHO, 2022, p. 04).

Neves e Carvalho (2022), explicitam com veemência o sucateamento da estrutura pública voltada para o enfrentamento a essa expressão da questão social que é a dependência química. Contudo, se por um lado ocorre o sucateamento dos órgãos públicos, por outro enfatiza-se e amplia-se o financiamento de instituições privadas.

Com efeito, segundos dados da Agência Pública, o governo federal, em 2020, repassou quase 90 milhões de reais a centenas de Comunidades Terapêuticas cristãs, enquanto, em 2021, houve destinação de mais de 80 milhões de reais a estas mesmas instituições, e sem prévia licitação. (NEVES; CARVALHO, 2022, p. 05).

Essa transferência de recursos do fundo público para instituições privadas ocorre em diversos setores dos campos, mas ganha destaque a ofensiva sobre as políticas sociais, da educação, saúde, assistência social e previdência social. No caso da dependência química e da saúde mental os mesmos autores destacam que:

Isso representa investimento em um projeto de industrialização da loucura e mercantilização da saúde, que vai de encontro aos princípios do SUS e à Lei n. 10.216/01, que inserem a internação como medida excepcional, cabível somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. (NEVES; CARVALHO, 2022, p. 05).

## **Atingidos**

Como já salientado nesse estudo, a região dos inconfidentes pode ser considerada um território minério-dependente, pois, trata-se de uma região onde a mineração extrativista é a atividade econômica predominante, que tudo domina. As atividades extrativistas acarretam uma série de conturbações à vida dos indivíduos

nos territórios em que acontecem, principalmente dos sujeitos que vivem mais próximos das mineradoras, das minas, dos complexos produtivos e das barragens, pois, devido as atrocidades cotidianas vivenciadas e os graves casos/crimes ocorridos nos últimos anos, esses sujeitos lidam com situações que resultam em adoecimentos e/ou mortes, além de um conjunto de violências e violações. As pessoas que vivem ou viveram inseridos nessa realidade são denominados de “atingidos” e os movimentos sociais que atuam nas causas desse público reivindicam por justiça, pela penalização dos atores responsáveis pelas atrocidades em seus territórios, pelo respeito e reconhecimento de suas respectivas comunidades e por “uma real democratização da política energética e um projeto de sociedade igualitário e ecologicamente responsável”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Sobre os sujeitos coletivos que atuam em demandas dessa natureza na região dos inconfidentes, importa mencionar a participação da FLAMA, do MAM, do MAB e das associações comunitárias que sofrem cotidianamente com os transtornos da mineração.

### **Idosos e deficientes**

Compreendendo que o modo de produção capitalista baseia-se na maximização da produtividade e na obtenção do lucro advindo da riqueza socialmente produzida, é válido destacar que apesar de haver políticas e ações sociais que visam atender as demandas de pessoas idosas e/ou com deficiência, as mesmas não rompem com a estrutura do modelo social imposto pelo capitalismo. As leis federais 7.853/89<sup>43</sup>, e 10.098/2000<sup>44</sup> exemplificam isso, pois, tratam das pautas voltadas à inserção e acessibilidade das pessoas com deficiência na sociedade, porém, ambas enquadram-se no processo de manutenção do modo de produção capitalista, visto que, nenhuma está direcionada para a superação do modelo de

---

<sup>43</sup> BRASIL. **Lei nº 7.853/89, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. [S. l.], 1989.

<sup>44</sup> BRASIL. **Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [S. l.], 2000.

produção atual e elaboração de um novo modelo social no qual a inclusão e igualdade de todos os indivíduos sejam realmente postas em prática.

Mesmo com a existência de instrumentos que possam auxiliar na garantia de certa qualidade de vida das pessoas idosas e/ou com deficiência, é importante salientar que existem vários desafios e problemáticas anexados ao cotidiano desses indivíduos, sendo alguns: falta de acessibilidade, discriminação, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a estrutural fragmentação de políticas públicas. Além dessas problemáticas citadas, existe outro fenômeno advindo de uma concepção sócio-histórica que atinge diretamente o bem estar social de pessoas com deficiência, dando espaço a diversos outros desafios postos no cotidiano dos mesmos. Este fenômeno é conhecido como capacitismo<sup>45</sup>.

Essas expressões da questão social também se encontram presentes no cotidiano da população da região dos inconfidentes e uma das maneiras de combatê-las é por meio de ações coletivas, instituições e organizações sociais que atuam direta e sistematicamente sobre as demandas dessa natureza. Na coleta de dados na qual este estudo se ampara empiricamente, destacam-se as seguintes iniciativas: “Lar São Vicente de Paulo”, “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” e a “Associação Comunitária dos Deficientes de Ouro Preto e Inconfidentes” (ACODOPI).

## **LGBTQIAP+**

Quanto às pautas que envolvem os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual (LGBTQIAP+), convém mencionar que

O movimento LGBT amplia e se afirma no decorrer do processo de democratização dos países latino-americanos, muito também em função da reação aos ataques e ao aumento do preconceito decorrentes do surgimento da epidemia da Aids, considerada, pelos setores conservadores da sociedade, uma peste gay. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 292).

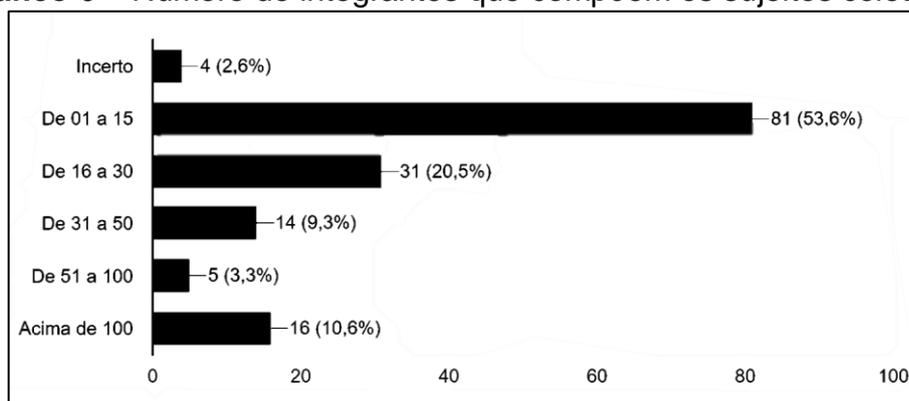
Em relação aos dados coletados, cabe destacar que mesmo ocupando uma porcentagem menor em comparação com as demais pautas (TAB. 1), não significa

---

<sup>45</sup> “O capacitismo é uma forma de preconceito, de discriminação contra a pessoa com deficiência, faz parte da sociedade e envolve as capacidades que uma pessoa possui ou não. No caso da pessoa com deficiência, o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência.” (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021).

que os desafios, obstáculos e embates referentes às lutas LGBTQIAP+ são menos recorrentes na região dos inconfidentes, muito pelo contrário, pode-se afirmar que os preconceitos, discriminações, difamações, violências e demais atrocidades geradas pela homofobia ocorrem no território assim como ocorrem em qualquer outro. O que a porcentagem do gráfico demonstra são as formas de organização perante essa pauta que ainda são reduzidas, visto que, os únicos movimentos organizados que prestaram manifestação na pesquisa foram os seguintes: “Movimento Itabiritense de Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais (ITALGBT)” e o movimento “Mães da R(existência)”, sendo esse último um movimento que atua em prol da saúde, cultura e educação da comunidade LGBTQIA+, ou seja, é um movimento coletivo autointitulado multidisciplinar.

**Gráfico 6** – Número de integrantes que compõem os sujeitos coletivos.



Os resultados apontados acima (GRAF. 6) demonstram que 53,6% dos sujeitos coletivos que responderam o questionário afirmam ter de 1 a 15 integrantes atuando em suas bases. Inicialmente, essa quantidade que não atinge sequer duas dezenas de pessoas pode ser compreendida como um número muito baixo, mas, fazendo uma reflexão sobre os sujeitos coletivos que estão inseridos nesse percentual chega-se a conclusão de que maioria são grupos pertencentes somente a uma pequena área da região dos inconfidentes. As associações comunitárias, também conhecidas como associações de bairro, exemplificam essa afirmação, pois, são grupos que possuem em seus núcleos organizacionais uma quantidade pequena de integrantes que, por meio de uma organização coletiva interna, representam os interesses de um número de indivíduos muito maior.

Assim como as associações comunitárias, essa lógica também procede em outros grupos, principalmente para aqueles que possuem um alcance territorial

menor e/ou um público alvo mais selecionado, como é o caso da “Associação de Costureiras Vale da Benção”, um grupo composto por dez integrantes com trabalhos voltados para um público específico (Mulheres) de um território específico (Antônio Pereira – Distrito de Ouro Preto).

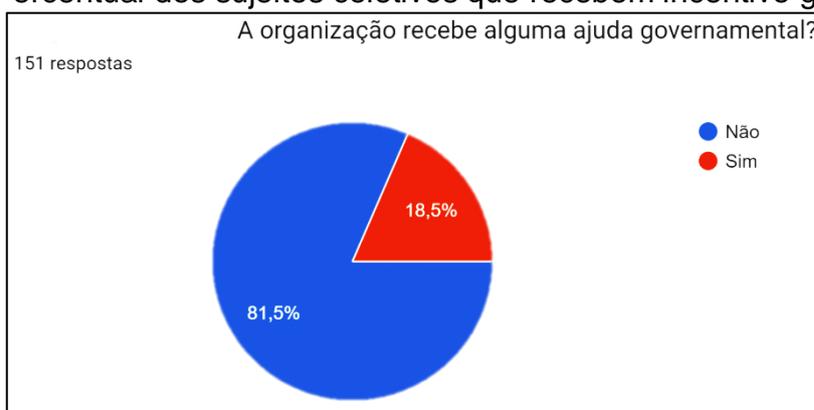
Além das situações referidas acima, importa salientar que as formas de atuação de alguns sujeitos coletivos ocorrem por meio do trabalho de uma pessoa ou mais, tais como o blog “Operário Verde”, iniciativa composta somente por um integrante; e o grupo cultural “Flor de Maio Teatro”, composto somente por quatro integrantes. Mesmo possuindo um número pequeno de membros internos, os trabalhos realizados por essas e/ou outras iniciativas possuem a capacidade de atingir um público gigantesco. Dessa forma, afirma-se que a mobilização social de alguns sujeitos coletivos se dá por meio da interação com o que se encontra externo ao movimento.

De acordo com o que foi abordado, entende-se que alguns sujeitos coletivos possuem um número baixo de integrantes devido a limitações na atuação que, em alguns casos, estão relacionadas ao público alvo, ao território de atuação e/ou a forma de organização. No tocante aos sujeitos coletivos que concentram um número mais abundante de integrantes, importa destacar que em alguns casos essa dinâmica se inverte, pois, trata-se de grupos que atuam em mais de um território, ou melhor, em um território de atuação mais amplo; e/ou atendem uma camada de indivíduos mais diversificada.

Nesse contexto enquadram-se sujeitos coletivos com ampla dimensão territorial, como por exemplo: O “Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)”; e o “Movimento de Mulheres Olga Benário”; ambos são sujeitos coletivos compostos por mais de cem integrantes que atuam em esfera nacional.

Além das situações mencionadas até aqui, convém destacar que existe um fator determinante capaz de interferir tanto no fortalecimento, quanto no enfraquecimento numérico dos sujeitos coletivos. Este fator determinante é o financiamento e a maneira como os sujeitos coletivos se organizam perante essa questão. Nos dados a seguir abordaremos sobre as formas de financiamento dos sujeitos coletivos da região dos inconfidentes.

**Gráfico 7 – Percentual dos sujeitos coletivos que recebem incentivo governamental.**



De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 86),

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva Keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais.

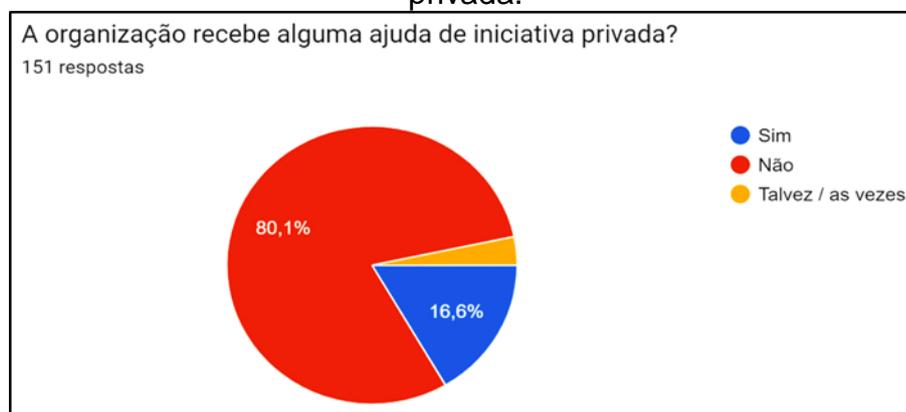
Assumindo essa reflexão, é possível compreender que o Estado, por meio das políticas sociais, busca garantir a manutenção de um modelo socioeconômico sustentado pelo acirramento entre capital e trabalho. Na composição desse modelo socioeconômico, encontra-se a divisão entre classes sociais, a exploração intensa da força de trabalho, a privação da propriedade e dos meios de produção, a apropriação da riqueza socialmente produzida e as lutas sociais.

Os dados apresentados no gráfico acima (GRAF. 7) destacam como o papel do Estado na contemporaneidade está voltado para o atendimento dos interesses de uma classe economicamente dominante, visto que, na declaração da maioria das organizações sociais que participaram da pesquisa, consta a inexistência de qualquer ajuda governamental.

Compreendendo que os movimentos sociais estimulam ações coletivas, é possível refletir que os mesmos podem servir como instrumentos para a superação do modelo socioeconômico posto. Como o Estado é um mecanismo disposto a manter a realidade social contemporânea, as iniciativas que possuem a capacidade de organização das massas podem ser interpretados como ameaças a ordem social burguesa. Diante disso, a baixa contribuição do Estado com os sujeitos coletivos inseridos nas lutas sociais não pode ser compreendida como uma ação desconexa

do contexto social, político e econômico presente, mas sim, como mais uma articulação em prol da manutenção da ordem do capital.

**Gráfico 8** – Percentual dos sujeitos coletivos que recebem incentivos da iniciativa privada.



Observando o percentual acima (GRAF. 8), nota-se uma grande semelhança com o resultado do gráfico anterior (GRAF. 7). Essa semelhança não pode ser vista como uma mera coincidência, pois, tratando-se de iniciativas com capacidade de provocar alterações na ordem social vigente, importa destacar a existência de ações com finalidade de impedir o avanço das mesmas e conservar a estrutura socioeconômica posta. O baixo financiamento das entidades privadas aos sujeitos coletivos também pode ser interpretado como uma ação dessa natureza, pois, trata-se de um processo que além de criar dificuldades para os sujeitos coletivos atuarem, também provoca a desarticulação e o enfraquecimento dos mesmos.

A estratégia neoliberal tende a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por *instrumentalizar a sociedade civil* – torna-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável; o conceito ideológico do “terceiro setor” contribui para esses objetivos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 307).

Diante desse cenário, também importa salientar que quase todos os sujeitos coletivos que relataram cristalinamente receber apoio do setor privado são atores vinculados ao terceiro setor.

Os autores do “terceiro setor” referem-se a ele como: a) *organizações não lucrativas e não governamentais* (ONGs), Movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) *instituições de caridade*, religiosas; c) *atividades filantrópicas* – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam “descoberto” a importância da “atividade social”; d) *ações solidárias* – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) *ações voluntárias*; e f) *atividades pontuais e informais* [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 305).

Em relação aos dados coletados, convém mencionar que além de serem poucos os sujeitos coletivos que recebem algum financiamento advindo do setor privado, os setores econômicos que possuem maior participação nesse processo na região dos inconfidentes são aqueles ligados aos interesses da mineração, do turismo e do comércio local. A Tabela 2 demonstra essa afirmação.

**Tabela 2** - Sujeitos coletivos que identificaram os setores privados que os financiam.

<b>Setores econômicos privados que financiam alguns sujeitos coletivos</b>	<b>Quantidade de sujeitos coletivos beneficiados</b>
Comércio local ou empresas locais	6
Mineração	2
Turismo	2

No tocante às formas de financiamento dos sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes, compreende-se que os resultados alcançados demonstram que a gritante maioria é autofinanciada, ou seja, atuam sem o apoio tanto dos financiamentos estatais, quanto dos financiamentos advindos do setor privado.

Compreendendo que os sujeitos coletivos da região dos inconfidentes, em sua grande maioria, são iniciativas autofinanciáveis, vale observar como esse autofinanciamento acontece, para isso, os dados contidos na Tabela 3 contribuirão para a análise.

**Tabela 3** - Formas de autofinanciamento dos sujeitos coletivos da região dos inconfidentes.

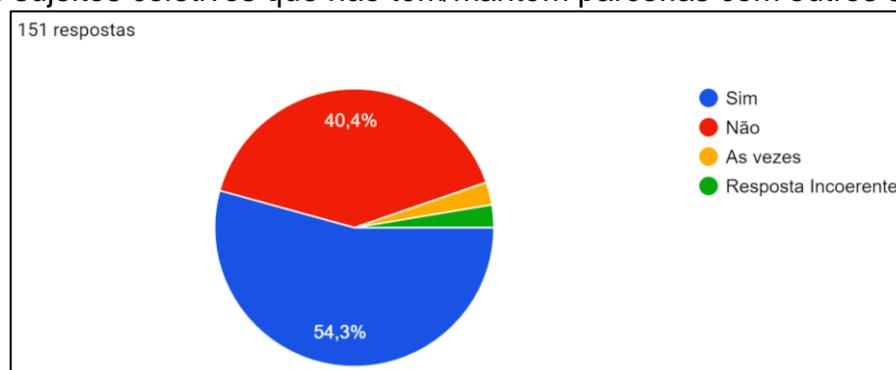
<b>Tipo de financiamento</b>	<b>Quantidade de sujeitos coletivos</b>
Contribuição dos membros internos	39
Trabalhos extras	33
Doações externas	27
Contribuição de entidades terceiras	12
Projetos e editais	15
Aluguel de espaço físico	8
Campanhas de financiamento	4
Nulo ou resposta incoerente	12
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>

Os resultados do levantamento acima (TAB. 3) e dos gráficos nº7 e nº8 deste estudo, demonstram que os sujeitos coletivos da região dos inconfidentes, em sua

grande maioria, atuam, ou melhor, resistem por meio de suas próprias forças. Isso significa que se não fosse a ação coletiva entre os membros internos dessas organizações, talvez muitas sequer existiriam, pois, as pautas, ações e concepções de muitas delas carregam confrontam os interesses de setores governamentais e iniciativas privadas.

- **Contribuição dos membros internos** – Geralmente ocorre por meio de uma contribuição financeira dos membros internos dos sujeitos coletivos. O montante gerado pela colaboração de cada um serve para manter, estruturar e desenvolver tanto os coletivos sociais, quanto as ações e indivíduos pertencentes a eles.
- **Trabalhos extras** – Atividades paralelas realizadas em prol da sustentação da bandeira de luta principal dos sujeitos coletivos. Os bazares e brechós servem como exemplo para esta análise.
- **Doações externas** – Recursos externos que contribuem para o fortalecimento e resistência das lutas dos sujeitos coletivos. Na maioria das respostas registradas, consta-se que as doações para os sujeitos coletivos destinam dos próprios núcleos sociais em que se encontram inseridos.
- **Contribuição de entidades terceiras** – Trata-se do fortalecimento e contribuição de outros sujeitos coletivos. Essa relação se dá por meio de parcerias e trocas financeiras ou de conhecimento entre dois ou mais sujeitos coletivos.
- **Projetos e editais** – O desenvolvimento de projetos e as inscrições em editais de setores públicos ou privados, contribuem para o financiamento das organizações sociais.
- **Aluguel de espaço físico** – Prática feita pelos sujeitos coletivos que possuem sedes próprias.
- **Campanhas de financiamento** – Geralmente são iniciativas direcionadas a um público ou entidade específica a fim de obter verba.

**Gráfico 9** – Relação entre os sujeitos coletivos que têm/mantêm parcerias com outros sujeitos coletivos que não têm/mantêm parcerias com outros sujeitos.



Verificando o resultado acima (GRAF. 9), observa-se que o percentual dos sujeitos coletivos que afirmam ter algum vínculo com outras frentes de luta ultrapassa um pouco mais da metade do total, atingindo a marca de 54,3%. Por outro lado, nota-se que 40,4% dos sujeitos coletivos afirmam não ter parcerias com outras iniciativas. Esse dado nos remete ao seguinte questionamento: como se avança nas lutas sociais da região atuando isoladamente?

Reiterando o que foi abordado nesse estudo, mesmo com um número baixo de integrantes, os movimentos sociais possuem a capacidade de estimular ações coletivas capazes de configurar a ordem social posta.

Dessa forma, afirma-se que os sujeitos coletivos que atuam de maneira isolada estão propensos a maiores dificuldades nos enfrentamentos a suas respectivas demandas, pois, em uma ação isolada, diferente da ação coletiva, dificilmente ocorre o compartilhamento de experiências, conhecimentos e forças. Em outras palavras, pode-se dizer que a inexistência da coletividade propicia o enfraquecimento e/ou a ruína da luta.

**Tabela 4** - Mensagem final deixada pelos sujeitos coletivos.

Conteúdo da mensagem	Número de vezes mencionado
União e coletividade	43
Reflexão	41
Luta	31
Resistência	14

Manifestação com teor político	13
Proposta/dica	13
Autopromoção	10
Organização	10
Diálogo	5
Fé	3
Igualdade	2
Respeito	2
Sem comentários	3

Os resultados acima (TAB. 4) demonstram que a união e coletividade são reivindicadas pelos sujeitos coletivos da região dos inconfidentes, visto que, na maioria das respostas obtidas a menção a estes âmbitos destacou-se perante as outras. Porém, é importante salientar que a coletividade por si só não possui artifícios suficiente para a superação do modelo socioeconômico posto, para isso necessita-se de outros elementos que por sua vez também foram mencionados durante as respostas coletadas, tais como a organização, reflexão, luta, resistência, igualdade e outros.

### **Considerações finais**

As reflexões apresentadas neste estudo, afirmam, por meio de referenciais teórico-bibliográficos e da empiria coletada via busca ativa do projeto Pró-Ativa, que o panorama econômico, político e cultural da região dos inconfidentes apresenta em sua essência o conflito entre capital e trabalho em territórios com capitalismo dependente e os antagonismos classistas que desencadeiam para as atuações dos múltiplos sujeitos coletivos existentes na região dos inconfidentes.

Tendo em vista que a divisão de classes é um resultado da relação antagonica entre capital e trabalho, convém mencionar que este trabalho buscou evidenciar, mesmo que sem esgotar o assunto, o contexto das lutas sociais na região tanto em períodos remotos, quanto em situações mais recentes, contemporâneas.

Para tanto inicialmente são apresentados elementos para a compreensão do modo de produção capitalista em sua estruturação e efeitos sob os marcos da dependência e superexploração da força de trabalho.

Em seguida, as análises identificaram algumas modificações sociais ocorridas ao longo dos séculos no território, partindo do período denominado como ciclo do ouro, período sustentado pela escravização de povos originários, africanos e afro-brasileiros; bem como buscou-se identificar traços históricos nas relações sociais contemporâneas, dando ênfase à inserção subordinada no modo de produção capitalista, do Brasil e conseqüentemente da região dos inconfidentes, evidenciando a situação de dependência que a mesma se encontra.

A partir dessas compreensões teóricas foi relacionado com a empiria, isto é, com os dados coletados pelo projeto Pró-Ativa. Nesse sentido, o estudo demonstrou os múltiplos e variados sujeitos coletivos existentes na região, identificando suas formas de atuação e organização, bem como, analisou-se os contextos sócio-históricos dos períodos em que foram fundados e as bandeiras de luta que defendem.

Por fim, esta pesquisa destaca que os sujeitos coletivos são meios de resposta às mazelas sociais provenientes da divisão de classes e apropriação da riqueza socialmente produzida, isto é, são âmbitos das lutas sociais em contexto da luta de classes no capitalismo. Compreendendo que essas mazelas são expressões da questão social, o presente estudo voltou-se também para a compreensão das particularidades da questão social na região dos inconfidentes.

Compreende-se que estas páginas não esgotam a temática, pelo contrário, abrem a possibilidade e necessidade de novos estudos, pesquisas e projetos, bem como, de intervenções nesta realidade tão exigente e desafiadora que é a região dos inconfidentes.

### Referências:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 204 p. ISBN 978-85-9530-097-2.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. ISBN 978-85-7559-178-9. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Ricardo-Antunes-O-Continente-do-Labor.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 1, p. 11 - 22. ISBN 978-65-5717-011-3.

ARAÚJO, Valéria de Fátima Chaves. **Intervenção urbana em centros históricos e dinâmica social**: Requalificação versus gentrificação em Congonhas/MG. Orientador: Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira. 2021. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

AZEREDO, Ruggeri Oliveira Sales *et al.* Análise biológica e sociocultural a cerca do manuseio da pedra sabão (esteatito) no município de Ouro Preto - MG. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, ed. 3, p. 10969 - 10976, 2021.

BAETA, Alenice *et al.* A usina Wigg e a siderurgia em escala industrial nas minas oitocentista, Ouro Preto, Minas Gerais - Brasil. **A usina Wigg e a siderurgia em escala industrial nas minas oitocentista, Ouro Preto, Minas Gerais - Brasil**, [s. l.], p. 01 - 17, s.d. Disponível em: [http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t5\\_usina\\_wigg.pdf](http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t5_usina_wigg.pdf). Acesso em: 7 out. 2022.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; MARTINS, Fernanda Alves; SANTOS, Francine. Paisagens, transformações e memórias do antigo “Arraial dos Jacobas” em Ouro Preto. **Associação Nacional de História**, [S. l.], 24 jun. 2012. Seção Minas Gerais, p. 1 - 21.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis-SC: Editora Insular, 2013. 219 p. ISBN 978-85-7474-645-6.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 212 p. ISBN 978-85-7110-969-8.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 248 p. v. 4. ISBN 978-85-249-1426-3.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9º ed. Cortez. São Paulo, 2011.

BELLAN, Pedro Fernandes de Sales Lima. **As cidades coloniais mineiras e o turismo**: Um estudo de caso de Mariana (MG). Orientador: Profa. Dra. Maria do Carmo Pires. 2022. 56 f. Monografia (Bacharel em turismo) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. Orientador: Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva. 2018. 289 p. Tese (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2018.

BOSCHI, Caio César. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. **Revista de História**, [s. l.], n. 116, p. 25 - 41, 1984. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/61358>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853/89, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. [S. l.], 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [S. l.], 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.540/2017, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). [S. l.], 2017.

CALDAS, Paula da Silva. O Paradigma dos novos movimentos sociais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – breves análises. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 69-78, 2013. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/759>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CALIL, Maria Ribeiro. **Expansão urbana em Ouro Preto - MG: O risco de ocupar encostas mineradas**. Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. 2018. 131 p. **Expansão urbana em Ouro Preto - MG (Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo)** - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/20621>. Acesso em: 28 set. 2022.

CANTOR, Renán Vega. A expropriação do tempo no capitalismo atual. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 45 – 61.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002. 256 p. ISBN 85-86259-59-4.

CUNHA, Lílian da Silva. **Determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019**. 2021. 86 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, [S. l.], 2021.

DUTRA, C. A *et al.* Representações do turismo em Lavras Novas: potencial de geração de conflitos ambientais. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 55–69, 2013. DOI: 10.35699/2237-549X.13353. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13353>. Acesso em: 2 fevereiro. 2023.

FAGIANI, Cílon César; PREVITALI, Fabiane Santana. O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 347 – 361.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. Os grandes pensadores: Quarenta e um educadores que fizeram história, da Grécia antiga aos dias de hoje. **Revista Nova Escola**, [s. l.], ed. 1022, p. 107 - 109, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa ventura!:** a corrida do ouro no Brasil (1697 - 1810). 3. ed. Rio de Janeiro: Record LTDA, 2011. ISBN 978-85-01-09584-8.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. Um novo adeus à classe trabalhadora?. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 11, p. 159 - 178. ISBN 978-65-5717-011-3.

FILHO, Antonio Gonçalves; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 44, p. 33 - 49, 2019.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019**, [s. l.], 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

GIANNETTI, Ricardo. Américo René Gianetti: A Industrialização e o Planejamento Econômico de Minas Gerais (1930-1950). **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais**. Disponível em: <https://ponteentreculturas.com.br/revista/ricardogiannettirevistaimigracaoitalianamg.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2014. 128 p. v. 47. ISBN 978-85-249-2179-7.

GOMES, Larissa Layane. O Pastel de Angu: um elemento da biodiversidade como tema de uma narrativa digital. **O Pastel de Angu**, [s. l.], p. 01 - 05, 2021. DOI 10.46943/VIII.ENEBIO.2021.01.393. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/enebio/2021/CEGO\\_TRABALHO\\_EV139\\_MD4\\_SA17\\_ID18\\_25052020173034.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enebio/2021/CEGO_TRABALHO_EV139_MD4_SA17_ID18_25052020173034.pdf). Acesso em: 4 out. 2022.

GOMES, Wilson. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rosiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. cap. 1, p. 19 - 45. ISBN 978-85-205-0613-4.

GONÇALVES, Bruno da Silva. **Acidente da Samarco e Ouro Preto: A Dependência Econômica do Município em Relação à Extração Mineral**. Orientador: Prof. Dr.

Thiago de Sousa Barros. 2019. 48 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. **Brasil anos 2000**: a política social sob a regência da financeirização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai.-ago. 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 629 p. Recurso eletrônico.

MACHADO, Karina Araujo. **Patrimônio imaterial em Mariana**: modo de fabricação da panela de pedra sabão em Cachoeira do Brumado, festividade e sua relação com a comunidade. Orientador: Prof. Gilson Antônio Nunes. 2019. 52 p. Monografia (Graduação em museologia) - Universidade Federal de Ouro Preto, [S. l.], 2019.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. *In*: MAIA, Rosiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. cap. 2, p. 47 - 90. ISBN 978-85-205-0613-4.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: Entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, [s. l.], v. 17, n. 40, p. 45 - 55, 2021.

MARICATO, Erminia. Cidades de lutas de classes no Brasil: O urbano da conjuntura do início do século XXI. Separata de: **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015. p. 17-53.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 131 - 172. ISBN 85-87394-82-7.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. **A arte das corporações de ofício**: As irmandades e o trabalho no rio de Janeiro colonial. 2012. 18 p. A arte das corporações de ofício (.) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24350/19725>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do campo grande**: a história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Santaclara, 2008. ISBN 978-85-87042-76-7.

MARTONI, Rodrigo Meira. Produtividade para a hospitalidade: as ocupações em atividades características do turismo como laboratório da precariedade. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 363 – 379.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p. v. 5. ISBN 978-85-249-1857-5.

MOURA, Maria da Graça Aguiar de. **Itabirito**: Um centro urbano emergente, seu papel e suas transformações. Orientador: professor Dr. Altino Barbosa Caldeira. 2007. 169 p. Itabirito (Pós-Graduação em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_MouraMGA\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_MouraMGA_1.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 64 p. ISBN 978-85-7743-182-3. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

NEVES, Carine Rezende Moura; CARVALHO Ailton da Silva. O desmonte da Reforma Psiquiátrica pelo governo federal: análise da crescente retomada de práticas manicomiais. **Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares**, [S. l.], p. 1–8, 2022. Disponível em: <https://conferencias.unifoa.edu.br/tc/article/view/90>. Acesso em: 13 mar. 2023.

OLIVEIRA, Giovanna Fernandes de *et al.* Risco para depressão, ansiedade e alcoolismo entre trabalhadores informais. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 272 - 277, 2010. DOI 10.5216/ree.v12i2.10354. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/10354>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PRANDI, Luiz Roberto *et al.* As mazelas da educação pública no Brasil: do atraso à instrumentalização política do ensino. **Revista da Educação**, Umuarama, v. 15, ed. 2, p. 203 - 217, 2015.

PRAUN, Luci. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 181 – 221.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 369 p. ISBN 978-85-260-2225-6.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166 - 175, 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e80099>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8bKvZPJkDDzWMqxqxs3H4hP/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2023.

ROZA, Isis Silva. Raça, gênero e instrumentalidade em Serviço Social:: Interseções Urgentes. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adrieli Volpato (org.). **Vade Mécum**: Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social. 2. ed. rev. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020. p. 197 - 208. ISBN 978-65-86102-42-0.

SALLES, Fritz Teixeira. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1982.

SILVA, Marcelle Rodrigues. **"Bahia de Minas"**: o carnaval de Itabirito (MG) de 1990 até 2010. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Rosa. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVEIRA, Marco Antonio *et al.* **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p. ISBN 978-85-288-0367-9.

SOARES, Camila Gutieres dos Santos; SCHLINDWEIN, Vanderléia Dal Castel. Suicídio e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Revista Trabalho (En)cena**, Palmas - TO, p. 01 - 27, 21 jul. 2021.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais**: A Mina da Passagem de Mariana (1863 - 1927). Orientador: Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado. 2009. 476 p. Tese (Doutorado em) - Universidade de São Paulo, faculdade de filosofia, letras e ciências humanas departamento de história, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02122009-114854/publico/RAFAEL\\_FREITAS\\_E\\_SOUZA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02122009-114854/publico/RAFAEL_FREITAS_E_SOUZA.pdf). Acesso em: 5 out. 2022.

SOUZA, Rafael de Freitas e. A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832 - 1844). **A efêmera e fatal Mina de Cata Branca**, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 37 - 52, 2015. DOI <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n14p37>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n14p37/32003>. Acesso em: 5 out. 2022.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 292 p. ISBN 85-87394-82-7.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711 - 1725. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200009>. Acesso em: 2 ago. 2022.

VIANA, Luiz Cláudio Alves. **O Turismo Étnico Afro na Mina Du Veloso**: um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio de Ouro Preto/MG. Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

VIANA, Luiz Cláudio Alves; BRUSADIN, Leandro Benedini. Patrimônio, turismo e imaginário urbano: a fragmentação e espacial e social da imagem da cidade de Ouro Preto (MG- Brasil). **Revista Turydes**: Turismo y Desarrollo, [s. l.], v. 12, n. 26, 2019.